

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

LETÍCIA DE MELLO PADOIN

**PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO NAMORO ENTRE ADOLESCENTES: DESAFIOS
PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LETÍCIA DE MELLO PADOIN

**PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO NAMORO ENTRE ADOLESCENTES:
DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação do Curso de Serviço Social, Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Serviço Social, Políticas e Processos Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre

2022

Ficha Catalográfica

P124p Padoin, Letícia de Mello

Prevenção da violência no namoro entre adolescentes : desafios para as políticas públicas no âmbito da educação / Letícia de Mello Padoin. – 2022.

118 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi.

1. Violência no namoro. 2. Violência de gênero. 3. Juventude. 4. Políticas públicas. 5. Educação. I. Grossi, Patrícia Krieger. II. Título.

LETÍCIA DE MELLO PADOIN

**PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO NAMORO ENTRE ADOLESCENTES:
DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação do Curso de Serviço Social, Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Serviço Social, Políticas e Processos Sociais.

Aprovada em 19 de janeiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Maria Isabel Barros Bellini – PUCRS

Prof.^a Dr.^a Patrícia Krieger Grossi – PUCRS (orientadora)

Ao Germano, com quem construo uma relação muito bonita há sete anos.

 leve te amar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à PUCRS e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pelo espaço e pela oportunidade de desenvolver este estudo.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Patrícia Grossi, por toda a paciência, empenho e atenção com que sempre me orientou neste trabalho, bem como nas atividades para as quais me convidou durante a realização do mestrado, que fizeram toda diferença na minha formação. Obrigada pelo incentivo constante à minha pesquisa e à minha temática.

Agradeço aos professores Giovane e Maria Isabel pelo aceite em participar desta importante etapa da minha formação, desde a qualificação até a defesa. Principalmente, obrigada pelas contribuições indispensáveis e valiosas a este trabalho. Agradeço também a todas e todos professoras e professores do Programa, que fizeram parte deste importante ciclo e contribuíram de forma tão rica para nossa formação. Agradeço também a todas e todos colegas, pois as trocas de conhecimentos e sentimentos possibilitaram que este momento, especialmente durante uma pandemia, fosse mais leve e acolhedor.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai, Stela e Ailson, pelo apoio e paciência constantes e incondicionais. Seus ensinamentos, com certeza, estão na base deste trabalho. Especialmente, agradeço à minha mãe pelos incentivos, auxílios e revisões incansáveis ao longo da elaboração desta dissertação.

Agradeço ao Germano, meu companheiro de sete anos, pelo suporte, pelos debates e pelo carinho durante esse ciclo. Obrigada pela paciência e acolhimento nos momentos difíceis, e pelas celebrações nos momentos de conquista. Obrigada, também, por me impulsionar e me auxiliar no processo de construção da minha vida profissional.

Agradeço à Cristiane, minha colega e amiga. A realização deste mestrado possibilitou nossa amizade. Nossa amizade, desde então, foi essencial para a realização deste mestrado. Obrigada pela companhia, pelo carinho, pelos auxílios e pela lealdade. Agradeço a todas minhas amigas pelo apoio e incentivo, especialmente à Letícia, pelo carinho, companheirismo e suporte, e também à Laisy, à Natália e à Luiza, com quem iniciei os estudos na temática da violência no namoro durante a graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Santa Maria.

Agradeço, ainda, às professoras participantes desta pesquisa, pela disposição, pelo interesse e pelas valiosas contribuições.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*We need guidance, we've been misled
Young and hostile but not stupid
Corporate leaders, politicians
Kids can't vote, adults elect them
Laws that rule the school and workplace
Signs that caution: sixteen's unsafe
We really need to see this through
We never wanted to be abused
We'll never give up, it's no use*

blink-182 – Anthem Part Two

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo identificar as respostas do Estado na materialização de políticas públicas preventivas da violência no namoro entre adolescentes no âmbito da educação. Essa temática se justifica pelas evidências da alta prevalência do fenômeno, bem como pela aparente falta de ações para sua prevenção e enfrentamento. Além disso, as pesquisas sobre o tema ainda são recentes no Brasil, e encontram-se majoritariamente nas áreas de Psicologia e Enfermagem. Assim, a relação do tema da pesquisa com o Serviço Social se estabelece ao apresentar um estudo aprofundado acerca das relações dialéticas entre o Estado brasileiro e os sujeitos de direitos usuários das políticas públicas, considerando a prevenção do fenômeno. O patriarcado, a divisão sexual do trabalho e a violência de gênero configuraram o escopo da presente pesquisa, tendo ênfase nas especificidades da violência nas relações afetivo-sexuais entre jovens e adolescentes. Ademais, a fundamentação teórica do estudo abordou a ofensiva neoliberal e conservadora, considerando os avanços e retrocessos nas políticas de juventude e de educação no âmbito do Estado brasileiro. No que se refere aos objetivos específicos, este estudo pretendeu: identificar os programas de prevenção à violência no namoro na literatura científica; conhecer as percepções de professores de ensino médio acerca da violência no namoro; e conhecer as ações de prevenção à violência no namoro que esses professores identificaram durante seu exercício profissional. Trata-se de estudo qualitativo, baseado no materialismo histórico-dialético, envolvendo entrevistas online e uma revisão integrativa, bem como sua discussão conjunta, a fim de obter a apreensão da questão em sua totalidade. A primeira etapa do estudo consistiu na revisão integrativa da literatura, cuja busca foi realizada nas bases de dados PubMed, LILACS e ERIC, com o propósito de se conhecer como são desenvolvidos programas de prevenção da violência no namoro a partir de produções científicas, resultando em 29 artigos recuperados. Os resultados da revisão revelaram que a maioria das ações ocorreram no ambiente escolar, tiveram como base teórica a questão de gênero e executaram atividades com temas como relacionamentos saudáveis, habilidades de comunicação, técnicas para resolução de conflitos e recursos de apoio. Na segunda etapa do trabalho, foram realizadas entrevistas online individuais com quatro professoras que lecionam ou lecionavam em escolas com ensino médio, privadas ou públicas, da cidade de Porto Alegre/RS. Essa etapa teve o intuito de conhecer as percepções das participantes acerca da questão, juntamente à discussão da expressão do tema nas políticas públicas vinculadas ao âmbito da educação. Os dados coletados nas entrevistas foram analisados a partir da análise de conteúdo temática. A partir das perspectivas das professoras entrevistadas na pesquisa, foi possível apreender que os estudantes têm comportamentos não saudáveis em seus relacionamentos afetivos; que a escola apresenta barreiras institucionais e ausência de recursos psicológicos e sociais para a assistência a professores e estudantes; e que há desafios para a implementação de ações de prevenção da violência no namoro na escola, decorrentes das ofensivas neoliberal e conservadora no ensino brasileiro.

Palavras-chave: Violência no namoro. Violência de gênero. Juventude. Políticas públicas. Educação.

ABSTRACT

This dissertation aimed to identify the state responses in the materialization of preventive public policies for adolescent dating violence in the education context. This theme is justified by the evidence of the high prevalence of the phenomenon, as well as the apparent lack of policies for preventing and confronting it. In addition, research on the subject is still recent in Brazil, and is mostly in the areas of Psychology and Nursing. Thus, the relationship between the research theme and Social Work is established by presenting an in-depth study about the dialectical relationships between the Brazilian state and the subjects of rights that use public policies, considering the prevention of the phenomenon. The patriarchy, the sexual division of labor and gender-based violence defined the scope of this study, with a focus on the specificities of violence in dating relationships among youth. Furthermore, the theoretical foundation of the study included the neoliberal and conservative offensives, considering the advances and setbacks in policies for youth and education within the scope of the Brazilian state. With regard to specific objectives, this study aimed to identify dating violence prevention programs in the scientific literature; to know the perceptions of high schools teachers about dating violence; and to know the actions to prevent dating violence that said teachers have identified during their professional practice. This is a qualitative study, based on historical-dialectical materialism, involving online interviews and an integrative review, as well as their joint discussion, in order to obtain an apprehension of the issue in its entirety. The first stage of the study comprised the integrative review of the literature, whose search was carried out in the PubMed, LILACS and ERIC databases, in order to identify how dating violence prevention programs are developed based on scientific productions, resulting in 29 retrieved articles. The results showed that most programs took place in the school environment, had gender issues as their theoretical basis and implemented activities on topics such as healthy relationships, communication skills, conflict resolution skills and help-seeking resources. In the second stage of the study, individual interviews were conducted with four female teachers who work or had worked professionally in private or public high schools in the city of Porto Alegre/RS. This stage intended to understand the participants' perceptions on the issue, along with the discussion of the presence of the topic in public policies related to education. The data collected from the interviews were analyzed using thematic content analysis. Based on the perspectives of the teachers who participated in the interviews, it was possible to note that students have unhealthy behaviors in their romantic relationships; that the schools have institutional barriers and a lack of psychological and social resources for assisting both teachers and students; and that there are challenges for the implementation of dating violence prevention programs, considering the neoliberal and conservative offensives in Brazilian education.

Keywords: Dating violence. Gender-based violence. Youth. Public policies. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Teses e dissertações encontradas na busca na BDTD.....	18
Figura 1 – Esquema metodológico da pesquisa.....	22
Figura 2 – Imagem para divulgação da pesquisa.....	24
Quadro 2 – Tipos de violência no namoro entre adolescentes, segundo o CDC.....	44
Quadro 3 – Principais indicadores de abuso psicológico/emocional.....	51
Gráfico 1 – Anos de publicação dos artigos da revisão.....	59
Figura 3 – Países de desenvolvimento dos estudos da revisão.....	59
Figura 4 – Área do conhecimento dos estudos da revisão.....	60
Figura 5 – Tipos de estudos da revisão.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	Amazonas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior
CDC	Centro de Controle e Prevenção de Doenças
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CN	Congresso Nacional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
DF	Distrito Federal
ERIC	<i>Education Resources Information Center</i>
ESP	Escola Sem Partido
EUA	Estados Unidos da América
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MeSH	Medical Subject Headings
MG	Minas Gerais
MT	Mato Grosso
NEPEVI	Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência
NLM	<i>National Library Of Medicine</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PNE	Plano Nacional de Educação
PNJ	Política Nacional de Juventude
PR	Paraná
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RJ	Rio de Janeiro

RO	Rondônia
RS	Rio Grande do Sul
SD	Safe Dates
SC	Santa Catarina
SIPESQ	Sistema de Pesquisas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
VN	Violência no namoro
VPI	Violência por parceiro íntimo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS E QUESTÕES NORTEADORAS	19
2 METODOLOGIA.....	21
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
2.2 ASPECTOS ÉTICOS	25
3 ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: AS BASES DA VIOLÊNCIA NO NAMORO.....	26
3.1 UM BREVE HISTÓRICO DO PATRIARCADO	27
3.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO SOB O CAPITAL.....	30
3.3 PATRIARCADO, PAPÉIS TRADICIONAIS DE GÊNERO E VIOLÊNCIA	38
3.4 VIOLÊNCIA NO NAMORO: UMA EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	43
3.4.1 Programas de prevenção à violência no namoro: uma revisão integrativa	58
4 JUVENTUDES, GÊNERO E EDUCAÇÃO: IMPACTOS DO CONSERVADORISMO NEOLIBERAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS	68
4.1 JUVENTUDES BRASILEIRAS: CONTRADIÇÕES, INVISIBILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	69
4.2 RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	74
4.3 DESAFIOS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO NAMORO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO.....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA ONLINE.....	108
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA AS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS	109
APÊNDICE C – DESCRITORES E MESH TERMS EMPREGADOS NA REVISÃO INTEGRATIVA.....	111
ANEXO A – DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO SIPESQ	112
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	113

1 INTRODUÇÃO

Na presente dissertação, parte-se da compreensão de que o sistema de dominação-exploração das mulheres pelos homens se trata de um fenômeno histórico, que adota novas roupagens sob a égide do modo de produção capitalista. Portanto, expressa contradições inscritas na questão social, fazendo parte da organização desta sociabilidade, conferindo a ela ideologias e desdobramentos materiais que interferem na produção e reprodução do sociometabolismo. Em acordo com o materialismo histórico, o processo da formação social capitalista não estabelece relações mecânicas com características oriundas de sociabilidades que lhe antecedem, como gênero e raça. Pelo contrário, constitui com elas relações complexas de consubstanciação, alterando-as em seus conteúdos e formas de acordo com suas necessidades produtivas e reprodutivas.

O fenômeno da pauperização massiva da classe trabalhadora mostrou-se emergente na Europa Ocidental do fim do século XVIII, a partir dos primeiros impactos da industrialização. Tratava-se de um fenômeno sem precedentes na história, caracterizando-se, pela primeira vez, pelo crescimento da pobreza na mesma medida em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas, uma vez que, nas sociedades pré-capitalistas, a pobreza se devia a um quadro geral de escassez determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas (NETTO, 2001). Assim, a expressão “questão social” surge no século XIX para dar conta deste fenômeno contraditório, e tem a raiz de sua produção/reprodução na acumulação da miséria relativa à acumulação do capital. No Serviço Social, tais desigualdades decorrentes do modo de produção capitalistas são consideradas como expressões da questão social, fundamentando-se na contradição entre capital e trabalho, ou seja, na apropriação privada de riquezas socialmente produzidas. A questão social, além de ser mediada por características étnico-raciais e formações regionais, também o é por relações de gênero (IAMAMOTO, 2001), o que confere novas características ao projeto de subordinação das mulheres pelos homens.

Uma análise histórica das sociedades aponta que um modo de produção dominante subordina formas anteriores de modos já superados, apresentando vestígios mais ou menos fortes do passado (NETTO; BRAZ, 2006). A instauração de um novo modo de produção implica desvantagens para certos setores da população, o que pode ser observado, por exemplo, na transição do modo feudal de produção para o capitalista. Tais prejuízos incidiram sobre as camadas inferiores da população da antiga ordem, as quais, progressivamente, foram se constituindo como classes sociais subordinadas, tendo sua absorção reduzida pelos

mercados de trabalho particulares das sociedades capitalistas, como, por exemplo, as mulheres (SAFFIOTI, 2013).

Em vista do exposto, parte-se da premissa de que a organização social de gênero, baseada na diferenciação social dos sexos, gerando relações hierarquizadas e desiguais, encerra em si mesma uma dimensão de violência (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Aqui, será utilizado o conceito de dominação-exploração da mulher, considerando, segundo Saffioti (2015), que esse é um processo único de sujeição de uma categoria social, com duas dimensões complementares – a política e a econômica –, e que remete ao estabelecimento da propriedade privada, sendo denominado patriarcado (LERNER, 2019).

A organização social de gênero, pertencente à lógica do patriarcado, insere-se como eixo fundante na sociedade civil e no modo de produção capitalista. Resultante dessa dinâmica, a desigualdade de gênero se expressa por meio do desequilíbrio de poderes, privilegiando o masculino, o que tem como efeito o domínio do homem sobre a mulher nos âmbitos políticos e econômicos da sociedade, bem como a consolidação de papéis tradicionais atribuídos aos sexos feminino e masculino. A violência de gênero, como expressão do patriarcado, é caracterizada por agressões dotadas de uma gramática sexual, concedendo ao homem tolerância perante a sociedade para punir o que se apresenta como desvio nesse aspecto. Nesse sentido, a violência de gênero tem como uma de suas particularidades as agressões no interior de relacionamentos afetivos (SAFFIOTI, 2015), que vêm sendo tratadas como relacionamentos abusivos, sendo esses caracterizados por comportamentos que geram danos físicos, psicológicos ou sexuais aos indivíduos envolvidos na relação (OMS, 2002).

A violência de gênero conceituada acima, inscrita em relacionamentos afetivo-sexuais, tem sido discutida no Brasil por meio dos movimentos sociais feministas e de produções e pesquisas acadêmicas, porém com foco mais voltado para parceiros íntimos adultos (OLIVEIRA *et al.*, 2011). Na presente dissertação, o fenômeno em questão foi abordado levando em consideração sua incidência no período da adolescência, isto é, a faixa etária entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 1990), atingindo assim também o período compreendido como juventude, a partir dos 15 anos (BRASIL, 2013).

A prevalência dos relacionamentos abusivos entre jovens, também denominados como violência no namoro, foi atestada por pesquisa pioneira sobre o assunto no Brasil por Oliveira *et al.* (2011), que revelou que 86,9% dos pesquisados já haviam sido vítimas e 86,8% já haviam praticado algum tipo de agressão durante o relacionamento. Esses dados, semelhantes aos de outros estudos nacionais e internacionais (LOURENÇO *et al.*, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2016), demonstram que, desde muito cedo, jovens passam por experiências

negativas em suas relações afetivas, expondo uma problemática grave, uma vez que a adolescência se trata de uma fase da vida em que esses indivíduos estão construindo seus traços de personalidade e modelos de relacionamentos (BESERRA *et al.*, 2015).

Um estudo realizado em Recife (PE), com 643 adolescentes, mostrou que, dos 40,4% que tinham parceiro/a íntimo/a, 19,2% já haviam sido agredidos/as pelo/a parceiro/a, sendo a violência mais frequente a psicológica/emocional (60,4%), seguida da física (28,3%), podendo um mesmo participante ter sofrido mais de um tipo de agressão (BESERRA *et al.*, 2015). A crença de que abusos em relacionamentos são naturais é um dos fatores que mais potencializa a ocorrência de atitudes violentas (CDC, 2016) e, como consequência, os jovens demonstram dificuldade em identificar esses comportamentos como abusivos (AYALA *et al.*, 2014).

Essas situações geram às vítimas consequências a curto e longo prazos. Além de lesões corporais causadas por agressões físicas, a violência no namoro causa danos psicológicos, emocionais e sociais que comprometem sua saúde mental até a vida adulta, mesmo que os abusos não ocorram mais (OMS, 2002). Baixa autoestima, sintomas depressivos, ansiedade, transtornos psiquiátricos, comportamento suicida, abuso de drogas, comportamento sexual de risco e baixa performance acadêmica são os danos mais mencionados na literatura científica (TAQUETTE; MONTEIRO, 2019). Ainda, as situações de violência por parceiro íntimo na adolescência, assim como entre adultos, podem resultar em homicídios, vitimando não apenas parceiros íntimos, mas também outras pessoas envolvidas no contexto (BUSH, 2020).

Segundo Njaine *et al.* (2011), é de extrema importância a elaboração de programas de intervenção que visem identificar o problema precocemente, que levem em consideração diferenças de gênero, tenham caráter intersetorial e incluam os jovens no seu processo de desenvolvimento. Assim, a realização de um estudo acerca de relacionamentos afetivos à luz das concepções histórico-materialistas de gênero e patriarcado (SAFFIOTI, 2015), a partir da expressão particular do fenômeno na juventude, é relevante ao Serviço Social ao eleger as relações dialéticas entre o Estado e os sujeitos de direitos usuários das políticas sociais como alvos de interesse.

Jovens e adolescentes são aqui considerados uma população historicamente vulnerável em relação aos seus direitos, bem como negligenciada pelas políticas sociais de garantia de direitos humanos. Políticas públicas para a juventude no Brasil, segundo Abramo (1997), em sua maior parte, destinam-se a prestar atendimento a jovens em situação de “desvantagem social”. Assim, visam corrigir problemas relacionados ao consumo ou tráfico

de drogas, infecções sexualmente transmissíveis, violência urbana e gravidez precoce, além dos programas de capacitação profissional, aparentemente direcionados ao mercado de trabalho. Muitos desses programas, embora bem-intencionados, buscam, explícita ou implicitamente, conter o risco real ou potencial desses adolescentes, considerados violentos, seja por meio de seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de suas “mãos ociosas” (ABRAMO, 1997, p. 26).

A fim de romper com a associação entre juventude e violência, faz-se necessário analisar essa faixa etária como uma população vulnerável, que precisa ter seus direitos assegurados e que não deve ser considerada como problema ou “caso de polícia”. Assim, deve-se levar em conta as características dessa fase da vida, como a trajetória da infância à vida adulta, e como um período em que são consolidados gostos, preferências e formação profissional, isto é, aspectos que remetem ao sentido de uma etapa de formação dos sujeitos (TRASSI; MALVASI, 2010).

As políticas públicas para as juventudes, portanto, devem ser formuladas a partir de uma perspectiva intersetorial, atentando às especificidades dessa faixa etária, articulando uma rede de proteção ampla a políticas públicas, com vistas à proteção social (SCHERER, 2020). Em outras palavras, é necessário que a intersetorialidade configure o alicerce dessas políticas, com a integração de setores como educação, saúde, trabalho, moradia, cultura e lazer para a consecução de ações públicas, mantendo as particularidades de cada área e, simultaneamente, indo além de cada setor, com o propósito de superar as práticas fragmentadas e obter a eficiência para atingir os objetivos e resultados (BELLINI *et al.*, 2014).

Isto posto, a violência, na sua expressão de gênero e nos marcos das especificidades das relações afetivo-sexuais entre adolescentes, configurou o escopo desta dissertação. O enfrentamento da violência no namoro foi alvo de investigação, considerando os avanços e retrocessos na relação dialética entre Estado e sociedade civil na afirmação e reivindicação de políticas e direitos sociais. Desse modo, sustenta-se a relevância do tema em relação ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e à linha de pesquisa Serviço Social e Direitos Humanos: Desigualdades e Resistências, bem como ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência, Ética e Direitos Humanos, mais especificamente ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência (NEPEVI), cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq desde 2000. O NEPEVI vem desenvolvendo inúmeros estudos na área da violência em suas múltiplas expressões, como violência de gênero e políticas públicas, *bullying*, violências nas escolas e práticas restaurativas, violência contra as mulheres rurais e a rede de proteção social, a efetividade da Lei Maria da Penha na implementação de políticas públicas de enfrentamento à

violência contra a mulher; mulheres quilombolas e acesso aos direitos de cidadania, entre outras. Nesses 21 anos de existência do grupo de estudos, é a primeira vez que uma mestranda estuda o tema da prevenção da violência no namoro e as políticas públicas no âmbito da educação.

Considerando a prevalência significativa do fenômeno em questão, um trabalho que enfoque a prevenção se mostra relevante e necessário, uma vez que seus resultados poderão contribuir para a elaboração de políticas públicas e para a produção de conhecimento científico a respeito do tema. Trazendo a temática da violência do namoro para o escopo do Serviço Social, que tem representação escassa sobre a questão na literatura científica, este trabalho se mostra coerente ao projeto ético-político da categoria, uma vez que considera a faixa etária adolescente como detentora de direitos, concebe a violência de gênero como uma expressão da questão social, e advoga por uma política pública de prevenção para um fenômeno violento de sérias consequências pouco abordado. Segundo José Paulo Netto, o projeto ético-político do Serviço Social

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente [sic], *este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero* (NETTO, 1999, p. 15, grifos do autor).

Com o objetivo de elaborar um levantamento das produções acadêmicas que abordam a violência no namoro no âmbito da pós-graduação da área de conhecimento do Serviço Social, realizou-se uma breve busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹, com a seguinte estratégia: (Resumo Português: violência no namoro OR Resumo Português: relacionamentos abusivos OR Resumo Português: violência de gênero OR Resumo Português: violência por parceiro íntimo) AND (Resumo Português: adolescentes OR Resumo Português: jovens). A busca resultou em 40 produções e, após a leitura de títulos e resumos, foram mapeados os seguintes trabalhos (Quadro 1):

¹ Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

Quadro 1 – Teses e dissertações encontradas na busca na BDTD.

TIPO	TÍTULO	AUTORA	ÁREA	LOCAL/ANO
Dissertação	Violência por parceiro íntimo na adolescência: uma análise na perspectiva das categorias gênero, violência de gênero e geração	Bianca de Cássia Alvarez Brancaglioni	Enfermagem	Universidade de São Paulo/2016
	Linha de cuidado para prevenção e enfrentamento da violência nas relações de intimidade entre adolescentes	Katia Darbello da Silva	Enfermagem	Universidade de São Paulo/2016
	Lentes urgentes: a violência entre jovens na intimidade, manifestações e fatores de risco	Aline Moerbeck da Costa	Sociais e Humanidades	Universidade Católica de Salvador/2018
	Slut Shaming e Porn Revenge: vivências de mulheres jovens e as repercussões para a saúde mental	Letícia de Mélo Sousa	Psicologia Social	Universidade Federal da Paraíba/2017
Tese	Violência nas relações de namoro na adolescência	Rosana Alves de Melo	Biociências	Universidade Federal de Pernambuco/2018
	A violência sexual na adolescência: significados e articulações	Lusanir de Sousa Carvalho	Saúde Pública	Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/2012
	Diálogos com adolescentes sobre relações amorosas, cidadania sexual e democracia íntima: proposições para uma Educação em Saúde Emancipatória!	Helena Maria Campos	Saúde Coletiva	Fundação Oswaldo Cruz. Instituto René Rachou e Universidade de Coimbra/2017

Fonte: BDTD, sistematizado pela autora, 2021.

Ademais, a decisão pela temática de pesquisa é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da autora que, juntamente com duas colegas, realizou um projeto de educomunicação acerca de violência no namoro, em 2017, na graduação em Comunicação Social, habilitação – Publicidade e Propaganda, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O trabalho, intitulado ““Não é amor, é cilada”: Projeto educomunicacional sobre relacionamentos abusivos entre jovens”, utilizou a educomunicação para desenvolver um

material didático sobre violência no namoro entre adolescentes² a partir de encontros com uma turma de ensino médio, e contou com um produto audiovisual – cuja produção teve contribuição dos estudantes – e um *website*³ como peças de apoio (PADOIN; ROCHA; FERREIRA, 2017).

Geneviève Jacquinot (1998), autora de referência na teoria da educomunicação, afirma que os modos de apropriação e de valores mudaram em relação ao espaço formal de ensino sob a influência das novas tecnologias de informação e comunicação. Portanto, as teorias da comunicação e as teorias da aprendizagem passaram a convergir, substituindo o paradigma da transmissão de conhecimentos pelo da mediação. Assim, desassociar o saber mediático do saber escolar tornou-se insustentável, uma vez que os estudantes atualmente apreendem coisas dos meios de uma forma que escapa ao professor e aos pais. O papel de um educador é, por conseguinte, aceitar que outros universos e outras modalidades de apropriação da realidade entrem na escola. O docente deixa de ser o único capacitado a ensinar, e o educador reconhece que não há mais monopólio da transmissão de conhecimento (JACQUINOT, 1998).

1.1 OBJETIVOS E QUESTÕES NORTEADORAS

Constatada a prevalência de relacionamentos abusivos entre jovens e frente à aparente escassez de ações específicas para o enfrentamento desse fenômeno, tem-se como problema de pesquisa: Como o Estado brasileiro age para a prevenção e enfrentamento da violência no namoro entre adolescentes na esfera da educação? Nesse sentido, a presente dissertação objetivou identificar as respostas do Estado no desenvolvimento de políticas públicas preventivas da violência no namoro entre adolescentes no âmbito da educação. Especificamente, a pesquisa teve como objetivos: 1) identificar os programas de prevenção à violência no namoro entre adolescentes na literatura científica; 2) conhecer as percepções de professores/as de escolas com ensino médio de Porto Alegre acerca da violência no namoro; e 3) conhecer as ações de prevenção à violência no namoro entre adolescentes que esses/as professores/as identificaram durante seu exercício profissional.

A fim de apreender a expressão particular do problema de pesquisa, tem-se como questões norteadoras deste estudo: Como são desenvolvidas as estratégias e ações de

² Disponível em: <https://bit.ly/3kMrVD4>

³ Disponível em: <https://naoemamor.wixsite.com/ecilada>.

prevenção à violência no namoro entre adolescentes na literatura científica? Como os professores de escolas de ensino médio de Porto Alegre percebem a violência no namoro entre os estudantes adolescentes? Que políticas públicas preventivas à violência no namoro eles/elas identificam no cotidiano de seu exercício profissional?

No que concerne à estrutura desta dissertação, serão apresentados quatro capítulos, além do capítulo introdutório e o conclusivo. O capítulo de número dois discorrerá acerca da metodologia utilizada, incluindo tipo de estudo, os procedimentos para a coleta de dados, a análise dos dados coletados e os aspectos éticos da pesquisa. O terceiro capítulo desenvolverá acerca do fenômeno da violência no namoro como uma expressão da violência de gênero, e essa reflexão será composta de um breve histórico do patriarcado e de uma abordagem da divisão sexual do trabalho como sistemas de organização social. Esse capítulo abordará também a violência de gênero como expressão da questão social e o fenômeno central ao trabalho, a violência no namoro. Ainda, o terceiro capítulo apresentará uma revisão integrativa da literatura acerca de programas de prevenção à violência no namoro. Por fim, o quarto capítulo versará acerca do ideário neoliberal e neoconservador e seu impacto nas políticas públicas para a juventude e para a educação no Brasil, bem como desenvolverá a análise dos dados das entrevistas online com as professoras de ensino médio participantes da pesquisa acerca de políticas públicas para a prevenção da violência no namoro.

2 METODOLOGIA

Com o propósito de compreender e reproduzir a realidade no plano do pensamento, esta dissertação considerou a totalidade concreta como categoria fundamental da realidade, a partir do método qualificado para tal empreendimento: o materialismo histórico-dialético (LUKÁCS, 2018). Essa concepção dialética da totalidade, base da tradição marxista, é considerada por Lukács como necessária para o desvendamento do real, para uma análise que excede os aspectos superficiais dos fatos:

aquela “ciência” que reconhece como fundamento do valor científico a maneira como os fatos são imediatamente dados, e como ponto de partida da conceitualização científica sua forma de objetividade, coloca-se simples e dogmaticamente no terreno da sociedade capitalista, aceitando sem crítica sua essência, sua estrutura de objeto e suas leis como um fundamento imutável da “ciência”. Para passar desses “fatos” àqueles no verdadeiro sentido da palavra, é preciso descobrir seu condicionamento histórico como tal e abandonar o ponto de vista a partir do qual eles são dados como imediatos: é preciso submetê-los a um tratamento histórico-dialético [...] (LUKÁCS, 2018, p. 74-75).

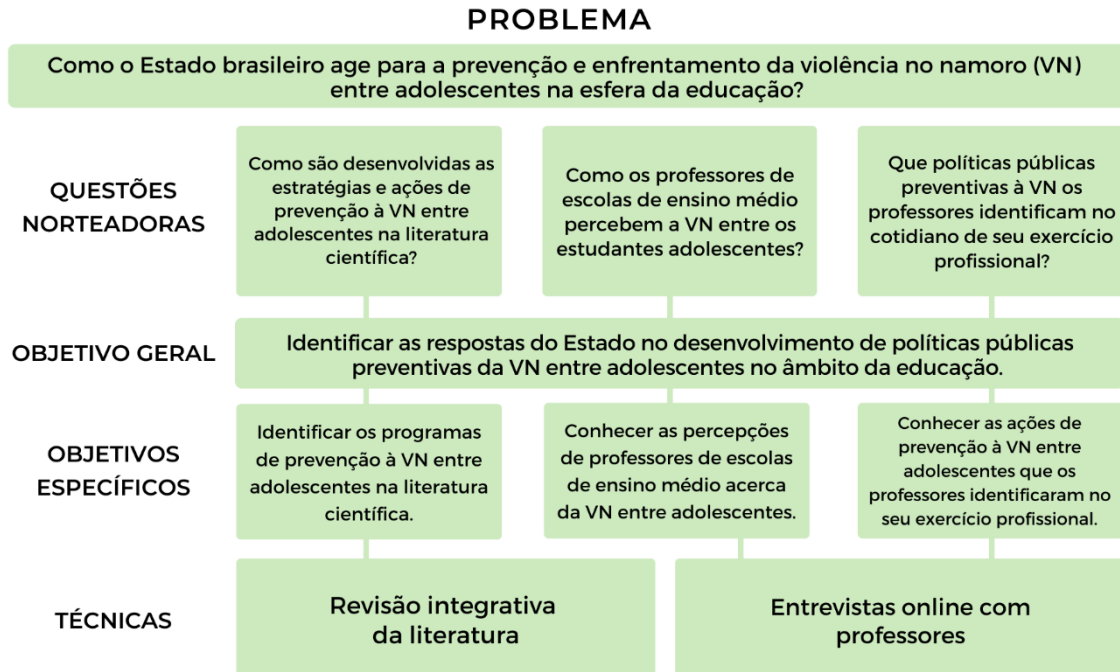
Dito isso, este trabalho se propôs a analisar a violência no namoro não como um fenômeno isolado, mas cercado de determinantes conforme o período histórico em que se insere e construído por processos econômicos, políticos e culturais, isto é, por relações sociais históricas. Assim, a violência no namoro será entendida como expressão da violência de gênero no âmbito de relações afetivo-sexuais entre adolescentes, proveniente do patriarcado como forma de organização social oriunda do estabelecimento da propriedade privada. Ainda, será analisado como as racionalidades neoliberal e conservadora, em ascensão após a crise mundial do capital dos anos de 1970, impactam as políticas públicas para a juventude e para a educação no Brasil.

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo apresenta abordagem qualitativa, consistindo em duas etapas, uma com uma revisão integrativa da literatura e outra com entrevistas online, o que possibilitará a integração e discussão conjunta dos dados a fim de realizar inferências e obter uma maior apreensão do fenômeno em estudo (GRAY, 2012). Sua distribuição de tempo ocorreu por procedimentos sequenciais, “nos quais os pesquisadores tentam elaborar ou expandir os resultados de um método com outro método” (CRESWELL, 2007, p. 33), “envolvendo

exploração detalhada de poucos casos ou de poucas pessoas” (p. 33). A Figura 1 a seguir demonstra o esquema metodológico da pesquisa, apresentando o problema, questões norteadoras, objetivos geral e específicos e as técnicas de pesquisa, bem como a relação entre esses elementos.

Figura 1 – Esquema metodológico da pesquisa – Porto Alegre, 2021.



Legenda: VN – violência no namoro.

Fonte: autora, 2021.

A primeira etapa consistiu em revisão integrativa da literatura a partir do proposto por Whittmore e Knafel (2005), cujos procedimentos metodológicos estão explicitados na subseção 3.4.1. A segunda etapa foi realizada com professoras de escolas com ensino médio da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, por meio de entrevistas online na plataforma *Zoom*, de junho a julho de 2021. Salienta-se que o caráter online da técnica de coleta de dados se deu em razão da pandemia do novo coronavírus, de modo a respeitar o isolamento social. As entrevistas seguiram um roteiro, que foi elaborado pela autora e testado na primeira entrevista para então receber os ajustes cabíveis (Apêndice A).

Entrevistas têm o objetivo de gerar informações pertinentes para um objeto de pesquisa, isto é, são “*conversas com finalidade*” (MINAYO, 2009, grifos da autora, p. 64). Foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas e abertas, que combinaram questões em que as participantes tiveram a possibilidade de discorrer sobre a temática em questão, e cujas perguntas buscaram dar mais profundidade às reflexões. Essa técnica possibilitou abordar a

expressão do tema nas políticas sociais vinculadas ao âmbito da educação a partir das experiências das professoras, bem como explorar a temática da violência no namoro, proporcionando conhecer suas percepções acerca da questão. Essas últimas configuram dados primários, isto é, informações geradas diretamente no diálogo com a pessoa entrevistada, que tratam da reflexão das participantes sobre a realidade que vivenciam: são dados subjetivos que somente podem ser obtidos com a contribuição das entrevistadas (MINAYO, 2009).

Quanto às participantes, foi utilizada amostra por conveniência. Os critérios de inclusão para os potenciais participantes das entrevistas foram: professores e gestores de escolas com ensino médio, públicas ou privadas, da cidade de Porto Alegre/RS, tanto em exercício quanto aposentados. O recrutamento se deu por e-mail, *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*, bem como pela técnica de bola de neve (participantes indicando outros potenciais participantes). A Figura 2 apresenta a imagem utilizada para divulgação da pesquisa e recrutamento, e foi publicada nas redes sociais mencionadas. Vale ressaltar a dificuldade de recrutamento de participantes no contexto da pandemia, uma vez que, além de o ambiente online afetar a procura por participantes e o retorno dos convites à participação, o interesse em participar de uma pesquisa pode ser reduzido devido à exaustão mental causada pela realidade sanitária do país e pelo modelo remoto de ensino instaurado. Ainda, o fato de que se trata de um tema sensível pode ter sido um fator que dificultou a adesão à participação na pesquisa.

Foram realizadas quatro entrevistas, com cerca de uma hora cada, que foram gravadas com o consentimento expresso das professoras e posteriormente transcritas. As quatro participantes eram mulheres, e tinham entre 24 e 64 anos. Uma delas era aposentada de escola pública, e as demais estavam exercendo a profissão, sendo que duas lecionavam em escolas particulares e uma lecionava em escola pública, todas em Porto Alegre. As informações acerca das instituições nas quais trabalhavam e as disciplinas que ministravam foram suprimidas para garantir o sigilo da identidade das participantes.

Para a análise dos dados das entrevistas, foi realizada análise de conteúdo temática, que diz respeito a técnicas de pesquisa que possibilitam tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto (MINAYO, 2010). Tendo em vista o caráter qualitativo da pesquisa, a fim de buscar a compreensão dos significados no contexto da fala, abdica-se da análise de frequência das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade, tentando-se “ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante a inferência, uma interpretação mais profunda” (MINAYO, 2010, p. 307).

Para uma análise temática de significados, a presença de determinados temas

representa estruturas de relevância, valores de referência e modelos de comportamento presentes ou subjacentes no discurso. Com o propósito de se compreender tais significados, a análise temática costuma apresentar as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados/inferência/interpretação (GOMES, 2009; MINAYO, 2010).

Figura 2 – Imagem para divulgação da pesquisa – Porto Alegre, 2021.

**CONVITE PARA
PARTICIPAÇÃO EM
PESQUISA DE MESTRADO**

VIOLÊNCIA NO NAMORO E A RESPOSTA
DO ESTADO NA MATERIALIZAÇÃO DE
POLÍTICAS SOCIAIS PREVENTIVAS



Letícia de Mello Padoin - Mestranda em Serviço
Social pela PUCRS

Profª Drª Patrícia Krieger Grossi, PhD - orientadora

Se você é professor/a ou gestor/a de escolas públicas
ou privadas de Ensino Médio de Porto Alegre/RS,
participe desta pesquisa acerca da violência no
namoro e políticas sociais preventivas! Será uma breve
entrevista online. Nossa conversa será confidencial.
Compartilhe com outros professores ou gestores
que você conhece!

**Entre em contato pelo Whatsapp
(55) 99950-3939
ou pelo e-mail leticiapadoin@gmail.com**

**Sua participação é de extrema importância!
Obrigada!**

Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Legenda: VN – violência no namoro.

Fonte: autora, 2021.

A pré-análise é a etapa que consiste na escolha do material a ser analisado (transcrição das entrevistas gravadas), e em que são retomadas as hipóteses e objetivos primordiais da pesquisa. Nessa etapa, o conjunto de dados obtidos é organizado, separando as falas dos participantes de acordo com o que é interessante para o alcance do objetivo, o que receberá uma análise aprofundada. Na segunda etapa ocorre a classificação do material em categorias, em que o pesquisador procura localizar padrões que consistem em palavras ou expressões com significado importante em torno do qual o conteúdo de uma fala será organizado. A terceira e última etapa consiste no tratamento dos resultados obtidos e

consequente interpretação, remetendo-se o significado ao contexto investigado. Nesse sentido, realizam-se interpretações pautadas no quadro teórico proposto inicialmente (MINAYO, 2010).

Após a análise das entrevistas, foram realizadas inferências acerca das falas em relação às teorias propostas no estudo. A partir dos excertos das entrevistas, foram estabelecidas as seguintes categorias temáticas: conhecimento das características de violência no namoro; diferença de comportamento entre os gêneros; limites para a relação professor-aluno; ausência de recurso psicopedagógico e de ações de prevenção. Assim sendo, os capítulos seguintes apresentarão a análise dos dados das entrevistas, com as interpretações das falas das participantes em relação às categorias temáticas eleitas e as teorias pertinentes.

2.2 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi realizada sob os preceitos éticos e as normas regulamentadoras de pesquisa apresentadas na Resolução nº 510 (BRASIL, 2016a), que representa as especificidades das Ciências Humanas e Sociais, do Conselho Nacional de Saúde do Brasil. Ainda, foram seguidas as orientações para procedimentos em pesquisas em ambiente virtual segundo o Ofício Circular Nº 2/2021 (BRASIL, 2021b). Assim, pretendeu-se garantir às participantes o seu direito de autonomia, privacidade e equidade, bem como informar quanto aos riscos e benefícios da pesquisa. A coleta de dados foi realizada mediante utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), enviado às participantes por e-mail previamente à entrevista.

No que diz respeito à devolução dos resultados da pesquisa, a devolução às professoras se dará pelo meio que escolheram durante as entrevistas, podendo ser pelo convite à banca de defesa, envio da dissertação após sua finalização e envio de um material em formato de infográfico com os resultados. A finalidade será a de ilustrar a seriedade da violência no namoro, visto que é uma população com a qual trabalham, para que possam considerar e demandar projetos de prevenção do fenômeno em seu exercício profissional. Em relação à ciência, os resultados do estudo serão retornados à sociedade por meio de publicação de artigos e de participação em eventos de áreas correlatas, com o objetivo de contribuir na produção de conhecimento sobre o tema e no preenchimento de suas lacunas, promovendo o debate sobre o assunto e expondo suas contradições, demandas e importância.

3 ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: AS BASES DA VIOLÊNCIA NO NAMORO

Neste capítulo, o fenômeno da violência no namoro entre adolescentes será conceituado, a partir da perspectiva de que se trata de uma expressão da violência de gênero, e terá como fundamentação teórica a ordem patriarcal de gênero como sistema histórico de dominação-exploração das mulheres pelos homens nas sociedades assentadas na propriedade privada (ENGELS, 2019; LERNER, 2019; SAFFIOTI, 2013). Ainda, a divisão sexual do trabalho será considerada um processo histórico que vem mantendo a subordinação das mulheres nas sociedades de classes (DAVIS, 2016; SAFFIOTI, 2013), o que perpetua as desigualdades de gênero não apenas no âmbito econômico, mas também nas esferas política e social. Assim, este estudo adota a concepção de que a violência no namoro entre adolescentes possui origens inscritas na ordem patriarcal de gênero, o que determina suas particularidades conforme os papéis tradicionais de gênero, contudo, dispondo de características específicas atinentes à faixa etária juvenil.

O termo “gênero”, segundo Joan Scott (1995), apareceu inicialmente entre feministas americanas, que pretendiam evidenciar o caráter fundamentalmente social das diferenças baseadas no sexo. A palavra passou a rejeitar o determinismo biológico implícito no uso dos termos como “sexo” ou “diferença sexual”, que sustentam as formas de subordinação feminina, e enfatizou o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade, isto é, indicou que as ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres são inteiramente sociais. Heleieth Saffioti (2009), no entanto, ressalta que o gênero é socialmente construído considerando-se seu substrato material – o corpo –, sobre o qual a sociedade atua, não prescindindo, portanto, de seu aspecto biológico, situado na esfera ontológica orgânica.

Segundo Saffioti (2009), portanto, o gênero é pretensamente neutro, uma vez que diz respeito aos papéis diferentes – mas não desiguais – para categoriais sexuais diferentes – homens e mulheres –, isto é, se trata do significado do masculino e do feminino produzido pela vida gregária, datando assim do início da humanidade, há cerca de 300 mil anos (SAFFIOTI, 2009, 2015). O patriarcado, ou ordem patriarcal de gênero, portanto, é o conceito eleito neste estudo, uma vez que se aplica somente a uma fase histórica, tendo cerca de 5.203-4 anos de idade, sucedeu às sociedades igualitárias e corresponde à dominação-exploração ou exploração-dominação masculina sobre as mulheres, configurando um conceito de ordem política (SAFFIOTI, 2009).

O patriarcado pode ser definido como um pacto masculino que capacita a categoria

homens a estabelecer e manter o controle sobre as mulheres e, segundo a autora, é essencial a apreensão de seu caráter histórico para empoderar a categoria mulheres. Nesse regime, os homens asseguram para si mesmos e para seus dependentes os meios necessários à produção e reprodução da vida, e as mulheres são seus objetos de satisfação sexual e reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras (SAFFIOTI, 2009), estando intrinsecamente associado ao estabelecimento da sociedade de classes (SAFFIOTI, 2013).

Isto posto, considera-se fundamental o uso da categoria de ordem patriarcal de gênero. O gênero constitui-se na diferença sexual, antes apenas existente na esfera ontológica orgânica, que passa a constituir uma referência para a articulação das relações de poder, e o patriarcado consiste em milênios da história recente, em que se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com dominação masculina (SAFFIOTI, 2009). Com isso, torna-se possível a análise da experiência das mulheres no estudo da história que, até recentemente, era contada a partir da perspectiva da metade masculina da humanidade (LERNER, 2019). Apesar da longa primazia masculina, as mulheres são e sempre foram essenciais e participantes ativas para criar a sociedade, são sujeitos e agentes da história. Mesmo sendo impedidas de conhecer a própria história e interpretá-la, mesmo excluídas da criação de sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis, tiveram centralidade e papel ativo no desenvolvimento das sociedades (ibid). Assim, a análise dessa contradição se faz necessária para um maior entendimento da criação da ordem patriarcal de gênero como sistema histórico de dominação-exploração das mulheres pelos homens nas sociedades assentadas na propriedade privada (ENGELS, 2019; LERNER, 2019; SAFFIOTI, 2013), bem como as desigualdades econômicas e políticas que dela decorrem.

3.1 UM BREVE HISTÓRICO DO PATRIARCADO

Anteriormente às estruturas sociais que determinavam hierarquias entre os sexos, a mulher encontrava-se em posição igualitária junto ao homem. Nas sociedades primitivas de caça e coleta, por exemplo, a divisão do trabalho era social e, mesmo que levando em conta aspectos naturais de sexo, as atividades socialmente atribuídas às mulheres não eram desvalorizadas. Embora não fossem detentoras de mais poder do que os homens, eram consideradas seres poderosos e fortes em virtude de sua capacidade de gestar, dar à luz e alimentar um novo ser humano sozinhas. Enquanto não estavam incumbidas dessas atividades, caçavam como os homens; contudo, durante a gestação ou amamentação do bebê,

a mulher geralmente limitava-se à colheita, devido às restrições de atividades físicas ou pela não possibilidade de perseguir uma presa com uma criança amarrada ao peito. Desse modo, em tais sociedades, as mulheres eram responsáveis pela maior parte da provisão do alimento necessário à sobrevivência do grupo, uma vez que a coleta era certa, enquanto a caça, atividade conferida ao homem, era incerta (SAFFIOTI, 2013).

A existência da dominância masculina, portanto, não pode ser tomada como natural ou divina, ao contrário do que a perspectiva androcêntrica sustenta. A teoria de referência sobre a origem da subordinação da mulher é a obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, de Friedrich Engels (2019), publicado inicialmente em 1884, que a descreve como um fenômeno oriundo do estabelecimento da propriedade privada. Nas sociedades tribais, o desenvolvimento da criação de animais levou ao comércio e à posse de rebanhos por chefes de famílias, e seu consequente excedente foi apropriado pelos homens e transformado em propriedade privada, sobrepondo-se à posse comum de propriedades característica do comunismo primitivo. Uma vez adquirida tal propriedade privada, os homens procuraram assegurá-la a si próprios e seus herdeiros, de forma a instituir a monogamia. Controlando a sexualidade das mulheres por meio da requisição de castidade pré-nupcial e da fidelidade, os homens certificavam-se da legitimidade de seus descendentes, garantindo seus interesses de propriedade e herança (ENGELS, 2019).

Desse modo, surge a família individual monogâmica como uma unidade econômica, em detrimento das antigas relações de afinidade baseadas na propriedade comum, e com isso proclama-se a soberania do homem na família e a consequente derrocada da matrilinearidade. Estas relações de parentesco consistiam na passagem das propriedades dos homens não a seus filhos, mas aos filhos de suas irmãs (LERNER, 2019), e sua falência se deu a partir da descoberta da imprescindibilidade do homem no ato reprodutivo, observado no acasalamento dos animais criados (JOHNSON, 1997 *apud* SAFFIOTI, 2009). Com o desenvolvimento do Estado, a família monogâmica converteu-se na família patriarcal, em que o trabalho da mulher, antes igualmente dividido com o homem, se tornou um serviço doméstico privado e separado da participação na produção social. A mulher foi reduzida à servidão, tornando-se um instrumento para reprodução, o que foi conceituado por Engels como a primeira opressão de classe: aquela do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 2019).

Contudo, as mulheres das classes sociais diretamente envolvidas na produção de bens e serviços nunca foram alheias ao trabalho. Historicamente elas têm contribuído para a subsistência de suas famílias e para a criação da riqueza social (SAFFIOTI, 2013). Ulteriormente, nas sociedades feudais, cuja espécie de trabalho era agrícola, a classe de

trabalhadores produzia tanto para seus senhores quanto para as classes eclesiástica e militar. O camponês que trabalhava, sem pagamento, no solo do feudo deveria dar prioridade à colheita do senhor, e conseguia arrancar de sua pequena terra apenas o suficiente para uma vida miserável. Tratava-se de uma economia de autoconsumo, em que cada feudo era praticamente autossuficiente. O camponês e sua família cultivavam seu próprio alimento e produziam suas próprias roupas, e os senhores atraíam para sua casa os camponeses que demonstravam boas capacidades de produzir os objetos de que precisavam (HUBERMAN, 1980).

Nessas sociedades pré-capitalistas, em que a família era a unidade econômica de produção, embora jurídica, social e politicamente inferiores ao homem, as mulheres participavam do sistema produtivo desenvolvendo atividades domésticas que possuíam um relevante papel econômico (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982; SAFFIOTI, 2013). Entretanto, sendo este papel menos relevante que o do homem, configurava-se como subsidiário no conjunto das atividades econômicas da família. Na medida em que a produtividade do trabalho é baixa, não se impõe à sociedade a necessidade de marginalizar as mulheres do sistema produtivo, pois seu trabalho ainda é necessário tanto para a subsistência da família quanto para garantir a ociosidade das classes dominantes. Contudo, o processo de marginalização da mulher da organização geral da produção já estava projetado na forma subsidiária que seu trabalho assumia. Tanto na economia feudal quanto na de burgo, e especialmente nesta última, que precede a instituição da economia fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontrava impedimentos. Mais do que a economia agrária da época medieval, as corporações de ofícios (unidades de produção artesanal) impediam o ingresso das mulheres ou ofereciam-nas posições de trabalho subalternas e menos compensadoras, conduzindo o processo de marginalização da mulher do sistema de produção econômica a um estágio mais avançado (SAFFIOTI, 2013).

A partir da Revolução Industrial do século XVIII, a unidade doméstica e a unidade de produção passaram a dividir o trabalho, correspondendo também a uma divisão sexual do trabalho. Ao homem, coube a atividade produtiva fora do lar, pela qual passou a receber um salário, e à mulher coube, principalmente, a execução das tarefas de reprodução da força de trabalho, isto é, o trabalho doméstico não remunerado. À vista disso, a ideologia atribuiu essa divisão à natureza biológica dos sexos, mistificando o papel de esposa e de mãe e concretizando-se prontamente, uma vez que “casa” e “família” passaram a significar a mesma coisa. Contudo, na verdade, “enquanto a casa é uma unidade material de produção e de consumo, a família é um grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos” (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982, p. 10). Ademais, outro aspecto explorador do papel

atribuído à mulher se refere à possibilidade de que, ao homem trabalhador, seja pago um salário inferior àquele que deveria receber caso tivesse que pagar pelos serviços que são cotidianamente realizados “de graça” pela mulher no lar (ibid).

Consequentemente, o aparecimento do modo de produção capitalista se dá em condições profundamente adversas à mulher. No processo de individualização implantado pelo capitalismo, a mulher encontra-se em uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível ideológico, mantinha-se a tradição de uma subvalorização das capacidades femininas baseadas em mitos justificadores da supremacia masculina; no plano material, conforme se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das atividades produtivas, localizando-se na periferia do sistema de produção. Além disso, as desvantagens sociais que atingiam as mulheres permitiam à sociedade capitalista em formação a extração ao máximo do mais-valor absoluto das mulheres através, concomitantemente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos do que os oferecidos aos homens (SAFFIOTI, 2013).

3.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO SOB O CAPITAL

A lógica da propriedade privada, fundada na produção e circulação de mercadorias, torna-se, sob o modo de produção capitalista, seu direto oposto. A troca de equivalentes, que se configurava como a operação original nas formações pré-capitalistas, “torceu-se” ao ponto de efetivar-se apenas na aparência, uma vez que, em primeiro lugar, a parcela do capital trocada por força de trabalho não é mais do que uma parcela do produto do trabalho alheio, apropriado sem equivalente. Em segundo lugar, o trabalhador tem de repor tal parcela, além de fazê-lo com um novo excedente. Assim, a relação de troca entre o capitalista e o trabalhador se converte em aparência no processo de circulação, estranha ao próprio conteúdo. Essa esfera de troca de mercadorias, em cujos limites se dá a compra e venda da força de trabalho, configura-se como o âmbito da liberdade, da igualdade e da propriedade formais, em que os vendedores e compradores da força de trabalho estão inseridos em um contrato como pessoas livres, movidas pelo livre arbítrio e detentoras de direitos iguais. Contudo, esse processo restringe-se à formalidade, visto que, como mencionado acima, não envolve trocas de equivalentes concretas entre os participantes do contrato (MARX, 2013).

Durante o período de constituição da sociedade de classes, bem como no seu funcionamento, interferem sobrevivências de formações sociais já substituídas, aparentemente

desvinculadas da ordem social capitalista. Aspectos de ordem natural, como sexo e etnia, funcionam como válvulas de escape para um alívio aparente de tensões sociais causadas pelo capitalismo, e desviam a atenção da sociedade da estrutura de classes, direcionando-a para características físicas que certos setores da população possuem. Assim, o modo capitalista de produção utiliza-se da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de contingentes populacionais do sistema produtivo de bens e serviços, e o sexo, aspecto há muito designado para legitimar a inferiorização social da mulher, passa a ser utilizado para atualizar a sociedade competitiva no estabelecimento das classes sociais (SAFFIOTI, 2013).

Na sociedade capitalista, na medida em que dividida em classes, o princípio da igualdade entre os homens legitima-se apenas no plano jurídico, negando parcialmente, portanto, a si mesmo. Desigualdades profundas anulam a igualdade formal e, no que diz respeito aos sexos, a sociedade competitiva não diminuiu as diferenças entre homens e mulheres, mas as acirrou. No modo de produção feudal, ambos os sexos eram submetidos à servidão; no modo de produção capitalista que se constituía, por outro lado, além da permanência das tradições que inferiorizavam socialmente o sexo feminino, as leis tão somente o oportunizavam que vendesse sua força de trabalho livremente. Entretanto, a mulher encontra uma pequena ampliação de seus horizontes sociais: pôde se distanciar do lar para desempenhar atividades ocupacionais, mas continuou alijada da participação na vida pública (SAFFIOTI, 2013).

À medida que a industrialização avançava e abandonava o modo de produção feudal, a produção econômica da casa foi sendo transferida para a fábrica, e a relevância do trabalho doméstico praticado pelas mulheres passou por um desgaste sistemático. A ausência desses trabalhos tradicionais, uma vez apropriados pelas fábricas em expansão e afastados da casa, deixou muitas mulheres desprovidas de papéis econômicos significativos. Em meados do século XIX, as fábricas forneciam os produtos convencionalmente feitos pelas mulheres, como tecidos, vela e sabão, e até mesmo produtos alimentícios começaram a ser fabricados em grande escala, como manteiga e pão, e o trabalho feminino, agora desvalorizado, foi deslocado para outras áreas para a extração de mais-valor. Como fiar e tecer eram atividades domésticas tradicionalmente femininas, as mulheres foram as primeiras convocadas pelos proprietários capitalistas para operar os novos teares a vapor. Assim, constitui-se como uma contradição o fato de que, considerando a subsequente exclusão das mulheres da produção econômica industrial como um todo, a mão de obra industrial pioneira tenha sido constituída por elas (DAVIS, 2016).

Conforme o capitalismo industrial se aproximava de sua consolidação, ampliava-se a

segmentação entre a nova esfera econômica e a velha produção familiar. Além da realocação física da produção econômica, também foi uma transformação drástica a revalorização generalizada da produção necessária ao novo sistema econômico. Enquanto o valor dos bens anteriormente produzidos no ambiente doméstico se devia principalmente por suprirem as necessidades básicas da família, a importância das mercadorias industrializadas consistia predominantemente em seu valor de troca, ou seja, em seu poder de atender às demandas por lucro dos empregadores. Tal revalorização revelou uma fundamental separação estrutural entre a economia familiar tradicional e a economia voltada ao lucro do capital. As tarefas da casa, por não gerarem lucro, configuraram o serviço doméstico como uma forma inferior de trabalho, em comparação com o trabalho assalariado sob o capitalismo. Consequentemente, um importante subproduto dessa drástica transformação econômica e ideológica foi o surgimento da “dona de casa”: as mulheres passaram a ser consideradas responsáveis por uma desvalorizada vida doméstica (DAVIS, 2016).

Não obstante a “dona de casa” tivesse sua origem nas condições sociais da burguesia e das classes médias, que possuíam capital para contratá-la, a ideologia do século XIX redefiniu os modelos universais de feminilidade, baseando-os na dona de casa e na imagem da mãe. Como a propaganda popular vinculava os papéis que as mulheres exerciam no lar à vocação, as mulheres que vendiam sua força de trabalho passaram a ser tratadas como estranhas no mundo masculino da economia pública. Por estarem longe de suas incumbências “naturais”, as mulheres não eram vistas nem tratadas como trabalhadoras assalariadas completas. Como consequência, foram submetidas a longas jornadas, condições de trabalho precárias e salários excessivamente baixos, sofrendo uma exploração ainda mais intensa do que a de seus colegas homens. Assim, é possível afirmar que o patriarcado foi assimilado como uma fonte de extração de mais-valor elevada para os capitalistas (DAVIS, 2016).

A promoção de um novo modelo de feminilidade no final do século XIX e no início do século XX no Brasil foi retratada por Luzia Margareth Rago:

[...] a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intra-familiares [*sic*]. À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia [*sic*], prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio (RAGO, 1985, p. 62).

Assim, o novo arquétipo normativo de mulher é engendrado desde meados do século XIX, envolvido de qualidades concomitantes de subordinação e prestígio, como “frágil e soberana,

abnegada e vigilante” (ibid).

Principalmente às classes dominantes são exigidas novas formas de comportamento adequado e de etiqueta, que se estenderam paulatinamente às classes trabalhadoras, exaltando valores burgueses de dedicação, castidade e esforço individual. Embora esses símbolos valorizassem a mulher do lar, as mulheres pobres da classe trabalhadora continuavam sendo exigidas no mercado de trabalho, mas seu ingresso no cenário urbano não coincidiu com uma atenuação de requisições morais. Antigos tabus permaneceram, como o da virgindade, e quanto mais a mulher desprendia-se da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lançava sobre ela o peso do pecado, a culpabilização pelo abandono do lar, dos filhos e do marido extenuado pelas longas horas de trabalho, constituindo um discurso moralista que incide sobre sua vida social, doméstica e produtiva (RAGO, 1985).

A conservação de princípios tradicionais originados em sociedades anteriores é, portanto, um fenômeno subordinado aos interesses da ordem dominante nas sociedades de classes. Os preconceitos e desigualdades, aparentemente protetores do desenvolvimento da ordem capitalista, funcionam, na realidade, como fatores que auxiliam na manutenção dessa ordem. Através do uso meticuloso de preconceitos, o sistema de produção limita a intensidade e a extensão da integração de certas categorias sociais a si, resguardando-se de “possíveis rupturas de equilíbrio, mantendo suportáveis as tensões que gera” (SAFFIOTI, 2013, p. 88-89). Sob a lógica do capital, incentivar atitudes que marginalizam certos segmentos da população apresenta-se como uma estratégia racional, uma vez que esses contingentes populacionais constituem um exército industrial de reserva que poderá ser convocado ao trabalho em momentos oportunos (MARX, 2013).

Consequentemente, o alijamento das mulheres do sistema produtivo alivia as tensões decorrentes do excesso de mão de obra no mercado de trabalho, uma vez que já se espera desse sexo que permaneça no lar realizando trabalhos domésticos, e assim, igualmente, grandes contingentes femininos mantêm-se economicamente inativos, aptos a serem mobilizados pela estrutura ocupacional a qualquer instante. Ademais, esse processo de marginalização da mulher, justificando-se a partir da ordem patriarcal de gênero, utiliza tanto o homem quanto a mulher como vetores mais ou menos estranhados da exploração de sua própria força de trabalho nas sociedades capitalistas (SAFFIOTI, 2013).

As mudanças ocorridas a partir da financeirização do capital, na segunda metade do século XX, foram cruciais para as transformações do modo de vida das mulheres. A despeito do aumento da participação feminina na população economicamente ativa, isso não ocorreu igualmente em todos os setores, e algumas categorias ocupacionais específicas, consideradas

femininas, tiveram maior concentração desse novo contingente de trabalhadoras, o que Bruschini e Rosemberg (1982) classificaram como “sexualização das ocupações”. Segundo as autoras, em 1970, mais de 80% do contingente de mulheres trabalhadoras atuava em apenas dez ocupações, frequentemente de baixo prestígio e remuneração: empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, professoras primárias, funcionárias de escritório, costureiras, lavadeiras, balconistas, serventes, enfermeiras e tecelãs (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982).

Além disso, especialmente nos países periféricos, a partir da reestruturação produtiva dos anos 70, desenvolviam-se as indústrias de mão de obra intensiva interessadas no trabalho feminino. Em vista disso, é preciso analisar criticamente o processo em cujo interior se amplia a demanda pela força de trabalho feminina, uma vez que se fundamenta na compreensão de que o trabalho feminino é mais barato e de que as mulheres são submissas e flexíveis. Trata-se, portanto, de uma maior inclusão das mulheres como proletárias no sistema de produção capitalista: ao passo em que aumenta a inserção da mulher no mercado de trabalho, subordinava-se tal inserção à precarização e à acumulação flexível, não configurando, assim, uma redução das desigualdades entre homens e mulheres na esfera produtiva (GONÇALVES, 2011).

Os fluxos mundiais do capital, sejam eles de investimentos, financeiros, comerciais, não integraram todos os países de forma homogênea, o que afetou intensamente o trabalho feminino. A partir dos anos de 1990, acentua-se um deslocamento de empresas dos países capitalistas centrais para os periféricos, com vistas à redução de custos por meio da utilização de uma força de trabalho menos qualificada e, portanto, mais barata. De acordo com uma pesquisa realizada pelo grupo ATTAC (2003 *apud* GONÇALVES, 2011), a Alemanha teve mais de 1,5 milhão de empregos, em sua maior parte ocupados por mulheres, gradualmente transferidos para o sul e sudeste da Ásia entre 1970 e 1995. Ademais, a pesquisa mostrou que a força de trabalho das indústrias de exportação dos países periféricos se constituía de 70% a 90% por mulheres em setores como vestuário, couro, têxtil, alimentos, jogos e eletrodomésticos (*ibid*).

No século XXI, bilhões de homens e mulheres são submetidos, cada vez mais, a situações de trabalho instáveis, precárias ou ao desemprego. À proporção que se amplia o contingente de homens e mulheres aptos ao trabalho em escala global, há uma significativa redução dos postos de trabalho disponíveis. Aqueles que se mantêm empregados presenciam o desmonte de seus direitos sociais e o desgaste das conquistas históricas da classe trabalhadora. Isso se configura como um produto da lógica destrutiva do capital que, ao passo que alija milhões de homens e mulheres do sistema produtivo, se expande a nível mundial e estabelece novos modos de informalizar, precarizar e flexibilizar o trabalho, aumentando ainda mais a

pauperização das condições de vida daqueles que se mantêm trabalhando. Sob a hegemonia do capital financeiro, as empresas buscam obter seus lucros transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela otimização do tempo, pelas altas taxas de produtividade e pela redução dos custos, como os relativos ao trabalho vivo, além da exigência pela maior flexibilização dos contratos de trabalho. Nesse contexto de precarização das condições de trabalho, a terceirização vem assumindo centralidade na estratégia empresarial, que esconde as relações sociais entre capital e trabalho sob o disfarce das relações interempresas, baseadas em contratos intermitentes e flexíveis, que desestruturam a classe trabalhadora objetiva e subjetivamente (ANTUNES, 2018).

O documento “*World Employment and Social Outlook: Trends for Women 2018 – Global Snapshot*”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), analisou dados da década anterior à publicação e avaliou as perspectivas do mercado de trabalho feminino no mundo, examinando as lacunas entre homens e mulheres de acordo com indicadores estatísticos da mesma organização, como participação da força de trabalho, desemprego, trabalho informal e pobreza no trabalho. O principal dado encontrado na pesquisa é o fato de que, em média, no mundo todo, as mulheres continuam muito menos propensas a participarem do mercado de trabalho do que os homens: com 48,5% em 2018, a taxa de participação feminina da força de trabalho global é 26,5 pontos percentuais menor do que a dos homens. Apesar de as taxas de participação feminina estarem gradualmente se aproximando àquelas dos homens em países centrais, apresentando uma diferença de 15,6% em 2018, evidências mostram lacunas persistentes entre os salários de homens e mulheres nesses países. Uma vez que as mulheres aumentaram significativamente seus níveis de educação e experiência, novos dados apontam para outros fatores que podem explicar essa desvantagem, como práticas discriminatórias de contratação e promoção por parte dos empregadores. Por outro lado, os países periféricos apresentam a menor lacuna de participação entre mulheres e homens, de 11,8% em 2018. Mulheres nesses países têm uma das maiores taxas de participação (69,3%); contudo, o que explica essa taxa é a necessidade econômica de procurar emprego nesses países, causada pela pobreza existente e pela insuficiência de proteção social (OIT, 2018).

Globalmente, mais de 42% dos trabalhadores e trabalhadoras são autônomos ou trabalhadores familiares contribuintes, que configuram categorias de emprego vulnerável. Isso representa mais de 1,4 bilhão de trabalhadores com mais probabilidades de estarem em emprego informal e vivendo na pobreza, além de terem limitado ou nenhum acesso a sistemas de seguridade social. Em países periféricos, o progresso na redução do emprego vulnerável encontra-se estagnado, uma vez que o número de trabalhadores autônomos e familiares

contribuintes vêm crescendo de acordo com o aumento da força de trabalho. Há importantes disparidades entre homens e mulheres em termos da composição relativa do trabalho autônomo e do trabalho familiar contribuinte. Enquanto para os homens as duas categorias tiveram um pequeno declínio na última década, a participação das mulheres como trabalhadoras familiares diminuiu 4,6%, e sua participação como trabalhadoras autônomas aumentou em 1,8%. Como resultado, com 36,2% em 2018, a parcela do trabalho autônomo entre homens é 10 pontos percentuais maior que a das mulheres globalmente. Em contraste, mulheres têm duas vezes mais chances de ser trabalhadoras familiares contribuintes em comparação aos homens. Em todos os países, a condição de trabalhador autônomo ou familiar contribuinte no mercado de trabalho carrega o risco do acesso mais limitado aos direitos trabalhistas e de seguridade social conferidos aos trabalhadores que possuem contrato de trabalho formal. Esse risco é particularmente grande nos países periféricos, onde essas categorias de emprego são uma forte indicação de informalidade, más condições de trabalho e ausência de proteção social (OIT, 2018).

Além de trabalhadores autônomos e familiares contribuintes, há outros grupos que entram na categoria ampla de economia informal, especialmente em países de capitalismo periférico. Trabalhadores do setor informal e trabalhadores de empresas do setor formal que mantêm empregos informais também estão expostos aos riscos sistêmicos do mercado de trabalho, como ausência de contratos de trabalho e, conseqüentemente, a exclusão do escopo da legislação trabalhista e de regulamentações de seguridade social. As mulheres estão altamente representadas no emprego informal nos países periféricos, em parte porque há uma proporção maior de mulheres que trabalham como familiares contribuintes. A parcela de mulheres em empregos informais em países de capitalismo periférico foi 4,6 pontos percentuais maior que a dos homens, ao incluir trabalhadores rurais, e 7,8 pontos percentuais maior ao excluí-los. Essa lacuna entre homens e mulheres é muito maior em alguns países da África subsaariana, onde a diferença é superior a 20 pontos percentuais. Além disso, em aproximadamente um terço dos países africanos subsaarianos com dados disponíveis, a participação de mulheres em empregos fora da agricultura que trabalham informalmente é superior a 90%, enquanto para os homens a taxa de participação fica em torno de 82% (OIT, 2018).

Disparidades de gênero também persistem em relação à média salarial. Em uma amostra de países centrais e periféricos, por exemplo, evidenciou-se que as mulheres ganham, em média, 20% menos do que os homens (OIT, 2016 *apud* OIT, 2018). Uma proporção significativa dessa lacuna se deve à alta representação feminina em setores e ocupações com

uma maior incidência de menor remuneração. Além disso, conforme apresentado em outros relatórios da Organização Internacional do Trabalho (2017 *apud* OIT, 2018), as demandas profundamente desiguais que as mulheres enfrentam em relação às responsabilidades domésticas e de cuidados continuam a se manifestar como desigualdades no mercado de trabalho, em termos dos tipos de emprego que as mulheres conseguem acessar (OIT, 2018).

No que diz respeito à pandemia de COVID-19⁴, as perdas de emprego foram proporcionalmente maiores para as mulheres do que para os homens em 2020, tanto em países de capitalismo central quanto periférico (OIT, 2021). As mulheres jovens – de 15 a 24 anos – foram particularmente atingidas por fatores que impactaram mais as mulheres do que os homens em geral, como: uma maior representação em setores gravemente afetados pela crise, como acomodação, trabalho doméstico ou manufatura com mão de obra intensiva, como confecção de roupas; e uma maior representação em empregos informais, em que é mais barato e mais fácil demitir trabalhadores (OIT, 2021).

Nessa perspectiva, a atual crise tem caráter excepcional, uma vez que está tendo impactos imediatos em setores que, em crises anteriores, são afetados mais tardiamente, isto é, a segregação setorial por gênero protegia as mulheres dos piores impactos sobre o emprego. Assim, os setores a contraírem-se primeiro eram aqueles em que a maioria dos trabalhadores eram homens, como manufatura e construção. Nesta crise, porém, os setores mais atingidos são aqueles que utilizam mais a mão de obra feminina, como hospedagem e alimentação, o atacado e o varejo, o trabalho doméstico e também alguns segmentos de manufatura com uso intensivo de mão de obra (OIT, 2021). Portanto, é possível constatar que, uma vez que certas atividades ocupacionais de caráter doméstico ou tradicional procuram mais a mão de obra feminina, a divisão sexual do trabalho colocou o emprego de mulheres no centro da crise da pandemia de COVID-19.

Ainda, certos aspectos da pandemia resultaram no aumento da inatividade econômica das mulheres, que se caracteriza pela retirada de um indivíduo do mercado de trabalho, sem a busca por um novo emprego. Primeiramente, a crise restringiu não apenas as oportunidades de emprego, mas também a capacidade de procura, de modo que os trabalhadores não figurassem entre os desempregados, mesmo quando disponíveis para trabalhar. Em segundo lugar, com o fechamento de escolas e outros serviços de cuidado, as restrições à mobilidade e o atendimento às pessoas infectadas pelo vírus com sintomas leves, criou-se uma demanda pelo atendimento dentro de casa. Assim, as evidências disponíveis mostram que a maior parte

⁴ *Coronavirus Disease 2019*, a doença que se manifesta a partir do vírus SARS-CoV-2, causando síndrome respiratória aguda grave (QUAL..., 2021).

dessa demanda foi direcionada às mulheres (OIT, 2021), que, mesmo antes do isolamento social, já eram predominantes no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado (BIROLI, 2018).

Em vista disso, além das profissões consideradas femininas e da maior precarização da mão de obra feminina, a desvalorização e a exploração dizem respeito também ao trabalho não remunerado. É no ambiente doméstico que as mulheres asseguram, de maneira gratuita e/ou mal remunerada, a reprodução social, que inclui o cuidado de crianças, doentes e idosos, bem como a manutenção material da casa e dos espaços de estudo, trabalho e vida social (FALQUET, 2012 *apud* CISNE; SANTOS, 2018). A exploração e a dependência econômica das mulheres em relação ao lar, contudo, estão relacionadas não apenas às atividades não remuneradas e à responsabilidade com o cuidado, mas também a obrigações sexuais e à cobrança pelo equilíbrio emocional dos membros da família. Pode-se dizer, portanto, que a família é um lugar por excelência da exploração da mulher, a despeito de a ideologia patriarcal concebê-la como um lugar de aconchego e paz (CISNE; SANTOS, 2018).

3.3 PATRIARCADO, PAPÉIS TRADICIONAIS DE GÊNERO E VIOLÊNCIA

A família, sob a ordem patriarcal de gênero, passou a demandar o modelo monogâmico e heterossexual, a fim de se perpetuar a divisão desigual de tarefas e poder entre homens e mulheres, garantindo a propriedade privada e sua perpetuação por meio da herança ao homem (CISNE; SANTOS, 2018). Para este fim, o domínio sobre o corpo e a sexualidade femininos para assegurar herdeiros aos homens foi instituído como instrumento, sendo pautado pelo controle, culpa, medo e proibições (OKITA, 2007 *apud* CISNE; SANTOS, 2018). Desse modo, o patriarcado, além de dar direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência, configurando uma relação de hierarquia que invade todos os espaços da sociedade (SAFFIOTI, 2015).

Conforme Heleieth Saffioti e Suely Almeida (1995),

O gênero, assim como a classe social e a raça/etnia, condiciona a percepção do mundo circundante e o pensamento. Funciona, assim, como um crivo através do qual o mundo é apreendido pelo sujeito. Logo, a atuação deste sujeito sobre o mundo deriva de sua maneira específica de compreendê-lo. A postura aqui esposada não consiste em reduzir tudo a gênero, mas em afirmar que ele, como também a raça/etnia e a classe social são fundantes das relações sociais, pois regulam as

relações homem-mulher, homem-homem e as relações mulher-mulher. Socialmente construído, o gênero corporifica a sexualidade (não o inverso), que é exercida como uma forma de poder. Logo, as relações de gênero são atravessadas pelo poder. Homens e mulheres são classificados pelo gênero e separados em duas categorias: uma dominante, outra dominada, obedecendo aos requisitos impostos pela heterossexualidade. A sexualidade, portanto, é o ponto de apoio da desigualdade de gênero (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 23).

A separação das categorias contraditórias de acordo com gênero, segundo Carol Gilligan (2021), determina modos de expressar o sujeito, seja através de julgamentos, seja por meio das próprias relações sociais. Segundo a autora, a separação e a individuação estão fortemente ligados à identidade masculina, e a conexão e o apego são definidores da feminilidade. Desse modo, a identidade de gênero masculina é ameaçada pela intimidade, enquanto a identidade de gênero feminina é ameaçada pela separação, e enquanto os homens tendem a ter dificuldade em relacionamentos, as mulheres tendem a ter problemas com individuação (GILLIGAN, 2021). A construção social do feminino, além disso, relaciona-se a conceitos de fragilidade, desvalorização, subalternidade e subserviência, enquanto a construção social do masculino relaciona-se a conceitos de força, virilidade, poder, dominação, competitividade, ambos atendendo ao modelo patriarcal. A lógica estruturante do patriarcado, portanto, caracteriza-se pelos privilégio e dominação masculinos associados à subordinação e à invisibilização das mulheres e do que é considerado ou identificado como feminino, o que caracteriza a misoginia (CISNE; SANTOS, 2018).

A diferença de comportamento entre meninos e meninas pode ser percebida na fala de algumas participantes deste estudo. O relato da participante P1 vai ao encontro da concepção de Gilligan (2021) de que as meninas se identificam mais ao apego e aos relacionamentos afetivos, enquanto os meninos se identificam mais com o individualismo e temem o compromisso dos relacionamentos, o que acaba fazendo com que as meninas se submetam a situações adversas nas relações de namoro:

Quando a gente reparava assim [...] que tava bem apaixonada, muitas vezes acabavam deixando de lado o estudo, de prestar atenção na aula e de querer ficar ali de romance na sala, e enquanto os guris, completamente diferentes, queriam ficar de papo né, com os outros amigos. Então já se notava uma diferença comportamental [...], um descaso dos meninos, as meninas muito focadas assim em ter um compromisso, em ter um relacionamento (P1, 2021).

As meninas [...] muitas vezes acabam sendo vítimas por colocarem na cabeça que precisam ter um relacionamento, que precisam ter um parceiro, que precisam ter um namorado, que dentro da sociedade ela vai ser melhor ou bem vista se ela tiver um companheiro, então acredito que muitas coisas levem as meninas a aceitarem determinadas atitudes dos seus namorados (P1, 2021).

É possível observar na fala das participantes P2 e P4 outras características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino. Para P4, a maior agressividade dos meninos, associada à violência verbal, está relacionada a uma suposta imaturidade em relação às meninas, enquanto essas últimas demonstram comportamentos mais contidos de resolução de conflitos. Entretanto, tais características não estão relacionadas ao desenvolvimento desigual entre os gêneros como naturalmente determinado, mas sim à construção patriarcal das identidades e papéis de gênero (CISNE; SANTOS, 2018). Ainda, o relato da participante P2 está relacionado à maior permissão social para o desenvolvimento da sexualidade masculina. Segundo Lessa (2012), aos homens é requerida uma sexualidade incontável, e a masculinidade é avaliada pela quantidade de relações sexuais que o indivíduo acumula, sob a perspectiva da conquista, da dominação e da competitividade. Essa dinâmica pode ser percebida nas atitudes mencionadas por P2, que consistem na exposição de experiências sexuais entre os meninos.

Eu acho que os guris têm essa reação mais infantil, de ir pra agressividade, pro vocabulário, dentro do colégio. [...] Eu acho que os meninos vão mais prum vocabulário agressivo, tentar humilhar publicamente a menina, e as gurias não, elas vão ver com as amigas e achar uma solução que ela se sinte mais confortável (P4, 2021).

Eles tão sempre mostrando fotos de outras meninas, que não as namoradas deles, uns pros outros, e comentando sobre a vida íntima que eles já tiveram com essas meninas (P2, 2021).

Ainda que as implicações do patriarcado enfoquem as mulheres, outros sujeitos que transgridam o modelo patriarcal do “macho” também se tornam alvo da opressão. Contudo, tais transgressões são associadas pejorativamente ao feminino, a exemplo das travestis e mulheres não cisgênero. Ademais, a permissão da sociedade para que os homens convertam sua agressividade em agressão prejudica também a eles próprios, pois enfrentam mal a impotência (SAFFIOTI, 2015), não expressam emoções livremente, têm dificuldades em vivenciar relacionamentos afetivos, limitam a relação sexual à reafirmação impositiva de sua masculinidade e resistem a posturas carinhosas, flexíveis ou sensíveis (DE PAULA; DA ROCHA, 2019).

Para além do aspecto da construção social das identidades masculina e feminina resultante do patriarcado, as desigualdades de gênero suscitam a violência, desde sua dimensão onipresente na sociedade de classes até o assassinato de sujeitos desviantes, sendo consideradas uma violação sistemática dos direitos humanos. No presente estudo, dar-se-á destaque à violência de gênero em relacionamentos íntimos, como um instrumento de poder e

controle masculino sobre as mulheres. Com efeito, tem-se a tolerância e, inclusive, o incentivo da sociedade para que os homens pratiquem sua força-potência-dominação sobre as mulheres. Essa dinâmica de violência será aqui compreendida como ruptura em qualquer integridade da vítima, seja ela física, psíquica/emocional, sexual, moral, ou patrimonial, que geralmente não ocorrem de modo isolado, sendo a emocional concomitante às demais. Para mais, a despeito da intangibilidade da violência psicológica, suas consequências são tão graves quanto – ou mais que – as da violência física, pois a humilhação provoca uma dor muito profunda, sendo suas feridas não no corpo, mas na consciência, portanto difíceis de cicatrizar (SAFFIOTI, 2015).

Foi a partir das lutas feministas no Brasil, no início dos anos 1980, que a violência contra a mulher alcançou visibilidade, tanto na área de produção do conhecimento quanto nas demandas por repostas políticas do Estado (CISNE; SANTOS, 2018). A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), sancionada em 7 de agosto de 2006 como uma conquista dessas lutas, se propõe a criar “mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”, configurando a violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006).

Segundo o Artigo 7º da referida lei, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

- I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; [...]
- III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006, Art. 7).

Dados apresentados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 acerca da violência contra meninas e mulheres evidenciam que, apesar de uma queda de 7,4% em relação a 2019, o número de mulheres que reportaram um caso de violência doméstica a um setor policial é expressivo: 230.160 registraram denúncia por lesão corporal dolosa no país, cerca de 630 mulheres por dia. No contexto pandêmico do ano em questão, questiona-se se a redução nos níveis de violência doméstica e sexual seria pela queda dos registros em função do isolamento social e da então recente adequação dos serviços públicos ao atendimento não presencial. Em contraposição, houve crescimento nas Medidas Protetivas de Urgência concedidas pelo poder judiciário, passando de 281.941 em 2019 para 294.440 em 2020, um crescimento de 4,4%. Ademais, os chamados de violência doméstica às Polícias Militares no telefone 190 apresentaram um crescimento de 16,3%, sendo pelo menos 694.131 ligações, o que representa cerca de 1,3 chamados, a cada minuto de 2020, de vítimas ou terceiros para solicitar ajuda em um episódio de violência doméstica (BUENO; BOHNENBERGER; SOBRAL, 2021).

Outra conquista das lutas feministas no Brasil é a Lei nº 13.104 de 2015, conhecida como Lei do Femicídio, que qualifica o crime de homicídio contra a mulher quando se dá por “razões de condição de sexo feminino”, isto é, quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou “menosprezo e discriminação à condição de mulher”, e o inclui no rol de crimes hediondos (BRASIL, 2015, Art. 1. § 2º). Em 2020, o Brasil teve 3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como feminicídios, cerca de 34,5% do total de assassinatos. Entretanto, analisar o contexto de violência letal contra meninas e mulheres requer um olhar para a totalidade de homicídios femininos, uma vez que a legislação sobre feminicídios é recente, e os dados coletados dependem dos avanços dos estados e suas respectivas autoridades na investigação e na tipificação da violência baseada em gênero (BUENO; BOHNENBERGER; SOBRAL, 2021).

A análise do cenário nacional de homicídios femininos possibilita inferências acerca da natureza dos crimes em relação à condição de gênero. Por exemplo, a relação entre autor e vítima nos boletins de ocorrência demonstra que 81,5% dos feminicídios e 14,7% dos homicídios femininos foram perpetrados por parceiros ou ex-parceiros íntimos das vítimas. Isto é, de acordo com a definição legal e considerando os limites impostos pela base de dados, é possível dizer que esses homicídios de mulheres foram, na verdade, crimes de feminicídio. Além disso, o local de ocorrência do crime é outra variável útil para a análise do contexto dos homicídios. Mais da metade (54%) dos feminicídios e 24,8% dos homicídios de mulheres foram cometidos dentro de casa (BUENO; BOHNENBERGER; SOBRAL, 2021), o que pode

indicar mais uma falha no registro dos crimes como feminicídios, considerando que a residência configura espaço privilegiado para a violência doméstica (SAFFIOTI, 2015).

A violência de gênero, sendo um conceito mais amplo do que violência doméstica e familiar, abrange vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Na ordem patriarcal de gênero, ainda que a categorial social “homens” se utilize da violência para a manutenção de seu projeto de dominação-exploração, nada impede que uma mulher pratique agressões contra seu marido/companheiro/namorado. As mulheres como categoria social, todavia, não detêm um projeto de dominação-exploração sobre os homens, residindo aí a diferença fundamental entre as violências (SAFFIOTI, 2015). Além disso, muitas vezes as agressões inseridas no espectro afetivo-sexual praticadas por mulheres contra seus parceiros são reações a violências sofridas, ou então obedecem à ordem patriarcal de gênero, uma vez que visam o controle frente ao ciúme e ao aprendizado de que os homens, mais livres política e sexualmente, devem ser mantidos sob limites estreitos para que não transgridam às normas sociais do relacionamento monogâmico.

3.4 VIOLÊNCIA NO NAMORO: UMA EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Não obstante as lutas feministas tenham fomentado uma maior presença do tema da violência de gênero em relacionamentos na produção do conhecimento, a maioria das investigações contempla as relações entre cônjuges adultos. Assim, o tema da violência por parceiro íntimo⁵ (VPI) na adolescência, que abrange relações informais como o namoro e o “ficar”, apenas recentemente vem obtendo visibilidade e, com a frequência do fenômeno evidenciada por estudos, há consenso acerca da importância da investigação sobre a problemática nessa fase da vida. A relevância de se analisar o fenômeno separadamente por idades reside nas distinções entre as faixas etárias, uma vez que é na adolescência que ocorre o estabelecimento das primeiras relações afetivo-sexuais e em que surge o risco de vitimização ou de perpetração de violência entre parceiros íntimos. Ainda, é necessário reconhecer as diferenças entre os relacionamentos entre adultos e entre adolescentes, como duração, compromisso, grau de intimidade e modo de resolução de conflitos, bem como a ausência de dependência econômica, filhos e bens compartilhados, que poderiam “justificar” a

⁵ Reitera-se que, no decorrer do trabalho, a expressão “parceiro íntimo” e suas derivações incluirão os gêneros masculino e feminino e os relacionamentos hétero e homossexuais, pois considera-se que a flexão de gênero pode prejudicar o fluxo de leitura.

manutenção da relação, mesmo se violenta (FURMAN; WEHNER, 1997; MINAYO, 2011; NASCIMENTO; CORDEIRO, 2011; OLIVEIRA *et al.*, 2011).

No Brasil, os estudos sobre violência no namoro ainda são recentes. Contudo, em países como Estados Unidos, Canadá, Portugal, Espanha e México, a temática ganhou visibilidade anteriormente, sendo denominada *dating violence*, em inglês, e *violencia en el noviazgo*, em espanhol, contando com o desenvolvimento de investigações e programas de prevenção. O Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, 2021) dos Estados Unidos categoriza os tipos de violência no namoro entre adolescentes conforme os comportamentos apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 – Tipos de violência no namoro entre adolescentes, segundo o CDC (2021).

Violência física	Quando uma pessoa machuca ou tenta machucar um/a parceiro/a batendo, chutando ou usando outro tipo de força física.
Violência sexual	Forçar ou tentar forçar um/a parceiro/a a participar de um ato sexual e/ou toque sexual quando o/a parceiro/a não consente ou não pode consentir. Também inclui comportamentos sexuais não físicos, como postar ou compartilhar fotos sexuais de um/a parceiro/a sem seu consentimento, ou mandar mensagens de cunho sexual a alguém sem seu consentimento.
Violência psicológica	Uso de comunicação verbal e não verbal com a intenção de prejudicar mentalmente ou emocionalmente um/a parceiro/a e/ou exercer controle sobre um/a parceiro/a.
<i>Stalking</i>	É um padrão de atenção e contato repetido e indesejado por um/a parceiro/a que causa medo ou preocupação com a própria segurança ou com a segurança de alguém próximo à vítima.

Legenda: *Stalking* – perseguição, em inglês.

Fonte: CDC (2021), sistematizado pela autora.

Estudos nacionais e internacionais acerca da prevalência da violência no namoro demonstram que se trata de um sério problema de saúde pública. De forma pioneira no Brasil, Oliveira *et al.* (2011) desenvolveram pesquisa acerca da violência no namoro com 3.205 estudantes de 15 a 19 anos, de escolas públicas e privadas, em dez capitais brasileiras – Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Teresina (PI), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Porto Velho (RO), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS) e Manaus (AM). Os dados indicaram que 86,9% dos participantes já foram vítimas e 86,8% já perpetraram algum tipo de agressão durante o relacionamento, seja ela física, sexual ou psicológica, e 76,6% eram, ao mesmo tempo, vítima e autor das diversas formas de agressão. A violência verbal teve maior prevalência, com 85,3% de perpetração e 85% de vitimização, seguida de violência sexual, com 38,9 de perpetração e 43,8% de vitimização; ameaça, com 29,2% de perpetração e 24,2%

de vitimização; violência física, com 24,1% de perpetração e 19,6% de vitimização; e violência relacional⁶, com 8,9% de perpetração e 16% de vitimização (OLIVEIRA *et al.*, 2011, p. 87-88).

Os resultados dessa pesquisa são semelhantes aos de outros estudos nacionais. Borges *et al.* (2020) investigaram os padrões de perpetração de violência nas relações afetivo-sexuais na adolescência em uma amostra de 428 adolescentes de 14 a 19 anos da região metropolitana de Porto Alegre (RS) que eram caracterizados como perpetradores. O estudo revelou uma taxa de 76,43% para perpetração de algum tipo de violência no namoro, sendo a violência verbal/emocional a mais prevalente (91,1%), seguida da violência sexual (40,4%), violência física (29,7%), violência psicológica/ameaças (25%) e violência relacional (12,1%). Similarmente, Brancaglioni e Fonseca (2016) realizaram estudo com 111 adolescentes de 15 a 19 anos de uma escola pública do município de Curitiba (PR) acerca da VPI na adolescência. Os resultados revelaram que 91% dos participantes praticaram e 90,1% sofreram ao menos um dos tipos de violência. Em relação à perpetração, a violência psicológica foi a mais prevalente (90%), seguida da violência sexual (27,9%), violência física (22,5%), ameaças (21,6%) e violência relacional (8,1%). Relativamente à vitimização, a violência psicológica também foi a mais frequente (89,2%), seguida da violência sexual (32,4%), ameaças (25,2%), violência relacional (22,5%) e violência física (18%).

Os resultados de estudo realizado por Beserra *et al.* (2015) em Recife (PE), com 643 estudantes entre 12 e 18 anos de escolas estaduais, foram menos expressivos, apontando que, dos 40,4% (n=260) que tinham namorado/a, 19,2% já haviam sofrido violência no namoro. A violência psicológica foi a mais perpetrada (60,3%) e sofrida (60,4%), seguida da violência física, com 35,3% para perpetrada e 28,3% para sofrida; ameaças, com 2,9% para perpetrada e 7,5% para sofrida; e a violência sexual, com 1,5% para perpetrada e 3,8% para sofrida. Embora poucas pesquisas incluam a violência psicológica, os estudos acima coincidem com outros estudos nacionais e internacionais no que diz respeito à maior prevalência desse tipo de violência nas relações de namoro adolescente (AYALA *et al.*, 2014; BARREIRA *et al.*, 2014; BESERRA *et al.*, 2015; BORGES *et al.*, 2020; BORGES; HEINE; DELL'AGLIO, 2020; BRANCAGLIONI; FONSECA, 2016; FERNÁNDEZ-FUERTES; FUERTES, 2010; OLIVEIRA *et al.*, 2011; O'LEARY *et al.*, 2008; RUBIO-GARAY *et al.*, 2017).

Rubio-Garay *et al.* (2017) desenvolveram revisão sistemática acerca da prevalência

⁶ Violência relacional é entendida como atos ou tentativas de desmoralização do/a parceiro/a perante os outros, como: espalhar boatos, dizer coisas sobre o/a parceiro/a e tentar virar os amigos contra o/a parceiro/a (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

da violência no namoro entre adolescentes e jovens em diversos países. Os dados dos 113 estudos selecionados na revisão demonstraram que há amplitude de variação na prevalência das violências física, psicológica e sexual perpetradas e sofridas. Com relação à violência física perpetrada, a variação foi entre 7,7% e 40,3% para os homens e entre 3,8% e 41,9% para as mulheres, e a variação da violência física sofrida foi de 0,4% a 53,7% para os homens e de 1,2% a 41,2% para as mulheres. A violência psicológica perpetrada apresentou variação entre 4,3% e 95,3% para os homens e entre 4,2% e 97% para as mulheres, e a violência psicológica sofrida variou entre 8,5% e 94,5% para os homens e entre 9,3% e 95,5% para as mulheres. Por fim, os dados de prevalência da violência sexual perpetrada por homens variaram entre 2,6% a 58,8% e por mulheres entre 1,2% e 40,1%, e a prevalência de violência sexual sofrida por homens ficou entre 0,1% e 54,2% e para mulheres entre 1,2% e 64,6%.

Embora não haja consenso na literatura acerca dos fatores de risco para perpetração e vitimização relativas ao fenômeno, alguns aspectos aparecem frequentemente nos estudos disponíveis. Foshee e Reyes (2011) e Taquette e Monteiro (2019) realizaram estudos para sintetizar os resultados de pesquisas acerca da violência no namoro, incluindo as vulnerabilidades relacionadas ao fenômeno. As primeiras autoras expõem que os fatores que predizem a perpetração e a vitimização do abuso no namoro incluem, tanto para meninos quanto para meninas, comportamentos antissociais e delinquentes e agressão contra colegas durante a infância ou no início da adolescência, ter amigos envolvidos em namoros abusivos, relacionamentos que envolvem brigas, discussões e hostilidade, abandono escolar, conflito familiar, sofrer violência dos pais, falta de afeto dos pais e, em alguns subgrupos, presenciar violência entre os pais (FOSHEE; REYES, 2011).

Taquette e Monteiro (2019), além de também mencionarem como fatores de risco o histórico de maus-tratos na infância, a falta de cuidado dos pais e presenciar violência intrafamiliar, destacam os aspectos estruturais que predizem a violência no namoro. As autoras afirmam que, dentre os estudos incluídos na revisão, a cultura patriarcal, que atribui papéis e poderes diferentes a homens e mulheres, foi o fator de maior destaque. Além disso, foi encontrada uma maior prevalência da violência no namoro entre pessoas não brancas, em contextos de pobreza e entre casais de minorias sexuais, o que as autoras assinalam como sendo fatores decorrentes da violência estrutural da sociedade, que nega cidadania a alguns grupos sociais e está relacionada às violências comunitária, intrafamiliar e interpessoal.

No que diz respeito aos tipos de violência no namoro, as participantes do presente estudo se mostraram conscientes acerca da caracterização desses comportamentos abusivos, bem como de seus aspectos negativos:

Eu acredito que existem vários tipos de violência, a gente tem a violência verbal, a gente tem a violência física, a gente tem a violência psicológica (P1, 2021).

Eu acho que a partir do momento que tu te sente de alguma forma aprisionada, ou obrigada, ou abalada contigo mesma, a violência já está sendo praticada naquela relação. [...] Acho que é mais comum que a gente imagina (P2, 2021).

Sei que existe, a gente sabe, a gente ouve, a gente lê. [...] Eu tenho uma imensa tristeza quando a gente ouve alguma coisa nesse sentido, tu te prevalecer de pessoas ou de vontades de outrem, pra gente poder talvez se sentir um pouco maior, um pouco melhor, em detrimento de outra pessoa, seja a violência que for. A minha visão em relação a esses tipos de relacionamentos mais... tóxicos que se chama hoje em dia, é isso, é tu pegar a fraqueza de alguém e se prevalecer em cima daquilo (P3, 2021).

Eu entendo que não existe uma relação de igualdade, de harmonia. Que uma pessoa submete a outra à sua personalidade, aos seus interesses. [...] Que existe uma relação de poder e onde um submete o outro, e isso pode ser emocional, psicológico, [...] até um físico, até mais radical assim (P4, 2021).

As participantes relataram que, no cotidiano de seu exercício profissional, identificam situações de abuso e violência de gênero entre os estudantes, incluindo ciúmes, comportamentos controladores, violência verbal/psicológica e *slut shaming*, que configura o ato de atacar uma mulher por atividade sexual real ou percebida, com o uso de nomes obscenos e ofensivos (ATTWOOD, 2007).

Também muita briga sabe, [...] brigam desse jeito num namoro por questão de ciúmes, por questão de bobagem, de imaturidade (P1, 2021).

Eu vejo eles comentando entre eles assim, algumas situações, vários deles namoram e eu consigo enxergar algumas situações em que eu vejo que eles tão de alguma forma sendo violentos, não só no namoro, mas também em relação ao gênero feminino no geral, normalmente é dos meninos que eu vejo esse tipo de comentário. [...] Muitos deles ali namoram, e mesmo assim fazem comentários totalmente depreciativos sobre as mulheres, e a maioria das namoradas deles não são da turma deles, então elas não escutam isso (P2, 2021).

Um grupo de meninos, [...] eles tão sempre comentando, [...] tipo “ah essa daqui não dá, porque não sei o quê”, [...] é sempre eles falando pra eles transarem com a outra, ou tipo, opinando “não, fica com essa, fica com essa aqui”, e todos eles namoram [...]. E falando “ah não, essa daí não dá pra namorar, todo mundo já ficou com ela, todo mundo já pegou ela, ah não acredito que tu ficou com essa guria, a outra era muito mais bonita”, esse tipo de coisa. Eu acho que é uma violência talvez, [...] não sei exatamente se é ou não é, mas eu acho desrespeitoso no mínimo, se não é violento, é desrespeitoso (P2, 2021).

A gente fica sabendo quando a pessoa que tá sofrendo vem contar, “ai, meu namorado não gosta que eu faça isso”, “ai, a minha namorada não gosta que eu faça isso”, a gente vê mais assim quando um conta sobre o outro (P4, 2021).

Ah, ciúmes sempre, né. [...] Agressão verbal sim, de um menino xingar uma menina, [...] uma briga ali no recreio, uma coisa assim (P4, 2021).

Às vezes a gente tinha alunos que tinham mais dinheiro do que [...] a média dos alunos, tanto menino quanto menina, então a gente via que essa questão de ter dinheiro fazia com que esse aluno ou essa aluna subjugasse o seu par, fosse menino ou menina (P4, 2021).

As participantes também relataram observar coerção sexual, isto é, uma atividade sexual indesejada que ocorre sob formas não físicas de pressão, ameaça ou chantagem (BLACK *et al.*, 2011). Estudo de Borges *et al.* (2020) revelou que mais de 10% dos adolescentes pesquisados consideravam que forçar o/a parceiro/a a manter qualquer tipo de relação sexual não é uma forma de violência no namoro. Ademais, Brancaglioni e Fonseca (2016) e Oliveira *et al.* (2011) relacionam a maior perpetração de violência sexual pelos meninos às normas tradicionais de gênero, que delegam aos homens uma sexualidade exacerbada em relação à das mulheres (LESSA, 2012).

Porque “ai, se eu não transar com ele, ele vai terminar o namoro comigo”, *muitas* alunas já me relataram isso (P1, 2021).

Teve uma menina essa semana que [...] me disse que ela tava saindo com um cara, e daí falou que ele tava na casa dela e ela não quis transar com ele, ele ficou putado da cara com ela, esculachou ela, e ela estava se sentindo muito mal (P2, 2021)

E as relações sexuais, isso aí é muito evidente que as meninas que não se sentem seguras, elas se submetem muito mais facilmente aos desejos dos meninos (P4, 2021).

Uma das professoras relatou uma situação de pornografia de vingança por parte de um menino contra uma menina, que tinham um relacionamento de namoro, em que o acionamento da polícia se deu por ameaças de briga e não pela exposição de pornografia de menores de idade, que segundo o Artigo Nº 240 do Estatuto da Criança e do Adolescente, configura crime, incluindo “produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente” (BRASIL, 1990). A pornografia de vingança é caracterizada por imagens sexualmente explícitas divulgadas sem o consentimento da pessoa exposta, e frequentemente ocorre em casos de violência doméstica, com os agressores usando a ameaça de divulgação para evitar que suas parceiras os abandonem ou denunciem práticas abusivas (FRANKS, 2015).

O que já aconteceu na escola, [...] até a brigada [militar] teve que ir. [...] Um menino que ficava com uma menina, e aí acho que a menina não quis mais [...], este menino teria divulgado na internet [...], espalhou fotos íntimas da menina. [...] Aí foi uma confusão, [...] tiveram que chamar os pais de todos esses alunos que estavam envolvidos, mais a família da menina, então ela acabou sendo exposta mais uma vez. [...] A menina obviamente ficou quase um mês sem ir na aula, daí quem pagou o pato foi ela, [...] acabou sendo prejudicada por toda a fofoca que aconteceu [...], e a

menina ficou com má fama. [...] Ele teria meio que chantageado ela pra que eles permanecessem juntos, [...] fez uma pressão psicológica, [...] mas como vingança ele fez isso, então ela foi violentada de certo modo, ela teve sua imagem muito abalada [...], porque ela era uma ótima aluna. [...] A brigada só foi chamada em função da briga que ia dar entre o menino e os amigos da menina, não teve nada a ver com a exposição das fotos dela, até porque a escola alegou que isso aconteceu fora da escola. [...] Então, a história da menina não teve nenhum suporte de alguma autoridade (P1, 2021).

Por outro lado, uma participante reportou não ter observado violência física contra meninas, e outra relatou não perceber violência no namoro entre os estudantes, apenas situações de relacionamentos saudáveis que produziram efeitos positivos sobre os adolescentes. Experiências românticas, além de apresentarem centralidade na adolescência, têm papel importante no desenvolvimento juvenil quando positivas, sendo comumente concebidas como fontes de emoção positiva e apoio social, contribuindo para o desenvolvimento da identidade, autoconfiança e bem-estar (FURMAN; LOW; HO, 2009; WOLFE; TEMPLE, 2018). Contudo, um estudo português entrevistou onze agentes educacionais acerca de suas percepções de violência no namoro e, embora os participantes tenham demonstrado algum conhecimento e conscientização sobre as principais especificidades e dinâmicas abusivas típicas da violência no namoro, seus relatos apresentaram, por exemplo, legitimação da violência em certas circunstâncias e minimização da violência psicológica em relação à violência física (CARIDADE; PEREIRA; SOEIRO, 2018), o que suscita questionar se este seria o caso da participante do presente estudo que não identifica comportamentos abusivos entre namorados no seu exercício profissional.

Então, eu nunca soube de ter acontecido concretamente um abuso físico de uma menina dentro do colégio, seja pelo namorado, pelos meninos, pelo flerte, nem por um professor (P4, 2021).

Eu já tive casos de crianças, de adolescentes que precisavam de um apoio, dentro do seu próprio estudo, enfim, da sua vidinha ali, e os namoros vieram a contribuir de uma forma positiva, eu nunca vi, na minha experiência de vida pessoal e profissional, o inverso. [...] Bem pelo contrário, [...] eu vejo [...] aquela menina que seja um pouquinho mais deprimida arranja um cara legal dentro da escola e é outra volta que aquilo ali dá. [...] Mas assim eu te digo que comigo não, nunca presenciei, nunca vi, nunca ouvi de alunos um relato assim de violência (P3, 2021).

De namorado ligar para namorada, que a namorada tava dormindo, “eu tô na aula, tu não vem? Vou aí te buscar” sabe, passar todos os dias no trajeto, “desce, tô aqui te esperando”, e foram casos de resgate bem bons (P3, 2021).

Ademais, as participantes reconhecem que a violência psicológica/emocional em relacionamentos afetivos é naturalizada e tão séria quanto a violência física. De fato, o abuso psicológico/emocional, por ter diversas nuances, ser sutil e não se manifestar tão abertamente

quanto a violência física, é mais difícil de ser identificado. A dificuldade em reconhecer esse tipo de abuso consiste em diversas circunstâncias: o abuso verbal geralmente ocorre no âmbito privado e, em outros contextos, ocorre de forma mais sutil; as percepções que a vítima pode ter acerca do abuso são desqualificadas de forma sistemática pelo abusador; as condutas abusivas são intercaladas com condutas não abusivas, fazendo com que a vítima não consiga interpretar as contradições contínuas da situação; uma vez que as condutas abusivas nem sempre são visíveis para os demais, a pessoa abusada questiona a si mesma acerca de suas percepções, sobretudo se a pessoa abusadora é bem quista por outras pessoas; e as humilhações podem ser expressadas de maneira aparentemente sincera e com preocupação (TAVERNIERS, 2012).

Eu tenho uma história muito grande com isso, porque eu namorei por cinco anos e o meu relacionamento era extremamente abusivo. Não tinha violência física, só psicológica, só, só, como se fosse pouca coisa né, enfim. Então eu entendo que a violência no namoro, ela pode ser muito sutil, e nem um pouco explícita (P2, 2021).

A forma como a gente se comunica, a forma como a gente fala, como a gente se posiciona, às vezes isso ultrapassa alguns limites, e aí mais específico com relação à violência verbal e à violência psicológica, porque a gente às vezes não mede muito as coisas que a gente fala. E aquilo que pra gente pode ser natural, porque a gente já ouviu ou porque a gente ouve aquilo dentro da nossa casa, quando a gente fala aquilo pra uma outra pessoa, pra gente é natural né, mas para aquela outra pessoa que está recebendo algum tipo de ofensa é completamente diferente. [...] Violência psicológica, talvez ela também seja a pior, porque quem tá na tua volta não enxerga, [...] aquela pessoa acaba sofrendo ali em segredo [...], ela acaba às vezes se culpando por alguma coisa, [...] muitas vezes acaba se achando justificativas e desculpas praquela violência verbal, [...] e quem tá de fora muitas vezes não enxerga. [...] Infelizmente, muitas vezes quem tá de fora também tem aquela visão de “não vou me meter” (P1, 2021).

Os principais indicadores de abuso psicológico/emocional e suas particularidades, segundo Taverniers (2012, 2001 *apud* ALONSO; MANSO; SÁNCHEZ, 2010), estão apresentadas no Quadro 3. Como consequência, a pessoa afetada sofre com a ameaça de abandono do/a parceiro/a, a perda do sentido de si mesma e o afastamento de outras pessoas. Em outras palavras, ela perde o vínculo com o/a companheiro/a, consigo mesma e com suas redes sociais, o que provoca sentimentos de solidão, luto e desconexão (TAVERNIERS, 2012). Ainda, de acordo com O’Leary e Smith Slep (2003), a violência psicológica é um forte preditivo da violência física, mesmo no mundo relativamente instável dos relacionamentos de namoro adolescentes. Uma pesquisa estadunidense que explorou as visões de adolescentes sobre a violência no namoro, a partir de grupos focais, demonstrou que, apesar da natureza mais onipresente da agressão psicológica, as participantes do sexo feminino não a consideravam menos prejudicial (REEVES; ORPINAS, 2011).

Quadro 3 – Principais indicadores de abuso psicológico/emocional.

Desvalorização	Ridicularização, desqualificações, banalizações, oposições, desprezo;
Hostilidade	Censura, insultos, ameaças, agressões disfarçadas de brincadeiras, escaladas verbais que podem se transformar em violência;
Indiferença	Falta de empatia e apoio, desinteresse;
Intimidação	Julgar, criticar, corrigir, posturas e gestos ameaçadores, condutas destrutivas;
Imposição de condutas	Ordens, insistência abusiva, invasões de privacidade, sabotagens, desviar do assunto do conflito, chantagem emocional, distanciar ou isolar a pessoa abusada de outras pessoas, paternalismo, imprevisibilidade, deixando a pessoa abusada em estado contínuo de confusão e alerta;
Culpabilização	Acusações, <i>gaslighting</i> , negação/contestação;
Bondade aparente	Manipulação da realidade, simular amor, interesse e preocupação para esconder o comportamento abusivo;

Legenda: *Gaslighting* – duvidar da pessoa abusada em suas percepções, memória e saúde mental, negando ou distorcendo eventos, acusando-a de mentir, imaginar ou fabricar os fatos (TAVERNIERS, 2012).

Fonte: Taverniers (2012, 2001 *apud* ALONSO; MANSO; SÁNCHEZ, 2010, tradução livre), sistematizado pela autora.

Em contrapartida, a dificuldade na percepção de atitudes violentas como abuso é frequentemente evidenciada na literatura acerca da violência no namoro. A naturalização e a aceitação da VPI contribuem para a não identificação das agressões como problemáticas (TEMPLE *et al.*, 2016). Estudo de María de Lourdes Ayala *et al.* (2014) objetivou explorar as possíveis diferenças na prevalência de vários tipos de violência ou vitimização entre estudantes mexicanos que se percebem como abusados e aqueles que não se percebem como tal. Os participantes do estudo foram 3.495 estudantes de escolas e universidades, que tinham ou haviam tido um relacionamento de namoro por pelo menos um mês. As idades dos participantes variaram entre 13 e 40 anos, sendo a média de idade dos pré-universitários 15,99 anos e dos universitários 20,16 anos. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário com 42 comportamentos abusivos, que foram agrupados em oito formas de abuso em relacionamentos de namoro: desapego (entendido como distanciamento, indiferença), humilhação, abuso sexual, coerção, abuso físico, violência de gênero, punição emocional e violência instrumental (entendida como manipulação para conseguir algo).

Os resultados do estudo indicaram que cerca de um oitavo dos participantes se sentiu abusado por seu/sua namorado/a, enquanto a maioria respondeu “não” quando questionados se haviam sofrido abuso em seu relacionamento. Os estudantes que se sentiram abusados relataram uma frequência maior das várias formas de abuso do que aqueles que não se sentiam abusados, o que sugere que os primeiros apresentaram maior capacidade de rotular ou

reconhecer os abusos psicológicos, sexuais e físicos que sofreram. Contudo, destaca-se que o número de participantes que relataram não ter sofrido abusos foi sete vezes maior, o que demonstra que os jovens também vivenciam uma prevalência alta de várias formas de vitimização sem rotulá-las como tal, o que os autores definem como abuso técnico. Assim, a prevalência das oito formas de abuso entre os participantes que não se sentiam abusados evidenciou a presença de abuso técnico, isto é, o perfil de abuso desse grupo era muito semelhante ao dos participantes que se sentiam abusados. Os participantes que não se sentiam abusados mencionaram as mesmas formas de violência como as mais frequentes, embora com menor incidência: desapego, coerção, violência de gênero e humilhação (AYALA *et al.*, 2014).

A alta prevalência da violência no namoro e sua falta de reconhecimento decorrem de diversos fatores, como a falta de informações acerca da violência e suas diferentes formas. Assim, a naturalização dos comportamentos abusivos faz com que os jovens frequentemente os confundam com demonstrações de amor e atenção ou com brincadeiras, e promove a ideia de que o amor é sacrifício e, portanto, tudo deve ser suportado (AYALA *et al.*, 2014; BESERRA *et al.*, 2015; BORGES *et al.*, 2020; BRANCAGLIONI; FONSECA, 2016; CAMPEIZ *et al.*, 2020; JOURILES *et al.*, 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2011). Especialmente no que diz respeito ao abuso psicológico, comportamentos baseados no ciúme e no controle não costumam ser considerados formas de violência, como não deixar o/a parceiro/a sair com amigos do sexo oposto, controlar as roupas que o/a parceiro/a veste, acessar o celular ou redes sociais do/a parceiro/a sem autorização, ligações só para saber onde o/a parceiro/a está. Desse modo, institui-se uma dualidade em que o afeto e o ciúmes/controle são vistos pelos jovens como totalmente opostos e separados, embora as evidências demonstrem que estão associados e consolidados, bem como inseridos numa dinâmica de invisibilização (CAMPEIZ *et al.*, 2020; NASCIMENTO; CORDEIRO, 2011).

No que concerne a aceitação da violência, destaca-se que as agressões contra meninos e homens são frequentemente invisibilizadas, o que pode ser observado na fala de uma das participantes. Enquanto a violência contra mulheres e meninas é rechaçada e considerada covardia, a agressão física praticada pelas namoradas foi tolerada pelos meninos no estudo de Cecchetto *et al.* (2016), pois foi considerada como de menor potencial ofensivo. Caracteriza-se, desse modo, uma estigmatização social das meninas por parte dos meninos, a reprodução do sexismo e da misoginia, baseadas na desqualificação do ato realizado por uma mulher. Além disso, a descrença do homem como vítima, como dominado e não dominante, reproduz um discurso androcêntrico e sexista que reforça e naturaliza o papel tradicional de

gênero da mulher como vítima desprovida de agência e do homem como agressor, e não problematiza hierarquias de poder, concebendo-as como dadas e universais. Considera-se, portanto, que a violência de gênero não deve ser confundida com violência contra a mulher, sob o risco de se naturalizar a agressão entre casais e de se invisibilizar a violência contra homens (CAMPEIZ *et al.*, 2020; CECCHETTO *et al.*, 2016).

Acredito que na maioria das vezes quem sofre é sempre a mulher, muito difícil a gente vai ter a situação inversa, do cara que foi agredido verbalmente, do cara que foi sofreu violência psicológica, violência física, muito pouco provável que isso aconteça [...], e acredito que quando a gente fala em namoro, mais ainda acredito que as meninas sejam o grande alvo disso (P1, 2021).

Em contraposição ao excerto acima, a literatura a respeito da violência no namoro indica que os abusos costumam ser bidirecionais. Estudo brasileiro com 302 adolescentes de 15 a 19 anos revelou que 83,9% dos participantes afirmou ter perpetrado e sofrido violência física e/ou psicológica no namoro, e as diferenças dos dados entre os sexos não foi estatisticamente significativa. Para a violência física, em 14,2% dos relacionamentos ambos os parceiros eram violentos (bidirecional) e, comparando-se os sexos, as meninas apresentaram maior percentual no perfil de apenas perpetração (10%) do que os meninos (1,5%), e os meninos apresentaram maior percentual no perfil de apenas vitimização (11%) do que as meninas (1,1%). Para as violências psicológicas, a violência verbal/emocional foi a mais prevalente (87,9%), seguida de ameaça (36,1%) e violência relacional (24,5%). A violência verbal/emocional e as ameaças não mostraram diferenças estatisticamente significantes entre os sexos, porém os meninos confirmaram mais violência relacional, tanto perpetrada quanto sofrida (34,8%), em relação às meninas (16,6%) (BARREIRA *et al.*, 2014).

Ressalta-se que não há consenso acerca das diferenças observadas nas violências sofridas e perpetradas entre meninos e meninas (OLIVEIRA *et al.*, 2011). Diversos estudos, contudo, apontam que meninos tendem a perpetrar mais violência sexual, enquanto meninas tendem a perpetrar mais violência física ou psicológica (BARREIRA *et al.*, 2014; BRANCAGLIONI; FONSECA, 2016; BORGES *et al.*, 2020; BORGES; HEINE; DELL'AGLIO, 2020; FERNÁNDEZ-FUERTES; FUERTES, 2010; O'LEARY *et al.*, 2008; RUBIO-GARAY *et al.*, 2017). Estudo de Oliveira *et al.* (2011) revelou que algumas meninas relataram praticar violência verbal contra os parceiros em uma tentativa de não serem subjugadas, ou como reação às agressões verbais, físicas ou sexuais sofridas. Isto posto, pode-se inferir que as relações de poder estabelecidas pelas meninas com seus parceiros possuem aspectos menos assimétricos do que as relações entre adultos – contudo, ainda distantes da

igualdade. Entende-se que a adolescência e o namoro ainda não são permeados por outras iniquidades que parecem aumentar as desigualdades de poder nas relações entre adultos, como a dependência financeira em relação ao parceiro homem, a divisão do trabalho doméstico e das atividades de cuidado (BRANCAGLIONI; FONSECA, 2016). Já a maior perpetração de violência sexual pelos meninos demonstra uma maior adesão a estereótipos tradicionais de gênero, que determinam que fazer sexo é uma necessidade masculina que deve ser satisfeita pelas mulheres, seja por meio da insistência, de estratégias de convencimento, de pressão ou pelo uso da força (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

Ademais, uma vez que crenças sexistas contribuem para a violência no namoro, é pertinente questionar se as meninas realmente perpetram algumas violências mais do que os meninos, ou se reconhecem e reportam as agressões com mais frequência. Isto é, tendo em vista as diferenças de comportamento associadas às construções sociais dos gêneros, as meninas desfrutam de maior liberdade para expressar e compartilhar os sentimentos negativos provocados pelos abusos. Os meninos, em contrapartida, são impedidos de expressar tais sentimentos, dado que a sensibilidade é uma característica atribuída às mulheres e que aos homens são exigidas demonstrações de força e virilidade constantes (BRANCAGLIONI; FONSECA, 2016; CISNE; SANTOS, 2018; DE PAULA; DA ROCHA, 2019), o que permite – e requer – uma reflexão crítica acerca dos dados de maior perpetração feminina de certas violências no namoro.

Na medida em que a violência no namoro se fundamenta nos papéis tradicionais atribuídos aos gêneros e nas violências decorrentes dessa dinâmica, privilegiando o masculino e justificando certas agressões, destaca-se que as consequências da violência entre parceiros íntimos na adolescência são diferentes para meninos e meninas. Revisão sistemática que reuniu 35 estudos acerca do fenômeno apontou que a violência no namoro apresenta consequências graves imediatas e tardias para a saúde, sendo sempre piores para as meninas. As principais consequências mencionadas na revisão foram baixa autoestima, sintomas depressivos, ansiedade, transtornos psiquiátricos, comportamento suicida, abuso de álcool e/ou drogas, comportamento sexual de risco e baixa performance acadêmica, e mencionou que, quanto mais intensa a violência, maior é a prevalência de transtornos psiquiátricos severos comuns em adolescentes (TAQUETTE; MONTEIRO, 2019).

Não obstante experiências de agressão psicológica no namoro sejam mais deletérias à saúde mental do que experiências de agressão física e as predigam (FERNÁNDEZ-FUERTE; FUERTES, 2010; JOURILES *et al.*, 2009), essas últimas apresentam danos à saúde mais imediatos e risco de morte. As consequências das agressões físicas também são

piores para as meninas de acordo com Muñoz-Rivas *et al.* (2007), que constatou em estudo que a porcentagem de meninos que saíram ilesos de atos violentos no namoro foi maior do que a das meninas. Ademais, as meninas sofreram ferimentos mais graves e com mais frequência decorrentes das agressões por parceiro íntimo em comparação aos meninos: cerca de 17% das meninas e 9,5% dos meninos relataram ter sofrido pequenos cortes ou hematomas; 1,9% das meninas e 0,4% dos meninos relataram cortes ou hematomas severos; cerca de 3% das meninas e 0,4% dos meninos relataram olhos roxos, nariz fraturado ou fratura óssea; e 2,3% das meninas e 2% dos meninos necessitaram de assistência médica/hospitalização.

Embora menos mencionado que no caso de adultos, o homicídio decorrente da VPI também aparece como consequência extrema da violência nas relações afetivo-sexuais entre adolescentes, vitimando majoritariamente indivíduos do sexo feminino. Bush (2020) realizou estudo com dados de acesso restrito do Sistema Nacional de Notificação de Mortes Violentas dos EUA para examinar VPIs fatais nos EUA de 2011 a 2015. Nesse período, houve 93 incidentes fatais relacionados à VPI envolvendo pelo menos um parceiro íntimo adolescente (15-19 anos), a partir dos quais 116 óbitos foram identificados. As mortes foram categorizadas em vítima por parceiro íntimo, vítima perpetradora e vítima corolária. As primeiras eram pessoas mortas por seus parceiros íntimos no contexto de VPI; as segundas eram perpetradoras que cometeram VPI e morreram por suicídio ou homicídio por policiais ou outros interventores; e as terceiras eram outras pessoas mortas no contexto de VPI, como novos parceiros íntimos (pessoas ligadas ao suspeito/perpetrador por meio de um parceiro íntimo atual ou anterior), interventores, familiares, desconhecidos ou agentes da lei. A maioria das mortes foi causada por armas de fogo, e 28% foram atribuídas ao uso de outros objetos, como facas, instrumentos contundentes ou garrotes. Os dados para causas de morte como enforcamento, estrangulamento, asfixia e outros foram suprimidos⁷.

Das 116 mortes, 62,07% foram casos de homicídio único, 24,14% foram casos de homicídio único seguido por suicídio, 6,9% foram casos de homicídios múltiplos seguidos por suicídio e 6,9% foram casos de homicídios múltiplos. A maior parte dos homicídios relacionados à VPI foi de vítimas por parceiro íntimo (64,66%), essas últimas sendo predominantemente do sexo feminino (89,33%), com média de idade de 18,35 anos. O sexo do parceiro da vítima só era especificado em 25,33% das 75 vítimas por parceiro íntimo,

⁷ Alguns dados foram suprimidos pela autora do estudo porque o número era irrisório (menor que cinco) e inapropriado para publicação ou porque poderiam ser usados para calcular o número de outro dado suprimido (BUSH, 2020).

sendo predominantemente do sexo oposto da vítima. Quase três em cada dez vítimas por parceiro íntimo sofreram lesões na própria residência (29,33%) (BUSH, 2020).

As vítimas perpetradoras representaram 17,24% dos homicídios relacionados à VPI, eram predominantemente do sexo masculino (dados suprimidos), tinham média de idade de 23,65 anos e sofreram lesões na maioria das vezes na própria residência (57,89%). As vítimas corolárias representaram 18,1% dos homicídios relacionados à VPI, eram predominantemente do sexo masculino (dados suprimidos), tinham média de idade de 17,47 anos e em sua maioria sofreram lesões em uma residência que não a sua (85,71%). As relações entre suspeito e vítima corolária foram principalmente o envolvimento de outro parceiro íntimo (52,38%) e amigos/conhecidos (23,81%). As vítimas também foram vinculadas aos suspeitos como desconhecidos e familiares (dados suprimidos), e nenhuma vítima corolária era agente da lei (BUSH, 2020).

Apenas para 43% das vítimas do sexo feminino foi realizado exame *post mortem* para gravidez, das quais 8% estavam grávidas, o que indica a realidade e a gravidade da VPI para adolescentes grávidas, ainda que não se saiba a motivação da violência. Brigas e ciúmes foram fatores comuns antecedentes à VPI fatal entre todas as vítimas. Além disso, imediatamente antes de 10% das mortes, uma luta corporal entre dois indivíduos resultou na morte de um deles, incluindo espectadores e interventores, sugerindo que uma em cada dez mortes não foi intencional. Desse modo, constata-se que os danos da VPI se estendem para além dos parceiros íntimos. Vítimas corolárias representaram 18% das mortes relacionadas à VPI entre adolescentes, tinham entre 1 e 24 anos e média de idade de 17,47 anos, o que indica a proximidade e/ou envolvimento de outros adolescentes e familiares durante as situações de VPI. Ainda, 55% das vítimas corolárias eram ligadas ao suspeito por outros parceiros íntimos, demonstrando o achado do estudo de que ciúmes acerca do relacionamento atual ou anterior de um/a parceiro/a antecederam uma a cada duas mortes de vítimas corolárias (BUSH, 2020).

Não foram encontrados estudos brasileiros acerca de homicídios no contexto de violência no namoro. No entanto, a análise dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública permite inferências parciais a respeito do tema. Cabe retomar que, dos 3.913 homicídios de mulheres de 2020, 1.350 foram registrados como feminicídios. Relativamente à idade das vítimas, a faixa etária de 12 a 17 anos representa 4,1% dos feminicídios e 8,8% dos demais homicídios femininos, e a faixa etária de 18 a 24 anos representa 16,7% dos feminicídios e 22,1% dos demais homicídios femininos, sendo a mais prevalente do todo. Considerando que 81,5% do total de feminicídios e 14,7% do total de homicídios femininos foram perpetrados por parceiros ou ex-parceiros íntimos das vítimas (BUENO;

BOHNENBERGER; SOBRAL, 2021), podendo ser compreendidos como feminicídio, como exposto anteriormente, depreende-se que parte das vítimas adolescentes e jovens, de 12 a 24 anos, foram mortas por parceiro ou ex-parceiro íntimo. Destaca-se que não é possível precisar os números e porcentagens dessas situações a partir dos dados do Anuário, uma vez que a categorização por faixas etárias contempla apenas os feminicídios e demais homicídios, sem especificar a porcentagem das faixas etárias de vítimas por parceiro ou ex-parceiro íntimo. Ainda, não estão disponíveis dados que considerem os feminicídios e homicídios de mulheres e meninas em contextos de VPI que não necessariamente foram perpetrados por parceiros ou ex-parceiros íntimos.

De modo semelhante, os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública não contemplam o homicídio de homens vítimas de parceiros/as ou ex-parceiros/as íntimos/as. As mortes violentas intencionais, para o sexo masculino, são categorizadas apenas em morte por intervenção policial, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e homicídio doloso (BARROS, 2021). Isto posto, contata-se mais uma expressão da invisibilização da violência contra homens em contextos de VPI, assim como de pessoas não cisgênero nesses contextos, visto que o Anuário atribui os feminicídios apenas a pessoas do sexo feminino. De modo geral, os danos da VPI não estão plenamente representados nos dados acerca da segurança pública brasileira, uma vez que os registros não contemplam vítimas corolárias, restringem-se a relacionamentos heterossexuais, adotam a classificação em sexo, e não gênero, e não categorizam as vítimas por faixa etária, o que oculta a real extensão das consequências imediatas e colaterais dos contextos de VPI no país.

Constatadas a prevalência e as graves consequências da violência no namoro, considera-se importante e necessário que intervenções voltadas à prevenção do fenômeno sejam desenvolvidas atendendo às demandas dos adolescentes e às especificidades dessa faixa etária, sendo essa necessidade amplamente mencionada na literatura. Estratégias de prevenção primária e secundária mostram-se essenciais pois, além de evitar que o problema ocorra, também é indispensável que os adolescentes já inseridos em situações de VPI recebam atenção e apoio para romper o ciclo da violência. Assim, entende-se que ações de prevenção devem contribuir para a desnaturalização e diminuição da violência nas relações afetivo-sexuais na adolescência, especialmente no que diz respeito aos papéis tradicionais de gênero, evitando que o fenômeno se perpetue nas fases da vida subsequentes.

3.4.1 Programas de prevenção à violência no namoro: uma revisão integrativa

Com o propósito de se conhecer como são desenvolvidos programas de prevenção da violência no namoro a partir de produções científicas, foi realizada uma revisão integrativa da literatura (WHITTEMORE; KNAFL, 2005), partindo-se do entendimento de que é necessário um maior conhecimento das intervenções de prevenção para o fenômeno em questão. Em conformidade com outras revisões brasileiras sobre o mesmo assunto, a representatividade de estudos latino-americanos e nacionais é baixa, o que pode ser devido à escassez de programas desenvolvidos no país ou à falta de registro na literatura científica e subsequente divulgação (LOURENÇO *et al.*, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2016). Assim sendo, é necessária uma maior produção do conhecimento acerca do tema, com a finalidade de contribuir para a formulação de políticas públicas no Brasil.

A revisão integrativa foi desenvolvida a partir do proposto por Whittemore e Knafl (2005), que afirmam que o método da revisão integrativa é uma abordagem que contribui para a apresentação de perspectivas variadas sobre um fenômeno de interesse. Foram seguidos quatro passos para o desenvolvimento da investigação: 1) identificação do problema; 2) pesquisa bibliográfica; 3) análise dos dados; e 4) apresentação dos resultados (WHITTEMORE; KNAFL, 2005). A revisão foi desenvolvida de abril a julho de 2021.

A partir do propósito da revisão, foi formulada a seguinte questão de revisão: “Como são desenvolvidos os programas de prevenção da violência no namoro em adolescentes do ensino médio?”. Em seguida, estudos relevantes foram buscados nas bases de dados PubMed e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) por meio do Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), eleitas em virtude de seu âmbito internacional, e na base *Education Resources Information Center* (ERIC), escolhida em função de sua concentração na área da educação.

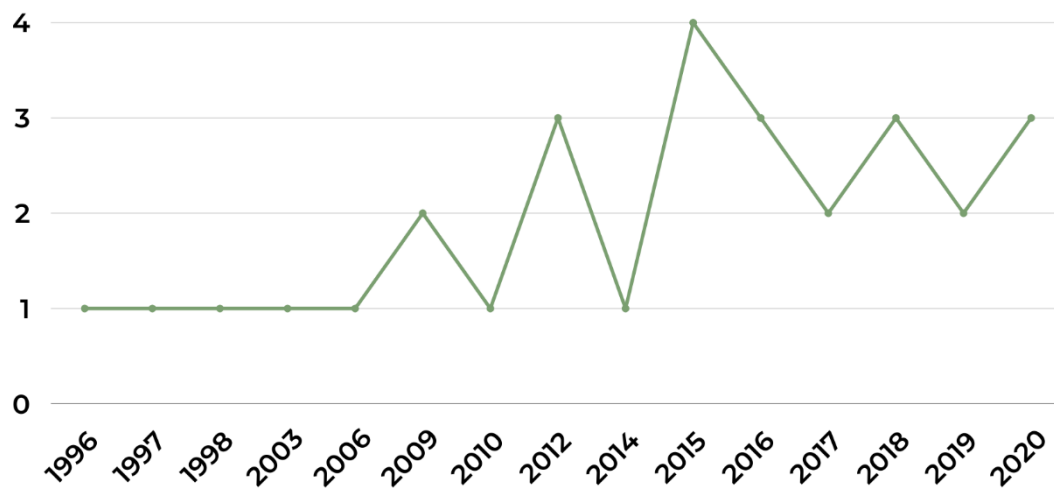
Em um primeiro momento, foram identificados os termos indexados e palavras mais frequentemente utilizadas em títulos e resumos na base PubMed. Em seguida, foi realizada a busca de artigos publicados até abril de 2021 nas bases de dados supracitadas. Os descritores e *MeSH*⁸ *terms* empregados estão apresentados no Apêndice C. Foram estabelecidos como critérios de inclusão: estudos primários em inglês, português ou espanhol, que incluíssem participantes adolescentes (12 a 18 anos de idade) e que abordassem programas interventivos de prevenção da violência no namoro, de promoção de relacionamentos saudáveis ou de

⁸*Medical Subject Headings* é um vocabulário controlado e hierarquicamente organizado, utilizado para indexar, catalogar e pesquisar informações biomédicas e relacionadas à saúde em bases de dados (NLM, 2021).

abuso entre parceiros íntimos. Os critérios de exclusão foram: estudos com participantes adolescentes portadores de necessidades especiais e estudos que não descreviam a intervenção realizada.

Inicialmente, 1.914 artigos foram recuperados das bases de dados e exportados para o software de gerenciamento de referências Mendeley, para a construção de um banco de dados. Seus títulos e resumos foram lidos e analisados e, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, um total de 29 artigos foram incluídos na revisão. A distribuição dos artigos recuperados pelo ano de publicação está demonstrada no Gráfico 1.

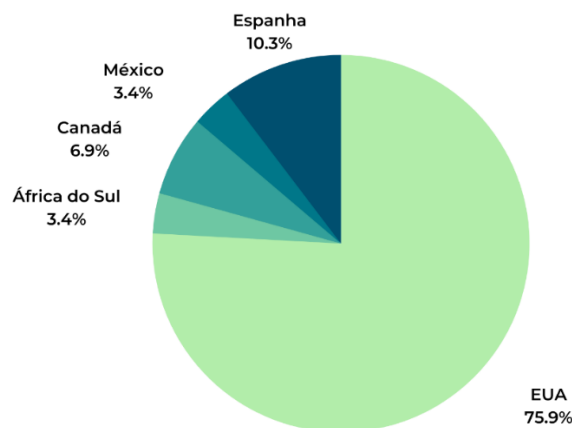
Gráfico 1 – Anos de publicação dos artigos da revisão – Porto Alegre, 2021.



Fonte: autora, 2021.

A maioria dos estudos (n=22) foi desenvolvida nos Estados Unidos (EUA), conforme representação da distribuição geográfica na Figura 3.

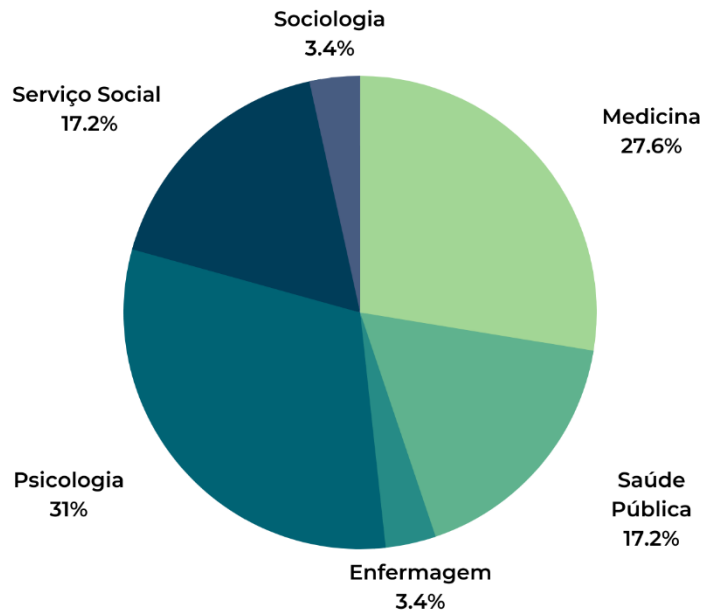
Figura 3 – Países de desenvolvimento dos estudos da revisão – Porto Alegre, 2021.



Fonte: autora, 2021.

A Figura 4 demonstra que a maior parte dos estudos provém das áreas de Psicologia (n=9) e Medicina (n=8), e a área de Serviço Social representa 5 dos estudos recuperados.

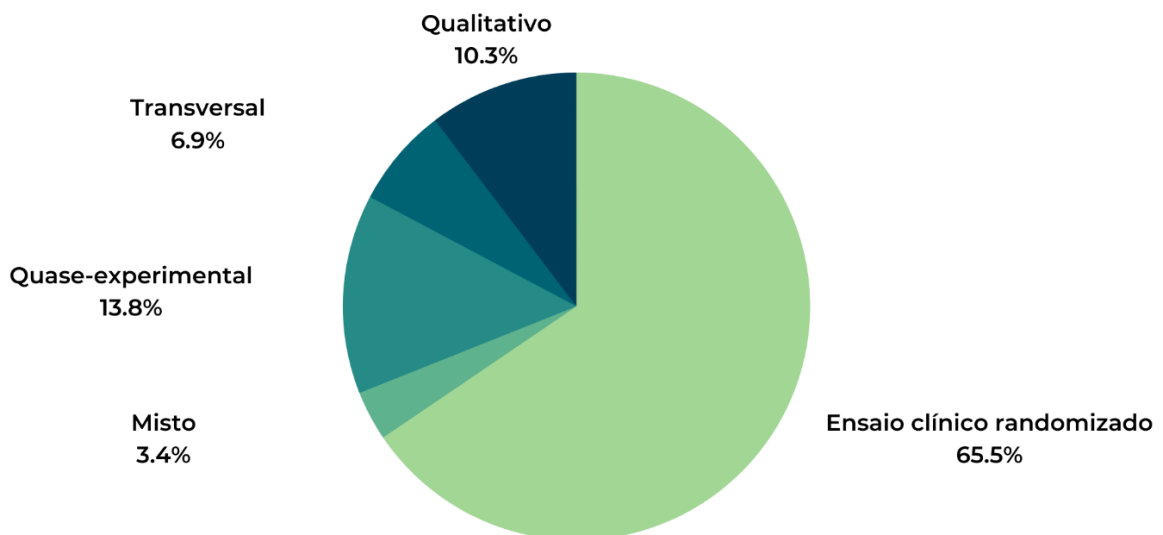
Figura 4 – Área do conhecimento dos estudos da revisão – Porto Alegre, 2021.



Fonte: autora, 2021.

Ademais, os estudos recuperados foram majoritariamente do tipo ensaio clínico randomizado (n=19) (Figura 5).

Figura 5 – Tipos de estudos da revisão – Porto Alegre, 2021.



Fonte: autora, 2021.

Em relação aos contextos geográficos de desenvolvimento dos estudos, dois

programas ocorreram no domicílio das/os participantes (FOSHEE *et al.*, 2012; FOSHEE *et al.*, 2015); três ocorreram em serviços, como local para adolescentes grávidas ou mães (KAN *et al.*, 2020), um posto de saúde (RAVI *et al.*, 2018) e um programa local de gravidez na adolescência (LANGHINRICHSEN-ROHLING; TURNER, 2012); na comunidade, três estudos ocorreram em bairros, em locais como centros comunitários, bibliotecas públicas, locais de culto religioso (ABEBE *et al.*, 2018; MILLER *et al.*, 2020; WOLFE *et al.*, 2003); dois estudos ocorreram na escola e na comunidade de modo conjunto (FOSHEE *et al.*, 1996; FOSHEE *et al.*, 1998); e a maioria dos programas ocorreu no contexto escolar (n=19) (AVERY-LEAF *et al.*, 1997; BALL; KERIG; ROSENBLUTH, 2009; CARRASCOSA *et al.*, 2019; COOK-CRAIG *et al.*, 2014; GONZALEZ-GUARDA *et al.*, 2015; JAIME *et al.*, 2016; JAYCOX *et al.*, 2006; JOPPA *et al.*, 2016; KERVIN; OBINNA, 2010; LEVESQUE *et al.*, 2017; MATHEWS *et al.*, 2016; MCLEOD; JONES; CRAMER, 2015; MILLER *et al.*, 2012; MILLER *et al.*, 2015; MUÑOZ-FERNÁNDEZ *et al.*, 2019; RACIONERO-PLAZA *et al.*, 2020; RIZZO *et al.*, 2018; SOSA-RUBI *et al.*, 2017; WOLFE *et al.*, 2009).

A maior parte dos estudos utilizou programas diversos ou adaptações, ou ainda desenvolveram suas próprias ações e estratégias. Alguns estudos, por sua vez, utilizaram como base o programa *Safe Dates* (namoros seguros, em inglês) (FOSHEE *et al.*, 1996) de prevenção da violência no namoro, dois usaram o programa *Manhood 2.0* (masculinidade 2.0, em inglês) (ABEBE *et al.*, 2018; MILLER *et al.*, 2020;) de promoção de equidade de gênero e prevenção da violência no namoro para jovens do gênero masculino, e dois usaram o programa *Coaching Boys into Men* (treinando meninos para homens, em inglês) de prevenção da violência no namoro para meninos atletas de ensino médio (JAIME *et al.*, 2016; MILLER *et al.*, 2012).

O programa mais utilizado e adaptado, *Safe Dates* (SD), desenvolvido por Foshee *et al.* (1996) em sete escolas nos EUA, teve como objetivo as prevenções primária e secundária. A prevenção primária é alcançada quando a primeira perpetração de violência no namoro é impedida, e a secundária ocorre quando vítimas deixam o relacionamento violento ou perpetradores/as param de ser violentos/as. Uma vez que tanto vítimas quanto perpetradores/as podem ser do gênero feminino ou masculino, os dois tipos de prevenção foram direcionados igualmente a meninos e meninas. Para a prevenção primária, as atividades tiveram como base teórica a mudança de padrões de comportamentos aceitáveis, como uso de violência com parceiros e expectativas de papéis de gênero, isto é, construções sociais sobre atribuições adequadas aos homens e às mulheres (SCOTT, 1995); bem como a promoção de habilidades de gerenciamento de conflitos. Para a prevenção secundária, mudanças de

comportamentos e habilidades pró-sociais também foram consideradas importantes para adolescentes que querem sair de relacionamentos abusivos ou não serem mais violentos, bem como atividades de encorajamento para vítimas e perpetradores buscarem ajuda (FOSHEE *et al.*, 1996).

Para as atividades escolares, os estudantes, de 13 a 15 anos de idade, primeiramente assistiram a uma peça de teatro apresentada por alunos de um curso de teatro, que versava sobre uma adolescente vítima de violência no namoro que busca ajuda. Dois meses depois, os estudantes receberam o currículo do programa em dez sessões de 45 minutos, cujos temas incluíam percepção da seriedade da violência, percepção de suscetibilidade à violência, classificação dos tipos abuso, conhecimento de recursos para ajuda, crença de que os recursos podem ajudar, estereótipos de gênero, habilidades de resolução de conflitos. No último dia de programa, os estudantes elaboraram pôsteres abordando os temas do programa, para que então as produções fossem expostas em sala de aula e julgadas pelos estudantes para a eleição das três melhores. Os professores que ministravam as sessões receberam 20 horas de treinamento da equipe do SD, e eram docentes de disciplinas de saúde nas escolas (FOSHEE *et al.*, 1996).

Para as atividades do SD na comunidade, provedores de serviços tiveram três horas de treinamento que envolviam exercícios interativos sobre prestar ajuda, e eram elegíveis se interagissem com adolescentes em suas atividades profissionais. Os provedores trabalhavam em serviços como assistência social, saúde mental, departamento de saúde, pronto atendimento, setores policiais, escolas e uma agência privada sem fins lucrativos para vítimas de violência doméstica e violência sexual. Essa agência, denominada Harbor, disponibilizou um número de telefone para emergências de violência no namoro, materiais para pais de adolescentes em relacionamentos abusivos e grupos de apoio semanais para vítimas de violência no namoro (FOSHEE *et al.*, 1996).

No estudo de 1998 de Foshee *et al.*, o SD foi implementado em escolas de outra cidade, e teve como objetivo a avaliação dos efeitos do programa. Como adaptação do programa SD, o estudo de Kan *et al.* (2020) desenvolveu a intervenção em um programa local para adolescentes grávidas ou mães. Ainda, realizou grupos focais com as participantes, bem como com seus companheiros em grupos separados, com o objetivo de conhecer suas dinâmicas de relacionamento, incluindo linguagem usada, fatores estressores, fontes de conflito, experiências de violência e recursos para buscar ajuda. O estudo de Ravi *et al.* (2018), por sua vez, adaptou o currículo de SD, aplicando-o em um posto de saúde e direcionando-o a jovens da tribo Karen da Birmânia refugiados nos EUA. Teve como objetivo promover a prevenção da violência no namoro, educar os jovens sobre relacionamentos

saudáveis e não saudáveis, aumentar a conscientização sobre os recursos para buscar ajuda em suas escolas e comunidade e promover habilidades de comunicação e de prestar ajuda.

Outros dois estudos adaptaram o programa SD, e ocorreram no domicílio dos participantes, tendo a família como base e utilizando livretos/cartilhas de atividades enviados aos participantes por correio. Um deles renomeou o programa para *Families for Safe Dates* (famílias por namoros seguros, em inglês) (FOSHEE *et al.*, 2012) e outro o renomeou para *Moms and Teens for Safe Dates* (mães e adolescentes por namoros seguros, em inglês) (FOSHEE *et al.*, 2015), que foi adaptado para adolescentes com mães vítimas de violência doméstica que não conviviam mais com o agressor. Ambos programas desenvolveram atividades que objetivavam diminuir a aceitação dos adolescentes dos estereótipos tradicionais de gênero, promover habilidades de resolução de conflitos e garantir que os adolescentes reconhecessem o abuso psicológico e o vissem como um precursor da violência física. As intervenções visaram, principalmente, facilitar e motivar o engajamento do cuidador com o adolescente, focando em fatores de risco e na prevenção da violência no namoro (FOSHEE *et al.*, 2012; FOSHEE *et al.*, 2015).

O programa *Manhood 2.0*, aplicado em dois estudos, foi projetado para o contexto da comunidade e para adolescentes do sexo masculino. As intervenções consistiram em 18 horas de currículo, divididas em seis sessões geralmente distribuídas em períodos de três a seis semanas. Os programas promoveram reflexões sobre construções sociais de masculinidade, relacionamentos e comportamentos sexuais saudáveis, estereótipos de gênero e formas de violência. Ainda, incentivaram a identificação de comportamentos desrespeitosos e coercitivos, bem como habilidades para intervir ao testemunhar esses comportamentos de amigos e colegas (ABEBE *et al.*, 2018; MILLER *et al.*, 2020). Ainda, um estudo adicionou ao programa conteúdos sobre justiça racial, mídia social e pornografia (MILLER *et al.*, 2020).

O programa *Coaching Boys into Men*, também aplicado em dois estudos e projetado para adolescentes do sexo masculino, teve seu contexto na escola e foi direcionado a atletas. As intervenções tiveram como objetivo alterar as normas que fomentam a perpetração de violência no namoro, envolvendo treinadores esportivos como modelos positivos para transmitir mensagens de prevenção aos atletas (MILLER *et al.*, 2012), sendo que o estudo de Jaime *et al.* (2016) substituiu treinadores por um ativista da prevenção de violência doméstica e sexual como facilitador do programa. Nesses programas, “cartões de treinamento” orientaram os facilitadores a conduzir breves discussões semanais com os atletas sobre respeito e prevenção de violência no namoro durante a temporada esportiva. As temáticas visavam definir e identificar comportamentos abusivos, coercitivos e desrespeitosos e

promover alternativas positivas, além de fomentar igualdade de gênero e definições positivas e não violentas de masculinidade e sexualidade masculina. Ademais, os facilitadores modelaram habilidades para intervir ao testemunhar comportamentos desrespeitosos e prejudiciais de amigos ou colegas (JAIME *et al.*, 2016; MILLER *et al.*, 2012).

A revisão permitiu observar que a maioria dos estudos – incluindo os que implementaram outros programas além dos citados acima – utilizou a questão de gênero como fundamentação de seus programas de prevenção à violência no namoro, tendo como expressões a problematização de atitudes sexistas, definições positivas e não agressivas de masculinidade e sexualidade masculina, construção social das identidades de gênero, estereótipos e representações da mídia sobre papéis de gênero, construção de relações afetivas igualitárias, desigualdade e igualdade de gênero (ABEBE *et al.*, 2018; AVERY-LEAF *et al.*, 1997; CARRASCOSA *et al.*, 2019; FOSHEE *et al.*, 1996; FOSHEE *et al.*, 1998; FOSHEE *et al.*, 2012; FOSHEE *et al.*, 2015; JAIME *et al.*, 2016; JOPPA *et al.*, 2016; KERVIN; OBINNA, 2010; MATHEWS *et al.*, 2016; MILLER *et al.*, 2012; MILLER *et al.*, 2020; RACIONERO-PLAZA *et al.*, 2020; RAVI *et al.*, 2018; SOSA-RUBI *et al.*, 2017; WOLFE *et al.*, 2003). Deste modo, contata-se que os programas não assumiram posições neutras em relação à natureza dos relacionamentos abusivos, suscitando nos participantes uma compreensão crítica acerca da influência do gênero em relações afetivo-sexuais.

Verificou-se que diversos programas deram destaque à promoção de habilidades, conhecimentos, atitudes, crenças e comportamentos que constituem relacionamentos saudáveis (AVERY-LEAF *et al.*, 1997; BALL; KERIG; ROSENBLUTH, 2009; GONZALEZ-GUARDA *et al.*, 2015; JOPPA *et al.*, 2016; KERVIN; OBINNA, 2010; LEVESQUE *et al.*, 2017; MCLEOD; JONES; CRAMER, 2015; MILLER *et al.*, 2015; MUÑOZ-FERNÁNDEZ *et al.*, 2019; WOLFE *et al.*, 2009). Com isso, depreende-se que as intervenções são favoráveis à prevenção primária, isto é, à sensibilização dos participantes antes da ocorrência do fenômeno da violência no namoro e suas consequências (SAAVEDRA, 2010). Outro tópico que obteve destaque nas ações dos estudos foi como identificar a violência e seus diferentes tipos e como enfrentar situações que envolvem risco de violência no namoro, tanto em situações presenciais quanto *online*, bem como sinais de alerta (BALL; KERIG; ROSENBLUTH, 2009; JOPPA *et al.*, 2016; LEVESQUE *et al.*, 2017; MUÑOZ-FERNÁNDEZ *et al.*, 2019; RIZZO *et al.*, 2018; SOSA-RUBI *et al.*, 2017). Logo, é possível inferir que os programas orientam os adolescentes a se afastarem de relacionamentos potencialmente abusivos antes que situações perigosas possam acontecer.

O aprimoramento de habilidades de comunicação nos relacionamentos também foi

comumente abordado pelos programas, como, por exemplo, a competência de manifestar sentimentos e necessidades de forma clara e respeitosa ao/à parceiro/a (BALL; KERIG; ROSENBLUTH, 2009; JOPPA *et al.*, 2016; LANGHINRICHSEN-ROHLING; TURNER, 2012; LEVESQUE *et al.*, 2017; MATHEWS *et al.*, 2016; MUÑOZ-FERNÁNDEZ *et al.*, 2019; RIZZO *et al.*, 2018; WOLFE *et al.*, 2003; WOLFE *et al.*, 2009). Os programas discorreram acerca da resolução de problemas ou conflitos no relacionamento, promovendo essa habilidade juntamente à regulação emocional, com o controle de sentimentos como raiva, ciúmes e tristeza (JOPPA *et al.*, 2016; LANGHINRICHSEN-ROHLING; TURNER, 2012; MUÑOZ-FERNÁNDEZ *et al.*, 2019; RIZZO *et al.*, 2018; WOLFE *et al.*, 2003; WOLFE *et al.*, 2009). Ainda, as intervenções utilizaram estratégias de reestruturação cognitiva e comportamental para auxiliar os adolescentes a escolherem relações saudáveis (JOPPA *et al.*, 2016; RIZZO *et al.*, 2018), por meio da promoção de novas crenças que valorizem comportamentos respeitosos e rejeitem atitudes problemáticas. Observou-se, também, que as ações visavam fomentar o aumento da autoestima e da autossuficiência (JOPPA *et al.*, 2016; MUÑOZ-FERNÁNDEZ *et al.*, 2019; RIZZO *et al.*, 2018).

Além disso, três estudos realizaram debates acerca da natureza social do amor e da atração, dos conceitos de amor e relacionamentos românticos e dos mitos do amor romântico (CARRASCOSA *et al.*, 2019; MUÑOZ-FERNÁNDEZ *et al.*, 2019; RACIONERO-PLAZA *et al.*, 2020). A inserção desses temas pode ser considerada como uma maneira de proporcionar uma compreensão conceitual e crítica sobre relacionamentos íntimos, o que vai ao encontro do conteúdo de outros programas, que mencionam os valores e direitos de uma relação afetiva saudável, direitos sexuais e reprodutivos e o aspecto jurídico da violência doméstica (JAYCOX *et al.*, 2006; MATHEWS *et al.*, 2016; RIZZO *et al.*, 2018; SOSA-RUBI *et al.*, 2017).

Alguns programas mencionaram as consequências da violência no namoro como forma de conscientização e prevenção, a partir da apresentação do impacto negativo de relações tóxicas ou violentas no bem-estar físico, emocional e social nos indivíduos envolvidos na relação (CARRASCOSA *et al.*, 2019; RACIONERO-PLAZA *et al.*, 2020; SOSA-RUBI *et al.*, 2017). Ademais, os pesquisadores que implementaram um programa destacaram, com evidências científicas, o impacto da violência no namoro nas conexões neurais e na estrutura do cérebro, bem como os efeitos positivos de relacionamentos saudáveis no cérebro e na saúde em geral (RACIONERO-PLAZA *et al.*, 2020). Isto demonstra que essas intervenções buscaram destacar a seriedade das consequências desse tipo de comportamento, isto é, ainda que possam ter relações curtas, os adolescentes ficam expostos a

danos a longo prazo decorrentes dessas violências.

Algumas intervenções deram ênfase a estratégias de enfrentamento caso a agressão ocorra. Para isso, objetivaram conscientizar acerca da influência do *bystander* (espectador, em inglês) perante a violência, isto é, o envolvimento do espectador que identifica a violência no namoro, apoiando e ajudando a vítima (COOK-CRAIG *et al.*, 2014; MCLEOD; JONES; CRAMER, 2015; MUÑOZ-FERNÁNDEZ *et al.*, 2019). Além disso, um programa recomendou o uso de recursos de apoio da comunidade e o reconhecimento do papel da escola como um recurso de busca de ajuda para a violência no namoro (SOSA-RUBI *et al.*, 2017). Percebe-se que as ações, portanto, além de valorizarem a prevenção do fenômeno, buscam também orientar tanto para a oferta de ajuda às vítimas quanto para a busca por ajuda na ocorrência da violência no namoro.

Diante disso, para a exposição dos temas abordados, foram desenvolvidas diferentes atividades. Diversas intervenções utilizaram palestras e sessões expositivas (AVERY-LEAF *et al.*, 1997; BALL; KERIG; ROSENBLUTH, 2009; JAYCOX *et al.*, 2006; JOPPA *et al.*, 2016; KERVIN; OBINNA, 2010; MCLEOD; JONES; CRAMER, 2015; RACIONERO-PLAZA *et al.*, 2020; RIZZO *et al.*, 2018; SOSA-RUBI *et al.*, 2017; WOLFE *et al.*, 2003; WOLFE *et al.*, 2009), bem como recursos, tais como: apresentação de slides; exibição e análise de vídeos e canções, atividades online, uso de *smartphones*, jogos interativos, folhetos (BALL; KERIG; ROSENBLUTH, 2009; GONZALEZ-GUARDA *et al.*, 2015; MILLER *et al.*, 2015; MUÑOZ-FERNÁNDEZ *et al.*, 2019; RACIONERO-PLAZA *et al.*, 2020; SOSA-RUBI *et al.*, 2017; WOLFE *et al.*, 2003; WOLFE *et al.*, 2009), desenhos, atividades com lápis e papel (CARRASCOSA *et al.*, 2019) e leitura de textos (RACIONERO-PLAZA *et al.*, 2020). Para mais, constatou-se em cinco programas o uso de discussões em grupo (CARRASCOSA *et al.*, 2019; GONZALEZ-GUARDA *et al.*, 2015; JAIME *et al.*, 2016; JOPPA *et al.*, 2016; MILLER *et al.*, 2012; MUÑOZ-FERNÁNDEZ *et al.*, 2019; RACIONERO-PLAZA *et al.*, 2020; RIZZO *et al.*, 2018) e dramatizações ou teatro (BALL; KERIG; ROSENBLUTH, 2009; JOPPA *et al.*, 2016; MCLEOD; JONES; CRAMER, 2015; MUÑOZ-FERNÁNDEZ *et al.*, 2019; SOSA-RUBI *et al.*, 2017).

Além disso, atividades de treinamento para identificar e intervir em situações de violência no namoro tiveram destaque (COOK-CRAIG *et al.*, 2014; GONZALEZ-GUARDA *et al.*, 2015; JAIME *et al.*, 2016; MILLER *et al.*, 2012; MUÑOZ-FERNÁNDEZ *et al.*, 2019), e observou-se a realização de *workshop* para a equipe de funcionários da escola e confecção de pôsteres com informações sobre papéis e estereótipos de gênero, prevenção e conscientização da violência no namoro e divulgação de recursos de apoio (SOSA-RUBI *et*

al. 2017). Ainda, algumas intervenções realizaram atividades para a promoção de saúde sexual e demonstração de uso de preservativos (RIZZO *et al.*, 2018; WOLFE *et al.*, 2009).

A partir dos estudos recuperados, foi possível constatar que o fenômeno da violência no namoro tem magnitude significativa na população em questão. Diversos países demonstram preocupação com a problemática, desenvolvendo estratégias de prevenção e estudos de prevalência. Assim, evidencia-se a necessidade da formulação e realização de intervenções que desenvolvam estratégias ou repliquem ações e programas de prevenção da violência no namoro, tanto no Brasil quanto na América Latina, uma vez que o fenômeno apresenta consequências sérias a curto e longo prazo na vida de adolescentes, impactando em suas saúdes física, mental e social. No próximo capítulo, será demonstrado como as racionalidades neoliberal e conservadora influenciam a concepção e execução das políticas públicas no Brasil, no que diz respeito tanto à juventude quanto à educação, juntamente com as falas das participantes do estudo, o que fornecerá elementos para uma análise das possibilidades de implementação de políticas de prevenção da violência no namoro no país.

4 JUVENTUDES, GÊNERO E EDUCAÇÃO: IMPACTOS DO CONSERVADORISMO NEOLIBERAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Na segunda metade do século XX, após a implementação de políticas neoliberais que visavam a recuperação da acumulação de capital após a crise mundial de 1970, os prejuízos decorrentes de medidas econômicas deletérias à classe trabalhadora geraram uma sensação de abandono por parte do Estado. Tais prejuízos, contudo, foram dissimulados como resultado de um Estado “inflado” que, supostamente, tem seus recursos financeiros esgotados por serviços públicos ineficientes e por “privilégios” a populações minoritárias superprotegidas, como imigrantes, negros, indígenas, mulheres. Como resultado, a extrema direita, envolvida por formulações neoliberais de liberdade em relação à intervenção do Estado, desde então mobiliza discursos antiestatistas e conservadores que justificam desigualdades, exclusões e preconceitos, visando reassegurar a hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, e não apenas expandir o poder do capital (BROWN, 2019).

O ataque à sociedade e à justiça social no contexto neoliberal e conservador é mais comumente identificado no projeto de desmonte e desvalorização do Estado em nome de indivíduos livres e responsabilizáveis. Frente a recessões econômicas, é vantajoso que os trabalhadores se tornem mais resilientes para resistir à sociedade competitiva e à “mania proletária” que demanda por igualdade social. Conseqüentemente, as medidas de autorresponsabilização do indivíduo por sua própria manutenção acabam por fazer a família substituir o papel do Estado em diversos aspectos, como seguridade social, saúde e educação, o que reafirma normas familiares “tradicionais” e conservadoras. Assim, o ataque neoliberal e conservador ao social é fundamental não somente para a manutenção da ideologia burguesa que legitima o desmonte do Estado, mas também para a perpetuação de valores patriarcais e antidemocráticos (BROWN, 2019).

Além de defender o capital junto ao neoliberalismo, o conservadorismo moral passa a representar a resistência diante de qualquer ameaça à ordem capitalista e patriarcal, apelando tanto à manutenção do *status quo* quanto ao retrocesso. Assim, tanto no âmbito da sociedade civil quanto na esfera da política formal, posturas autoritárias e irracionistas, características do conservadorismo reacionário, supervalorizam as tradições e instituições, a família patriarcal e a “ordem” e, além de reprimirem avanços, propõem o retrocesso em pautas progressistas já construídas. Assim, a emergência do conservadorismo neoliberal no Brasil, especialmente desde junho de 2013 ao golpe de 2016, culminou na eleição do projeto político reacionário neoliberal do atual presidente da República. Com seu discurso

conservador, o então candidato à presidência conseguiu captar a indignação generalizada em relação ao período petista, e foi levado ao poder apesar de seu discurso extremista em diversas agendas, como racismo, povos indígenas e quilombolas, estupro, comunistas, população LGBT, entre muitos outros, além de seu discurso negacionista e anticientificista frente à pandemia de COVID-19. Neste momento, são incontáveis os desafios com que se deparam os trabalhadores, movimentos sociais e populares, mulheres, estudantes, minorias e população como um todo, incluindo a permanente luta pela revogação de medidas reacionárias e neoliberais e a reafirmação constante dos direitos sociais historicamente conquistados (KELLER, 2019).

Sendo assim, este capítulo abordará os impactos do conservadorismo neoliberal em relação às juventudes e às políticas e práticas de educação no Brasil. No que diz respeito às juventudes, serão discutidas a lógica criminalizadora e as políticas subsumidas à racionalidade do capital direcionadas a essa categoria social. O capítulo apresentará também os impactos da racionalidade neoliberal e da modernização conservadora no âmbito da educação no país. Por fim, será demonstrado como o conservadorismo afeta as políticas públicas para a educação, especialmente no que diz respeito a gênero e sexualidade e à prevenção da violência no namoro, juntamente com relatos das participantes da coleta de dados que ilustram esse cenário, incluindo sua percepção acerca de políticas de prevenção à violência no namoro nas escolas.

4.1 JUVENTUDES BRASILEIRAS: CONTRADIÇÕES, INVISIBILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

A juventude, como um conceito de diversas facetas, pode ser compreendida como uma faixa etária, uma etapa de transição da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração. Ao longo da história, a categoria juventude foi objeto de admiração, sendo enaltecida pelo seu vigor, beleza física ou saúde. Já no final do século XIX, em países como EUA, Alemanha e França, a categoria foi objeto de preocupação, com referências sobre o modo de ser e agir particular da juventude. Apenas a partir de meados do século XX que a juventude passou a ser objeto de reflexão, sendo um produto da modernidade ocidental que ganha espaço significativo no imaginário social (TRASSI; MALVASI, 2010). Assim, é apenas recentemente que as juventudes vêm sendo reconhecidas como sujeitos de direitos e dignas de ações específicas de atendimento às suas necessidades (SCHERER, 2017).

Os marcos etários utilizados nas discussões acerca desse período também não são unanimemente estabelecidos, variando entre países e instituições. De modo geral, no Brasil, com base em critérios estipulados pelas Nações Unidas e por instituições oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há uma tendência para a delimitação dessa categoria etária entre os 15 e 24 anos. A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), por meio do Estatuto da Juventude, considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, sendo que aos adolescentes com idades entre 15 e 18 anos também se aplica o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, 2013; TRASSI; MALVASI, 2010). De modo geral, pode-se inferir que as juventudes têm em comum, entre suas diferentes definições,

[...] a dimensão da fase do ciclo da vida entre a infância e a maturidade. Esse ciclo deve “desaguar” numa inserção no mundo adulto. Nesse sentido, podemos analiticamente apontar três atributos que caracterizam o conceito de juventude, de um ponto de vista mais genérico: faixa etária intermediária que abrange extensa etapa da vida; anos de transição ou passagem da vida infantil para a vida adulta; e período em que se consolidam preferências, gostos, formação profissional, ou seja, uma série de predicados sociais que remetem à ideia de etapa de formação (TRASSI; MALVASI, 2010, p. 22-23).

Em contraposição à tendência simplista e homogeneizadora de se debater a juventude como uma unidade, compreende-se que o termo deve ser utilizado no plural, “juventudes”, de forma a indicar a complexidade de uma categoria social heterogênea e de múltiplas dimensões. Assim, as juventudes são entendidas como um processo, tanto biológico quanto social e psicológico, em que ocorre o desenvolvimento da autonomia do sujeito e de mudanças físicas; que apresenta a possibilidade de venda da sua força de trabalho; que suscita a constituição de novas relações afetivas e familiares; e que potencializa a construção de identidades (SCHERER, 2017). Contudo, esses processos ocorrem de formas diferentes para jovens⁹ com remunerações diferentes, uma vez que a garantia de direitos também é alterada conforme as distintas remunerações, não apenas entre os jovens inscritos no seio da própria classe trabalhadora, mas também para aqueles descendentes da burguesia.

Nesse sentido, a imagem do jovem como símbolo de saúde, beleza e poder é geralmente associada à juventude que possui poder de consumo, aquela que tem a possibilidade de acessar no mercado de bens e serviços os produtos destinados ao seu segmento social. De outro lado, a juventude proletarizada é fortemente associada à violência, à criminalidade e a transgressões, considerada um perigo à sociedade (SCHERER, 2017).

⁹ No decorrer do trabalho, os termos “jovem” e “jovens” incluirão os gêneros masculino e feminino, pois considera-se que a flexão de gênero pode prejudicar o fluxo de leitura.

Visto que a classe proletária constitui a esmagadora maioria dos contingentes populacionais nas sociedades de classe, é a segunda imagem das juventudes que se generaliza, resultando no que Lacerda (2010) conceitua como “diabolização” das juventudes, que seriam constituídas por seres irresponsáveis, imaturos e inconsequentes, e que desafiam constantemente as normas estabelecidas pelas figuras de autoridade, representando uma constante ameaça à ordem social existente.

Essa dinâmica fomenta um processo de invisibilidade das juventudes, que se manifesta em todas as esferas da sociedade, desde a família, incluindo a comunidade e chegando às políticas públicas. Essas últimas, por sua vez, reproduzem as concepções geradoras do processo de invisibilidade, consolidando o estereótipo engendrado sobre as juventudes (SCHERER, 2017). Nesse sentido, também participa da invisibilização da juventude o adultocentrismo. Conforme Góis (2013), o adultocentrismo parte do aspecto mais reacionário do conflito geracional, e pode ser definido como um conjunto de conceitos e atos preconceituosos direcionados aos jovens, que são frequentemente infantilizados. Nele, a juventude é concebida como um estado de incompletude, sendo os jovens incapazes de tomarem decisões e coordenarem sua própria trajetória, suas aspirações e decisões. Para o adultocentrismo, os jovens precisam ter seus comportamentos e suas escolhas tutelados constantemente pelos adultos, sendo considerados objetos e não sujeitos da ação, portanto não merecedores de serem ouvidos.

Simultaneamente, outra tendência presente na construção social da categoria juventude envolve a compreensão romântica desse segmento social: sua idealização como “o futuro da nação”, como única responsável pela construção de um “futuro melhor”. Esse discurso costuma carregar consigo a exigência de uma atuação política da juventude reduzida a atividades individuais e voluntárias, atribuindo aos sujeitos jovens a responsabilidade por uma transformação social baseada no individualismo, ignorando elementos associados a uma estrutura que se reproduz econômica, política e ideologicamente (SCHERER, 2017). Assim, a juventude tem sido uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade, como a geração que substitui a atual e, portanto, aparecendo como retrato projetivo da sociedade. Em razão disso, condensa as angústias, os medos e as esperanças em relação às tendências sociais identificadas no presente e aos rumos que tais tendências apresentam para a conformação social futura, o que fundamenta as contradições simultâneas presentes na construção social da categoria “juventudes” (ABRAMO, 1997; SCHERER, 2017).

No que diz respeito às políticas públicas destinadas às juventudes, destaca-se que a maior parte dos projetos se destina a atender os jovens em situação de “desvantagem social”,

visando adolescentes provenientes de famílias com baixa renda ou de “comunidades pobres”, ou jovens em situação de “risco”. Assim, percebe-se uma abordagem que criminaliza a pobreza, elaborando ações que objetivam corrigir problemas relacionados ao consumo ou tráfico de drogas, infecções sexualmente transmissíveis, violência urbana, gravidez precoce, inserção no mercado de trabalho e ressocialização. Embora bem-intencionados, programas dessa natureza buscam, implícita ou explicitamente, conter o risco real ou potencial desses jovens, seja por meio de seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de suas “mãos ociosas” (ABRAMO, 1997, p. 26).

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), pertencente à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e inserido no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, contando com dois terços de seus membros da sociedade civil e um terço do poder público, promove Conferências Nacionais para discutir a respeito de demandas e políticas públicas para as juventudes. A primeira Conferência foi realizada apenas 20 anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, em 2008, e as seguintes ocorreram em 2011 e 2015, sendo que a programada para 2020 fora adiada devido à pandemia de COVID-19. Em cada edição, o Conjuve publica cadernos de propostas e resoluções, que costumam ser abstratas e pouco estruturantes. Isso não configura, por si só, um problema, dada a metodologia das conferências, que consiste em debates desde os municípios até a esfera nacional. Porém, uma vez que o Conjuve tem como competências propor e formular políticas públicas de juventude, além de desenvolver estudos e pesquisas sobre a situação juvenil (BRASIL, 2005), suas ações esgotam-se em si mesmas, uma vez que não são dotadas de cunho deliberativo, estando sujeitas à sua concretização ou não por parte dos poderes legislativo e executivo do Estado.

Nas resoluções finais das Conferências Nacionais de Juventude, as propostas foram sistematizadas em eixos temáticos, a partir das quais é possível destacar demandas por educação, trabalho, segurança pública, saúde, cultura e esporte, meio ambiente, território, participação, moradia e ampliação de direitos para a juventude negra, jovens de comunidades tradicionais, quilombolas e rurais, juventude LGBT, juventudes com deficiência e respeito à diversidade religiosa (BRASIL, 2008; 2011; 2016c). De modo geral, as propostas demonstram a heterogeneidade das juventudes brasileiras. O destaque atribuído às demandas por educação e trabalho evidenciam a preocupação dessa categoria social com a ampliação das oportunidades de emprego e qualificação profissional, frente a uma conjuntura cada vez mais complexa e precária de inserção no mercado de trabalho.

Constata-se que a violência no namoro não foi contemplada pelas resoluções e

demandas das conferências. As temáticas relacionadas a gênero ou sexualidade, quando abordadas, estão inseridas majoritariamente nos eixos de diversidade e/ou saúde. Isso denota o predomínio do paradigma biomédico nas propostas, com menção a questões como gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis (com ênfase para HIV/Aids), direitos sexuais e reprodutivos e métodos anticoncepcionais. Questões como exploração sexual na infância e na adolescência e a violência contra a mulher também estão presentes, porém com ênfase a vítimas do sexo feminino; indicando o apoio a ações de prevenção à violência contra a mulher; e relacionando a violência doméstica contra mulheres, crianças, jovens e adolescentes. Ainda, a sexualidade associada à diversidade se restringe a questões de orientação sexual, identidade de gênero e violência contra a população LGBT. Assim, percebe-se que a violência por parceiro íntimo entre adolescentes, e os relacionamentos afetivo-sexuais saudáveis, de modo geral, não estão contemplados nas propostas das conferências.

Ademais, a Política Nacional de Juventude (PNJ), pertencente ao Conjuve (BRASIL, 2005), também entrou em vigor em 2005 como resultado de lutas pela garantia de direitos às juventudes no Brasil. A partir de interlocução da SNJ com outras secretarias e ministérios, a PNJ materializa projetos e políticas públicas destinados às juventudes no Brasil, consistindo em onze eixos. Conforme sistematizado por Scherer (2017), as políticas públicas, associadas a programas e projetos cujas quantidades estão nos parênteses, dividem-se em: educação (14); segurança pública (12); trabalho (11); igualdade racial (5); esporte (5); cultura (4); saúde (3); assistência social (3); meio ambiente (2); desenvolvimento agrário (1); e direitos humanos (1). O autor observa que, dentre os programas e projetos mapeados, grande parte é direcionada para educação e o trabalho, tanto no sentido de qualificação profissional quanto no sentido de preencher o tempo ocioso das juventudes pobres. Evidencia-se, desse modo, a perspectiva do controle das “classes perigosas”, bem como da responsabilização dos jovens pela conjuntura precária vivenciada, apresentando a qualificação profissional como alternativa para o enfrentamento a tal conjuntura, atribuindo a esses jovens a responsabilidade por seu sucesso ou insucesso (SCHERER, 2017).

Embora políticas públicas direcionadas ao mercado de trabalho sejam importantes para as juventudes no sentido de qualificação profissional, o que se tem como seu fundamento é o fortalecimento da lógica do capital (SCHERER, 2020). O modo de produção capitalista, constituído de contradições intestinas ao seu próprio sociometabolismo, tem como um dos pilares de sua lógica a superpopulação relativa, que pode ser convocada ao trabalho em momentos oportunos (MARX, 2013). Assim, observa-se não uma política pública

verdadeiramente associada à perspectiva dos direitos humanos, mas sim de ampliação desse exército industrial de reserva (SCHERER, 2020).

Simultaneamente à perspectiva da qualificação profissional, encontra-se no discurso presente nas políticas públicas para as juventudes a lógica do empreendedorismo como resposta ao desemprego juvenil, coincidindo com a racionalidade neoliberal, que transfere responsabilidades institucionais aos próprios indivíduos. Diante do desemprego estrutural, que atinge boa parte da população jovem brasileira, cujos 48,2% encontravam-se ocupados em 2019 (IGBE, 2020), a solução encontrada pelo Estado neoliberal consiste em estimular os jovens a desenvolverem projetos de vida nos quais pudessem encontrar alternativas ao desemprego, por meio da criação de pequenos empreendimentos capazes também de gerar novos empregos, fomentando o individualismo e a autorresponsabilização pela realização profissional e pela ascensão social (SALGADO, 2013; SCHERER, 2017).

Os direitos das juventudes, portanto, são afetados negativamente pelo avanço da racionalidade neoliberal. O movimento do Estado brasileiro atualmente, que alinha o neoconservadorismo social ao neoliberalismo econômico, além de articular políticas públicas focalizadas para a juventude que visam a ocupação dos “jovens perigosos” e a responsabilização dos indivíduos na conjuntura de desempregos, oculta violências estruturais e enfraquece as escassas políticas públicas para a juventude. Desse modo, compreende-se que, em consonância com as imagens contraditórias construídas sobre a categoria social “juventudes”, a invisibilização da juventude na realidade brasileira é respaldada em políticas públicas de penalização da pobreza e de culpabilização dos indivíduos por sua condição de vulnerabilidade, negando a essa população sua caracterização como sujeitos de direitos.

4.2 RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Os seres humanos, diferentemente dos animais, não nascem geneticamente determinados a realizar as atividades necessárias à sua existência: precisam aprender o que têm de fazer. Por esse motivo, faz-se necessária a educação, um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos e valores que permitem ao indivíduo tornar-se apto a participar conscientemente da vida social. A partir disso, é possível perceber a diferença fundamental entre a educação nas comunidades primitivas e nas sociedades assentadas na propriedade privada. Nas primeiras, a educação consistia em uma tarefa que

competia a toda a comunidade e atendia a todos os indivíduos. Uma vez que não havia divisão social do trabalho, não havia também a divisão da educação que beneficiasse apenas determinadas categorias sociais. Em contrapartida, com o estabelecimento da propriedade privada e, simultaneamente, das classes sociais e da divisão social do trabalho, a sociedade deixou de ser uma comunidade para tornar-se uma realidade social dividida em grupos sociais antagônicos, em que os indivíduos que produzem a riqueza são diferenciados daqueles que dela se apropriam privadamente. Como resultado dessa transformação do processo de trabalho, as atividades humanas já existentes são alteradas e outras surgem para atender a novas exigências. No caso da educação, ela é “privatizada”, isto é, organizada para corresponder à reprodução da sociedade no sentido de favorecer os interesses das classes dominantes (TONET, 2011).

Ademais, o trabalho abstrato e a troca de mercadorias são componentes de uma forma histórica de sociabilidade: aquela regida pelo capital. Nesse sentido, e na medida em que se compreende que a produção de mercadorias fundamenta esta formação social, pode-se afirmar que a função hegemônica da educação é a de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho pois, nesta forma de sociabilidade, o indivíduo tem valor enquanto força de trabalho, e não enquanto ser humano integral (TONET, 2012). A educação institucionalizada, sob a égide do capital, destinou-se não apenas a fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do capital, mas também a criar e difundir valores que legitimam os interesses dominantes, em uma dinâmica de internalização pelos indivíduos da legitimidade da posição a eles conferida na hierarquia social (MÉSZÁROS, 2008).

A atual crise estrutural do capital, fruto da própria lógica deste, envolve todas as dimensões sociais, incluindo a educação como parte dessa sociabilidade. Desse modo, uma vez que há algumas décadas que o mundo vem sendo impactado por intensas, amplas e profundas transformações, tendo seu epicentro na economia, é esperado que a educação, assim como outros âmbitos da sociedade, esteja em crise (TONET, 2012). O declínio da produtividade econômica, o desemprego, a pobreza e a falta de competitividade internacional são atribuídos ao fracasso das instituições educacionais, e escolas mais eficientes e receptivas ao setor privado seriam a solução para esses problemas. Desse modo, observa-se um processo de modernização conservadora na educação, isto é, reformas educacionais que centraram, em torno de compromissos neoliberais com o mercado e a visão de um Estado aparentemente fraco, uma ênfase neoconservadora para um controle mais forte sobre currículos e valores, bem como novas propostas de gerenciamento para a instalação de formas rigorosas de

responsabilidade e avaliação de qualidade na escola (APPLE, 2003, 2005).

O que sustenta essa dinâmica é a visão dos alunos como capital humano em um mundo intensamente competitivo economicamente, sendo necessárias as qualificações e disposição para que esses alunos possam competir eficiente e efetivamente no mercado de trabalho. Assim, para os neoliberais, quaisquer recursos gastos com escolas que não estejam diretamente relacionados a objetivos econômicos são suspeitos, e as escolas públicas, além de estarem fracassando com as novas gerações enquanto futura mão de obra, estão, como quase todas as instituições públicas, onerando financeiramente a sociedade. Com isso, iniciativas políticas neoliberais passaram a envolver associações mais íntimas entre educação e economia, introduzindo propostas de projetos de educação profissionalizante e exigindo cortes de custos de um “Estado inflado”, o que, efetivamente, subordina as escolas à dinâmica competitiva do mercado (APPLE, 2003).

Além disso, a coalizão entre neoliberais e neoconservadores abriga, sob o guarda-chuva da aliança conservadora, o fundamentalismo religioso, afetando também o cenário em que as políticas públicas são debatidas. Assim, a educação tem sido âmbito importante de disputas, uma vez que os defensores do conservadorismo religioso consideram que o secularismo, o liberalismo e o “estatismo”, conjuntamente, foram introduzidos nas escolas para destituir as crenças e os valores religiosos de seu lugar central. Em decorrência disso, uma forma encontrada para proteger as identidades religiosas foi a educação doméstica, ou *homeschooling*, em inglês, prática já tradicional nos EUA. Muitos adeptos do ensino doméstico orientam-se pelo que acreditam ser a compreensão bíblica da família e das relações de gênero, o saber legítimo, a importância da “tradição”, o papel do Estado e a economia. Mesmo que apresente lacunas, as escolas públicas oferecem, no mínimo, uma certa coesão social, um ponto de referência cultural em uma sociedade cada vez mais multicultural, a partir do pertencimento a uma comunidade e da interação entre pares. Contudo, é precisamente esse ponto de referência comum que é rejeitado por muitos defensores do ensino doméstico, em uma agenda conservadora, individualista e antiestatista (APPLE, 2003).

No caso brasileiro, a ofensiva neoliberal e conservadora à educação pode ser percebida em reformas e políticas públicas coerentes com as lógicas apresentadas acima. A emergência do neoliberalismo, decorrente da crise mundial do capitalismo, manifestou-se em outros países ainda nos anos de 1970, mas no Brasil passou a ter maior expressão nos anos de 1990 com incentivo do Banco Mundial, que atuou desde os anos 1980 como principal agente promotor da reestruturação econômica de países de capitalismo periférico. No governo de Fernando Henrique Cardoso, foi posta em prática a reforma do aparelho estatal, a partir de

uma transição de um Estado intervencionista, conquistado na Constituição de 1988, a um Estado gestor. A reforma envolveu propostas que giravam em torno da retirada do Estado de áreas como educação e saúde com a finalidade de solucionar as crises enfrentadas pelo país, sob o argumento de que, transferindo sua responsabilidade ao setor privado, os serviços destinados à população poderiam ser modernizados e agilizados de forma eficiente (HILÁRIO; ZILIANI, 2019).

Com isso, foram implantadas reformas educacionais direcionadas a responder às crises iminentes às formas de reprodução do capitalismo contemporâneo, sendo aqui consideradas contrarreformas, uma vez que não resultaram de reivindicações sociais, mas que foram organizadas de cima, à revelia de seus usuários. A exemplo dessas contrarreformas, foi a partir da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) que o ensino médio passou a ser reconhecido como etapa final da educação e conquistou espaço na agenda político-educacional no país. Contudo, em conformidade com as formulações do Banco Mundial, a reforma preconizou a formação para o desenvolvimento de competências e habilidades direcionadas ao mercado de trabalho inserido na dinâmica da concorrência capitalista, o que corrobora a lógica neoliberal de que o problema de emprego/desemprego no Brasil deve ser pensado como problema e responsabilidade individuais (HILÁRIO; ZILIANI, 2019).

É possível observar, mais recentemente, a reforma divulgada como “Novo Ensino Médio”, que passa a vigorar de forma gradual em 2022. Inicialmente, a medida foi tomada por Michel Temer por meio da Medida Provisória nº 746 (BRASIL, 2016b), em tom emergencial. Em decorrência disso, foi considerada antidemocrática e autoritária, uma vez que não fora embasada por diálogo ou participação popular, o que motivou a ocupação de escolas por parte de estudantes e militantes de esquerda por todo o país. Apesar das críticas, o texto final da reforma foi aprovado na Lei nº 13.415 em fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017). As principais mudanças são relativas à carga horária e à flexibilização curricular: as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são obrigatórias durante os três anos do ensino médio, e 40% da carga horária do currículo será dedicada aos itinerários formativos, dentre os quais os estudantes poderão escolher um de acordo com sua vocação ou interesse. Além disso, a reforma prevê que “os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017, Art. 3º, § 7º; HILÁRIO; ZILIANI, 2019).

Similarmente à reforma de 1996, é possível perceber, a partir da análise do Novo Ensino Médio, o intuito de uma maior aproximação dessa etapa do ensino com a formação

para o mercado de trabalho. Apesar da afirmação de que o ensino técnico facilitará a entrada do jovem no mercado de trabalho, a nova lei não considera a conjuntura e as condições materiais da sociedade brasileira, marcada pelas poucas ofertas de emprego e pela precarização do trabalho, bem como ignora, contraditoriamente, o desprestígio da formação técnica em relação à educação de nível superior atualmente. No que diz respeito à formação cognitiva e emocional do aluno, não há especificação de tal proposta pela lei. Contudo, tendo em vista a conjuntura de crise no país, é possível esboçar que se trata de promover nos jovens a capacidade de assimilar as imprevisibilidades, inconstâncias e perigos presentes na dinâmica da concorrência capitalista, constituindo sujeitos mais “resilientes” e produtivos. Ademais, a proposta pela decisão do jovem sobre o que estudar, ao optar por um dos itinerários formativos disponíveis em sua escola, resulta na responsabilização individual e meritocrática do estudante em relação ao próprio futuro, que é incerto, além de limitar o acesso a saberes mais amplos que possibilitariam o interesse em outras áreas e a continuação dos estudos. Por conseguinte, pode-se depreender que as contrarreformas do ensino médio mencionadas colaboram com a constituição de subjetividades ou sujeitos alinhados à racionalidade neoliberal, fomentando valores como a concorrência, a máxima produtividade e o individualismo, de modo a formar sujeitos úteis ao regime de acumulação capitalista (HILÁRIO; ZILIANI, 2019).

4.3 DESAFIOS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO NAMORO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

Juntamente à racionalidade neoliberal emergente, também o conservadorismo vem se intensificando no âmbito da educação, porém fundamentando-se em valores residuais. De maneira oposta à aparente defesa neoliberal do Estado fraco, os neoconservadores são guiados, em geral, pela visão de um Estado forte, especialmente no que diz respeito ao saber, aos valores e ao corpo. Fundamentam-se, majoritariamente, em uma visão romântica do passado, em que a moralidade e a ordem social supostamente imperavam na sociedade. Dentre as políticas educacionais propostas por essa posição ideológica, estão o patriotismo, um resgate da “tradição ocidental” e a educação do caráter. Além disso, dentro da investida conservadora na educação e na política social em geral, existe também o medo do “outro”, que é predominante nessa ideologia. Esse medo se manifesta na defesa de currículos padronizados, ataques ao multiculturalismo e à oferta de educação para filhos de imigrantes e

denúncias de “declínio” do currículo tradicional e da história, da literatura e de valores que ele supostamente representava. A perspectiva de um Estado forte também pode ser percebida na maior regulamentação estatal em relação aos professores. Em condições cada vez mais frequentes de autonomia regulada, os professores têm de realizar um trabalho padronizado, racionalizado e fiscalizado, estando sujeitos a um exame mais rigoroso em termos de processos e resultados. Essas políticas levam à desqualificação dos professores, à intensificação de seu trabalho e à perda de autonomia e respeito, com base em uma desconfiança em relação às pretensões de sua competência e dos sindicatos da categoria (APPLE, 2003).

No que concerne ao caso brasileiro, a ofensiva conservadora na educação pode ser percebida em investidas contra políticas públicas progressistas conquistadas e contra a autonomia de professores e professoras. Tem-se, por exemplo, a militância dos que se comprometem a constranger e censurar professores por meio do movimento Escola Sem Partido (ESP), que defende “uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar” (ESP, 2019, s.p.). Conforme seu *website*, o ESP é uma proposta de lei federal, estadual e municipal que tornaria obrigatória a afixação, em todas as salas de aula dos ensinos fundamental e médio, de um cartaz com informações acerca dos “deveres do professor”, que consistem, principalmente, em não promover seus próprios interesses, opiniões ou concepções ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias e não favorecer ou prejudicar alunos em função disso; não fazer propaganda político-partidária e nem incitar a participação em manifestações, atos públicos e passeatas; ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentar as principais versões teorias e opiniões concorrentes a respeito, de forma justa; e respeitar o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral correspondente às suas próprias convicções. Em caso de transgressão, o professor fica sujeito a sanções de natureza civil (reparação de danos aos alunos), administrativa (punição disciplinar) e penal (condenação de até 6 meses de detenção, perda do cargo e inabilitação para o exercício de funções públicas por até três anos) (ESP, 2019).

O movimento ESP, fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, ganhou maior visibilidade na década de 2010, conquistando diversos grupos da direita brasileira e alcançando o trâmite do projeto de lei em todo o Brasil, nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, bem como no Congresso Nacional (CN). Inicialmente, o propósito do ESP focava, sobretudo, na suposta “doutrinação marxista” dentro das escolas, uma preocupação presente desde o período da ditadura militar, mas acabou envolvendo também o combate à chamada “ideologia de gênero” (MIGUEL, 2016). Isto posto, é possível notar que

o movimento se utiliza de discursos conservadores e autoritários alinhados ao fundamentalismo religioso e ao anticomunismo, assim como faz uso da lógica neoliberal de não intervenção estatal na vida privada quando defende que os responsáveis pela educação dos filhos são os pais e que, portanto, o Estado – isto é, as escolas – não devem educar, apenas ensinar conteúdos (LIMA; HYPOLITO, 2019).

Ao contrário do que o movimento ESP pretende com a defesa de uma educação supostamente neutra e objetiva, produz-se uma educação cada vez mais afastada da liberdade e da democracia, rejeitando a formação de cidadãos críticos. O que é deturpado como “doutrinação ideológica” se trata, na verdade, da natureza da educação de construção do caráter, da personalidade, dos sentidos, da percepção e do pensamento crítico, o que é rejeitado pelos adeptos do movimento, demonstrando que a sociedade e seus valores não devem ser questionados, naturalizando a ordem vigente e retirando a escola de toda e qualquer possibilidade de intervenção crítica (COIMBRA; SOUSA, 2020). Vale dizer, também, que embora o ESP promova uma redução e dissociação da política na educação, o movimento se interessa apenas na censura de perspectivas políticas progressistas nas escolas, uma vez que, caso a “doutrinação” em curso obedeça à racionalidade capitalista, conservadora, racista e patriarcal hegemônica, não será considerada parcialidade ou “ideologia”.

Ademais, ao acusar os docentes de se desviarem de sua função de ensinar apenas conteúdos, o movimento ESP impõe limites à liberdade de cátedra, que é essencial para que o professor leccione a multiplicidade de conhecimentos de cada área e promova debates em sala de aula. De mesmo modo, a autonomia é retirada do professor, especialmente porque o aluno se encontra no direito de questionar o conteúdo ministrado durante as aulas sem embasamento científico, alegando “doutrinação” por parte do professor (NASCIMENTO, 2020). Assim, o professor, que se apresenta como mediador entre aluno e conhecimento no processo de ensino-aprendizagem, passa a ser considerado uma barreira, uma vez que sua subjetividade é apontada como um elemento desqualificador de sua prática. No entanto, a desqualificação promovida pelo ESP não se limita apenas ao docente: os estudantes são, igualmente, desqualificados, pois são encarados como sujeitos passivos em sala de aula, vulneráveis e incapazes, alvos fáceis da “doutrinação” de seus mestres (COIMBRA; SOUSA, 2020).

A falta de autonomia para agir além do conteúdo da aula e a ameaça constante de punições por acusações de “doutrinação” foram percebidas nas falas das professoras entrevistadas neste estudo. Foi possível perceber que há, na escola, a racionalidade de não intervenção na vida privada dos estudantes, incluindo o controle dos pais acerca do que é abordado em sala de aula. Assim, as professoras relataram limites à resolução de problemas

peçoais apontados pelos estudantes e à prestação de ajuda, ainda que mantenham relações de proximidade com os estudantes, e mencionam a falta de apoio e trabalho intersetorial entre a escola e instituições como Conselho Tutelar, Ministério Público e Secretaria de Educação. Uma das professoras relatou comportamentos dos pais e responsáveis que estão alinhados ao que é preconizado pelo movimento Escola Sem Partido – e pelos grupos de direita apoiadores do atual presidente –, no sentido de apenas a família educar, e a escola apenas ensinar o conteúdo previsto.

A gente levava muitos assuntos assim para a equipe diretiva porque meio que fugia assim da nossa alçada né, o que fazer? Como aconselhar algumas situações? [...] Ao mesmo tempo em que a gente quer ajudar, a gente também não pode ultrapassar uma barreira de relação, então é complicado presenciar isso ou não poder ajudar. [...] A gente pode aconselhar vocês [alunos], a gente pode ouvir, mas tem algumas atitudes, algumas decisões que não nos cabem, é a direção da escola ou é a supervisão, é a orientação, não somos nós (P1, 2021).

O colégio que eu trabalho agora é um colégio em que os pais, ou os responsáveis no geral, são muito ativos e muito críticos [...] com o que o colégio passa para os filhos, fala sobre os filhos, então a gente tem alguns cuidados [...] porque existe a possibilidade de algum pai encasquetar com o que eu disse e, querendo ou não, o nosso emprego tá determinado a isso, [...] eu posso ser demitida se eu falar alguma coisa que [...] eles entendem como ideológico, então eu tô numa situação muito delicada em relação a isso. Então, tendo o presidente que temos, que é contra esse tipo de atuação nos colégios, e tendo muitos responsáveis que são apoiadores desse presidente, eu acho que isso pode ser um problema lá (P2, 2021).

A gente sempre resolveu os problemas dentro da escola, porque sempre que o problema era fora da escola e a gente chamava o Conselho Tutelar, jamais o Conselho Tutelar nos ajudou, sempre “ah não, só se a mãe denunciar, só se o pai denunciar” (P4, 2021).

A categoria tem medo da questão legal. “Não te mete, que isso vai acabar dando processo”, “não te mete, porque a mãe vai negar, a conselheira tutelar não vai fazer nada, tu não vai conseguir provar, e tu vai responder processo”. E é verdade, isso aconteceu comigo, e depois eles não apresentam uma solução pro aluno. Apenas acaba que tu, professor, te expõe, o aluno muitas vezes acaba exposto, e não tem encaminhamento, não tem solução. [...] A categoria não sente que a Secretaria de Educação, o Ministério Público da infância e juventude, que eles sejam aliados seus. Nós sentimos que eles são ameaças pra nós, entendeu? Isso é concreto. Isso é claro e concreto (P4, 2021).

Além do movimento Escola Sem Partido, os ataques conservadores no país também atingem políticas públicas relacionadas a gênero e sexualidade, uma vez que a temática conservadora da família patriarcal funciona como um refúgio em que se abrigam diversos preconceitos, moralizações, exclusões e violências a minorias e políticas que as contemplem. Recentemente, o debate acerca da aprovação dos Planos de Educação foi atravessado por disputas entre setores ligados às militâncias feminista e LGBT e grupos dedicados ao combate à introdução de perspectivas de gênero nas políticas públicas. Esses últimos atuaram

sistematicamente durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso pela retirada das menções à questão de gênero, sob o argumento de que a “ideologia de gênero” representa uma doutrina para desviar crianças e adolescentes. A versão final do PNE, sancionada por meio da Lei nº 13.005 e com vigência de dez anos (BRASIL, 2014), aprovou como uma de suas diretrizes a superação das desigualdades educacionais, incluindo a promoção da cidadania e a “erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014, Art. 2º, III). Contudo, o texto apresenta esses objetivos de forma genérica, e os setores conservadores obtiveram êxito na supressão de referências explícitas ao gênero, à diversidade sexual e à orientação sexual (VIANNA; BORTOLINI, 2020).

Outro exemplo de retrocesso a conquistas progressistas se refere ao projeto Escola Sem Homofobia. Gerido pelo Ministério da Educação e executado desde 2009, o projeto contava com materiais educativos e previa seminários com profissionais da educação, gestores e representantes da sociedade civil, e tinha como objetivo a implementação de ações para promover ambientes políticos e sociais favoráveis à respeitabilidade das orientações sexuais e identidades de gênero no âmbito escolar brasileiro (BRASIL, 2009). Contudo, o material fora fortemente atacado pelas forças conservadoras atuantes no Congresso Nacional e na sociedade, sendo ironicamente apelidado de “kit gay”. Conseqüentemente, a então presidenta Dilma Rousseff, cedendo às pressões das bancadas conservadoras no CN, vetou o material em 2011, sob o argumento de que não poderia tomar partido em um assunto polêmico (VIANNA; BORTOLINI, 2020).

Ainda, destaca-se que não há legislações que disponham acerca da educação sexual nas escolas no Brasil. Contudo, de acordo com levantamento realizado por Barbosa, Viçosa e Folmer (2019), a partir de documentos legais que respaldam as políticas públicas de educação, é possível inferir que, ultimamente, o âmbito estatal tem utilizado mecanismos de interdição e silenciamento para controlar e regular o quê, como e quando abordar a temática da sexualidade nas escolas, o que configura uma racionalidade conservadora de censura ao direito à informação. Como exemplo, a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vigente na Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017), reduz o tópico da sexualidade nos conteúdos previstos à disciplina de Ciências, dando ênfase a questões reprodutivas e a infecções sexualmente transmissíveis. Além disso, é contemplado apenas no oitavo ano, não havendo menções ao tema no currículo referente ao ensino médio (BRASIL, 2018). Assim, pode-se observar que o tema da sexualidade é abordado desassociado de um caráter educativo, a partir do paradigma biomédico, que restringe seu conteúdo aos aspectos

biológicos, deixando de ser interdisciplinar para ser disciplinar (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019).

Resultados de uma revisão sistemática da literatura sobre educação sexual nas escolas brasileiras apresentam consonância com o exposto acima. A pesquisa de Furlanetto *et al.* (2018), que recuperou 24 artigos empíricos, apontou que houve predomínio de temas relacionados à abordagem médico-informativa, alusivos estritamente à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, gestação, a biologia do sexo, características sexuais secundárias e atitudes necessárias para a manutenção da saúde. Outros estudos abordaram temas diversos, incluindo também discussões sobre normas de gênero e identidade, preconceito, diversidade e aspectos culturais e familiares. De modo geral, as atividades tinham caráter temporário e eram implementadas por profissionais que não pertenciam à equipe escolar, não fazendo parte de uma prática escolar contínua. Ademais, as ações contemplavam apenas uma parte da população escolar, sendo que 75% eram direcionadas ao ensino fundamental e apenas 25% eram direcionadas ao ensino médio. Ressalta-se, ainda, que o estudo assinalou que as evidências presentes na literatura apontam para a carência de educação sexual nas escolas.

Os relatos das participantes deste estudo elucidam o conservadorismo e a inconstância que circundam a temática da educação sexual nas escolas. Foi possível notar que o aspecto biológico do sexo é predominante e, privilegiando os relacionamentos heterossexuais, as questões que tangem a diversidade sexual não costumam estar presentes. Uma das professoras, que atua em escola privada, mencionou ações interdisciplinares e mais abrangentes no que diz respeito ao aspecto social da temática. Contudo, outra participante, professora em escola pública, relatou o caso de uma colega de trabalho que, por realizar atividades acerca de educação sexual na escola, sofreu constrangimentos institucionais, que denotam a concepção acerca da temática como desvio moral ou ideológico.

Claro, eu acho que o colégio nãoalaria assim “não, a gente não fala sobre educação sexual”, mas é tipo “a gente pode falar, mas a gente vai falar, sei lá, sobre heterossexuais, casais heterossexuais, a gente vai ignorar, vai fingir que não existe casais que não são heteronormativos”. Então eu acho que esse tipo de coisa eles podariam, ou no mínimo ficaria meio velado, não deixaria explícito que está falando sobre isso (P2, 2021).

Existe dentro da escola, [...] talvez a biologia [...], que já tem essa batida mais física, também do corpo humano, e às vezes eles perguntam algumas coisas. [...] No sétimo ano [...] se montou um projeto interdisciplinar que a gente entrou com [...] higiene pessoal, tudo que abrangesse isso, [...] então a gente fez essa intervenção, mas foi nós, professores. [...] A gente trouxe métodos anticoncepcionais, [...] as relações saudáveis, [...] mas foi um projeto nosso, [...] a gente é uma equipe que trabalha um ensino fundamental bem interdisciplinar. No [ensino] médio as questões já são

outras, eles já tão naquela batida da sexualidade, se descobrir, [...] aí acho que versa mais um pouquinho para área de humanas (P3, 2021).

Isso tinha, sempre teve, [...] desde que eu tinha 12 anos que tem essas aulas de educação sexual no colégio, e em geral são aulas de biologia. [...] Sempre essas palestras viravam aula de “quantos dias é o teu período fértil?”, “camisinha pra prevenir doença”. [...] O problema é que a questão da religiosidade [...] é uma coisa grave, eles tão entrando muito na escola, essa galera do Escola Sem Partido, [...] esse pessoal vem com um discurso extremamente moralista e de dominação. [...] Às vezes quando vinha gente falar de educação sexual, era gente muito religiosa, [...] é um inferno isso (P4, 2021).

“Não vamos falar de namoro para não querer namorar”, esse era um pensamento muito comum. [...] Eu tive uma colega, [...] professora de ciências e biologia, e ela trabalhava muito isso com os alunos, [...] essa questão da educação sexual. [...] E a gente teve grandes problemas com a equipe diretiva da época, [...] porque achava completamente errado, porque viam exatamente a imagem distorcida, viam como incentivo, que ela estava incentivando os alunos a terem algum tipo de relação, [...] aí aparece um monte de família lá, reclamando, e a direção não ia se posicionar, não ia defender. [...] E ela sempre foi muito barrada, [...] e aí chegou um ponto que ela falou pra mim e pra uma outra colega: “gurias não dá mais, eu não consigo trabalhar assim, eu tô sendo proibida de fazer a minha função, parece que eu tô cometendo um crime, parece que eu tô fazendo uma apologia a algo que é proibido”, e ela acabou saindo da escola, infelizmente. [...] E com certeza ela fazia diferença lá, mas infelizmente o trabalho dela era distorcido [...], porque achava que ia incentivar, que ia ser o efeito contrário. [...] Sempre era a visão contrária, [...] não traria benefícios, traria malefícios (P1, 2021).

As políticas públicas para a educação, como o PNE e a BNCC, ainda que mencionem questões atinentes a diversidades étnico-raciais e estudantes com deficiência, apresentam lacunas em relação à diversidade sexual e desigualdades de gênero. Encontrou-se, no entanto, uma ação de prevenção no âmbito da educação que se aproxima do tema da violência no namoro. O projeto “Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência contra a mulher” surgiu em 2012 e tem como objetivo a divulgação, promoção e formação acerca da Lei Maria da Penha e dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica, afetiva e familiar, tendo como público-alvo escolas públicas do Distrito Federal e profissionais envolvidos (VIZA; SARTORI; ZANELLO, 2017). Similarmente, no ano de 2021, foi sancionada a Lei nº 14.164, que visa “incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher” a ser realizada anualmente no mês de março (BRASIL, 2021a, s.p.). Entretanto, o que se pode perceber na lei e no programa referidos, é que a abordagem predominante se restringe à violência contra *a mulher*. Os esforços são direcionados à conscientização acerca da Lei Maria da Penha – que, de mesmo modo, contempla a violência contra a mulher – e da violência doméstica e familiar, como se os estudantes visados precisassem receber informações apenas no que diz respeito à violência que sofrem as mulheres adultas presentes em suas vidas.

Em função das particularidades atinentes à violência no namoro entre adolescentes, as políticas públicas no âmbito da educação também deveriam destinar ações de conscientização para profissionais inseridos no sistema de ensino, como treinamentos e qualificações para a identificação e enfrentamento do problema no ambiente escolar. Um estudo de Portugal realizado com onze agentes educativos (pais, professores e outros profissionais do quadro escolar ou mesmo os pares) revelou que, embora terem relatado a participação em formações acerca de temas como *bullying* e violência em contexto escolar, sete dos participantes não mencionaram participação em ações especificamente voltadas à violência no namoro, e quatro revelaram que não se sentem preparados para lidar com a situação. Em relação aos recursos internos da instituição de ensino, seis participantes mencionaram a existência de um gabinete de psicologia e cinco mencionaram um gabinete de educação para a saúde, mas não foi mencionada a existência de um gabinete específico para questões relativas à violência em geral, e do namoro em particular. Contudo, os participantes reconheceram a necessidade de esforços de prevenção e intervenção que contemplem os diferentes profissionais que atuam em meio escolar para responder adequada e eficazmente ao problema da violência no namoro (CARIDADE; PEREIRA; SOEIRO, 2018).

Similarmente, uma pesquisa estadunidense avaliou o conhecimento, o treinamento e as práticas de 305 conselheiros de ensino médio sobre como lidar com incidentes de violência no namoro. Os resultados revelaram que a maioria (71,1%) dos conselheiros não haviam recebido qualquer treinamento formal sobre violência no namoro, e uma minoria (10%) recebeu treinamento para auxiliar sobreviventes de violência no namoro recentemente (últimos dois anos). Em relação aos recursos institucionais das escolas, 81,3% dos conselheiros reportaram que não possuíam um protocolo ou procedimento na escola para responder a um incidente de violência no namoro. Ainda, a grande maioria dos participantes (>90%) concordou que a equipe escolar possui papel importante na assistência de sobreviventes da violência no namoro, especialmente conselheiros educacionais, assistentes sociais escolares e agentes de recursos escolares (polícia). Boa parte dos conselheiros (61%) havia auxiliado sobreviventes de violência no namoro nos últimos dois anos, e a principal barreira percebida pelos conselheiros para a prestação do auxílio foi não ter o treinamento necessário (43%) (KHUBCHANDANI *et al.*, 2012).

Foi possível observar, nas falas das participantes do presente estudo, dificuldades semelhantes para o suporte a alunos que precisam de auxílio. Houve relatos sobre a ausência de recursos psicológicos e sociais na instituição escolar, bem como sobre o estranhamento dos estudantes em relação à direção da escola no momento de pedir ajuda devido à falta de apoio

demonstrado por parte da equipe diretiva. Ainda, as professoras relataram não ter conhecimento sobre a melhor forma de dar suporte a estudantes que comunicam situações de violência no namoro, bem como a ausência de formação e qualificação, ou profissionais especializados, para realizar os encaminhamentos necessários, reconhecendo que tal ausência é desfavorável tanto para o quadro escolar quanto para os alunos.

Sim, tem orientador, tem supervisor, tem um psicólogo, cada segmento tem um atendimento diferenciado (P3, 2021).

Sempre que tinha algum problema, os alunos recorriam a alguns professores. [...] Não recorriam à direção da escola, não pediam um suporte para a direção da escola. [...] Naquela época a direção da escola ela era muito contra o ensino médio, porque elas sempre diziam “a nossa escola tem ensino médio que o governo mandou, porque se dependesse da gente, não teria ensino médio” (P1, 2021).

Lá na minha escola a gente não tem uma equipe psicopedagógica, a gente ficou durante muitos anos sem supervisão no ensino médio, tendo só supervisão do fundamental. [...] também demorou pra chegar a orientadora escolar. [...] Até hoje a gente ainda não tem esse suporte psicológico dentro da escola, esse suporte oficial, alguém que tenha formação pra isso, que vai saber lidar, que vai saber analisar da melhor forma, então acredito que isso faça falta tanto pra gente, como profissional, pra poder fazer o encaminhamento, como para o para os alunos (P1, 2021).

No estado acontece muito das supervisoras e das orientadoras serem pessoas que são licenciadas em alguma coisa e aí fizeram um pós nisso, e elas não são qualificadas pra fazer o trabalho. Então dificilmente eu achei apoio na orientação educacional, eram umas pessoas burocráticas, preconceituosas, então eu preferia achar outro professor que fosse mais desenvolvido nessa parte, que se interessasse mais, pra conversar e ver como nós poderíamos ajudar (P4, 2021).

Falta a estrutura da mantenedora, realmente uma estrutura pra conhecer as crianças. Primeiro tem que dar formação pros professores, a primeira coisa é isso. [...] Todo mundo tem condição de sair de um problema, mas precisa de ajuda, e os professores não são omissos, eles são *desqualificados* para isso, e eles têm *medo*. [...] Eu acho que não tem apoio da mantenedora, do poder público. Orientadores educacionais, a maioria das escolas ou não tem ou é uma pessoa formada noutra coisa, que fez uma especialização pra orientação educacional. E isso não é suficiente pros problemas gravíssimos que nossos alunos têm (P4, 2021).

No que diz respeito à violência no namoro, apesar da gravidade e da prevalência do fenômeno, já foi possível constatar que inexistem experiências consolidadas de prevenção no Brasil, o que é corroborado por diversos estudos acerca do tema (LOURENÇO *et al.*, 2019; MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011; OLIVEIRA *et al.*, 2016). Quando questionadas se já haviam recebido intervenções para prevenção à violência no namoro durante seu exercício profissional, todas as participantes do presente estudo responderam negativamente. Houve relatos de programas de prevenção relacionados ao uso de drogas, à violência no trânsito e à violência de modo geral. Ademais, quando questionadas acerca da possibilidade de receber

ações de prevenção à violência no namoro, uma participante respondeu positivamente, e duas mencionaram dificuldades para a entrada desse tipo de abordagem na escola.

Não, ouvir falar sim, mas da escola receber esse tipo de projeto não, a maioria das vezes eram projetos relacionados a drogas, à questão de violência no trânsito, de não misturar bebida e direção, mas ao namoro não, não sei se isso não possa ter sido ofertado e a direção da escola que não aceitou, porque é bem feito da equipe diretiva daquela época. [...] Eu entrei em 2015 nessa escola, e desde que eu estou lá, nunca teve nenhum projeto sobre isso (P1, 2021).

Nunca nem se falou sobre isso. [...] Eu acredito que isso [intervenções no ensino médio] possa acontecer nas aulas que esse tema surja com mais naturalidade, tipo na aula de biologia. Mas que seja um programa do colégio, de falar isso, de uma maneira institucionalizada, com todo mundo igual, não existe, nunca vi em nenhum dos colégios, é quase como se a relação, o namoro, fosse algo que o colégio não tivesse a ver, não tivesse a ver com uma relação privada deles, [como] se o colégio não tivesse motivos para intervir. [...] Institucionalmente eu nunca vi isso em nenhum colégio que eu fiz projeto ou que eu trabalho agora. [...] Eu acho que teria que ser algo muito, muito, muito bem estruturado e conversado antes com quem fosse fazer essa intervenção (P2, 2021).

Não que eu tenha conhecimento assim, talvez até exista, mas nunca chegou até a minha pessoa, nunca foi falado nesse sentido, talvez exista alguma coisa em relação à prevenção geral de violência. Mas especificamente para o namoro assim, do adolescente, nunca aconteceu. [...] Acredito que se encaixaria bem em algum momento da escola, com certeza, acho que sim (P3, 2021).

Mas se tu entrar direto, falando em igualdade, em respeito nas relações afetivas, amorosas, os professores vão levar pra questão religiosa. [...] Então, pra gente trabalhar essas questões, eu acho que nós íamos ter que entrar pelas meninas, tentar formar um grupo que entenda isso, [...] que nós temos que falar do respeito, da amizade, do dar-se as mãos, um ajudar o outro, ser amigo, amizade protege, e daí pra evoluir, pras pessoas porem “eu me sinto agredida, me sinto subjugada”, tanto os meninos quanto as meninas. Mas pra ir um grupo numa escola, eu acho que não só não ia render dos alunos darem abertura, como os professores iam gritar, porque eles são *muito* conservadores (P4, 2021).

Isto posto, as políticas públicas que contemplam a educação no Brasil sofreram impactos significativos da ofensiva conservadora nos últimos anos, o que limita o escopo para o desenvolvimento e implementação de intervenções que, além de abordarem gênero, envolvem a vida privada dos estudantes, o que é rejeitado tanto pelo conservadorismo quanto pela racionalidade neoliberal. A escola é considerada um contexto privilegiado de intervenção, não apenas pela importância na etapa de desenvolvimento dos jovens, mas também porque envolve diversos agentes de socialização, como família, professores, pares e demais profissionais da escola. Assim, os profissionais que atuam nesse contexto desempenham um papel importante na observação e monitoramento do comportamento de jovens em geral, bem como na identificação e encaminhamento dessas situações consideradas adversas para o desenvolvimento desses jovens (CARIDADE; PEREIRA; SOEIRO, 2018).

Entretanto, os relatos das professoras entrevistadas permitiram constatar que, devido a questões como ausência de recurso pedagógico e conservadorismo por parte dos pais e/ou responsáveis e de profissionais inseridos no sistema de ensino, a temática da prevenção da violência no namoro encontraria barreiras para ser introduzida no ambiente escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. [...] É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZÁROS, 2008, grifos nossos).

No presente estudo, partiu-se da premissa de que o patriarcado se trata de um fenômeno histórico, oriundo do estabelecimento da propriedade privada e, portanto, que não pode ser tomado como dividido ou intrínseco à natureza humana. A partir dele, foram construídas socialmente as identidades masculina e feminina e seus respectivos papéis tradicionais, o que atribuiu ao masculino a dominância, a virilidade, o poder e a competitividade, e atribuiu ao feminino a fragilidade, a desvalorização e a subalternidade. Consequentemente, a violência de gênero atende ao modelo patriarcal de identidades de gênero, concretizando o domínio masculino sobre as mulheres e penalizando sujeitos que carregam características consideradas femininas, o que atinge também homens que não correspondam às expectativas para a categoria masculina.

No decorrer deste trabalho constatou-se, em concordância com outros estudos, que a violência no namoro entre adolescentes configura uma expressão da violência de gênero, porém possuindo particularidades que a diferenciam da violência por parceiro íntimo entre adultos. Uma das particularidades constatadas, por exemplo, foi a prevalência semelhante para ambos os gêneros, uma vez que, no caso dos adultos, são as mulheres as mais vitimadas, e os homens os mais perpetradores. Ainda, relacionamentos entre adolescentes são considerados distintos dos adultos pois costumam ter menores duração, compromisso, grau de intimidade e dependência econômica, o que pode explicar a invisibilização da violência no namoro, pois tem-se a visão de que seriam relacionamentos de mais fácil rompimento.

Contudo, foi possível observar que o Estado brasileiro não reconhece o fenômeno da violência no namoro como específico e objeto justificável de análise diferenciada. A Lei Maria da Penha, ao direcionar sua ênfase à violência contra a *mulher*, deixa de compreender especificamente meninas adolescentes vítimas de VPI, bem como homens vítimas dessas situações. Ainda, o sistema brasileiro de segurança pública, ao contabilizar homicídios de mulheres por parceiro íntimo, não classifica as vítimas por faixa etária, o que inviabiliza o diagnóstico de mulheres adolescentes mortas por seus parceiros íntimos, isto é, oculta a realidade de meninas que sofreram as consequências máximas da violência no namoro. Ademais, as mortes violentas intencionais de homens no Brasil, de qualquer faixa etária, não

incluem a categorização relativa à VPI. Além de mais um aspecto de invisibilização da violência no namoro, esses dados demonstram a legitimação da ordem patriarcal de gênero que considera o homem como dominante, viril e não passível de ser vítima no interior de um relacionamento afetivo-sexual.

No âmbito estatal brasileiro, apenas duas ações institucionais com potencial para abordar a violência no namoro foram encontradas, ambas previstas para serem realizadas em escolas. Contudo, tais intervenções também são restritas à violência contra a mulher e, conseqüentemente, excluem as particularidades e dinâmica própria da violência por parceiro íntimo entre adolescentes, abordando a VPI majoritariamente como um fenômeno que atinge mulheres adultas a partir de homens adultos. Ademais, o aspecto relativo a gênero é suprimido nas ações, de modo não apenas a privar os estudantes do gênero masculino de reconhecimento enquanto vítimas em situações de VPI, mas também ignorando o papel da ordem patriarcal de gênero na constituição do fenômeno. Embora seja preciso aguardar a implementação da Lei nº 14.164, sancionada em 2021, relativa à Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, para que seja possível analisar a realização de suas intervenções, desde já é possível conjecturar que a prevenção da violência no namoro não será oportunizada, uma vez que as ações não incluem as atividades e abordagens preconizadas por programas de prevenção do fenômeno já consolidados em outros países e na literatura científica.

A identificação de tais características de programas de prevenção à violência no namoro foi possível a partir da revisão integrativa realizada neste trabalho. Conforme a discussão realizada anteriormente, a maior parte das ações foram efetivadas no ambiente escolar, seguido da comunidade, serviços e, em menor parte, nos domicílios. A base teórica prevaiente para a formulação dos programas foi a questão de gênero, incluindo violência de gênero, desigualdades e papéis tradicionais de gênero e o impacto que suscitam na realidade dos adolescentes e suas relações afetivas. Constatou-se também que determinados temas foram comuns em todos os contextos, como qualidades que constituem um relacionamento saudável, habilidades de comunicação, técnicas para resolução de conflitos e recursos de apoio. Além disso, as atividades realizadas para a implementação das intervenções consistiram majoritariamente em palestras e sessões expositivas, bem como atividades interativas, dramatizações e utilização de recursos multimídia, de modo a aproximar o tema do cotidiano dos adolescentes.

Em vista disso, reitera-se que as políticas no âmbito estatal brasileiro não tangenciam a violência no namoro e as abordagens necessárias para sua prevenção. Ainda, considerando

que os programas de prevenção encontrados na revisão integrativa são, em sua maioria, de países centrais, como Estados Unidos, Espanha e Canadá, há de se considerar a condição brasileira como país periférico. Os sistemas de ensino desses países se mostraram equipados de maiores recursos – tanto financeiros quanto pessoais – que oportunizaram a implementação dos programas. Por outro lado, como foi possível observar na fala das participantes, o sistema de ensino no Brasil carece desses recursos, especialmente no que diz respeito ao apoio psicológico e social demandado não só pelos estudantes, mas também pelos professores e professoras. Ainda, a partir da análise das políticas públicas para a educação, constatou-se que há predominância da racionalidade liberal em suas formulações e contrarreformas, posto que, cada vez mais, o ensino tem orientado a juventude para o mercado de trabalho, individualizando o problema do desemprego e preterindo a educação crítica acerca do mundo.

Para mais, os resultados oriundos das entrevistas com as professoras demonstraram sua conscientização acerca das características da violência no namoro. As participantes notaram diferenças entre os comportamentos de meninos e meninas no que diz respeito à socialização da sexualidade dos jovens, como maiores competitividade e agressividade por parte dos meninos, enquanto as meninas são mais contidas e valorizam mais os relacionamentos afetivos. Ainda, as participantes relataram presenciar ou ouvir falar sobre situações envolvendo comportamentos abusivos em relacionamentos afetivo-sexuais entre os estudantes adolescentes, porém mencionando que encontram limites para a relação professor-aluno nesses momentos. As professoras não possuem autonomia, segurança ou qualificação para auxiliar os alunos em situações problemáticas, que as veem como uma fonte de suporte devido à construção de relações de proximidade. Contudo, especialmente em assuntos que tangenciam a sexualidade, as restrições com as quais as professoras se deparam, decorrentes de constrangimentos institucionais ou por parte de pais e/ou responsáveis, configuram uma consequência da ofensiva neoliberal e conservadora no âmbito da educação, uma vez que restringe a escola ao ensino de conteúdos disciplinares e rejeita a intervenção da instituição na vida privada do aluno, sendo esta atribuída apenas à família.

Além da falta de preparo para o enfrentamento a violência no namoro na escola, as participantes mencionaram não terem presenciado programas ou políticas públicas de prevenção ao fenômeno no ambiente escolar, apenas projetos relacionados ao consumo de drogas ou à violência no trânsito. Em contraste, as professoras relataram que a implementação de um programa de prevenção à violência no namoro encontraria entraves para inserção na escola. Por se tratar de um assunto sensível, que envolve relacionamentos afetivo-sexuais entre adolescentes e questões de gênero, as instituições de ensino, assim como a família dos

estudantes, tenderiam a não aprovar uma intervenção dessa natureza, em decorrência do conservadorismo presente em torno dos currículos e da concepção de escola atualmente.

Isto posto, foi possível constatar, no decorrer desta dissertação, que existem desafios para o desenvolvimento de ações e políticas públicas para prevenção da violência no namoro no âmbito da educação brasileira, a despeito da gravidade e da prevalência do fenômeno. Contudo, o presente estudo se apresenta como contraposição a essa conjuntura, promovendo uma maior conscientização acerca da temática na produção do conhecimento e, ao compilar dados sobre as características de programas de prevenção à violência no namoro, fornecendo contribuições para o planejamento e execução de políticas de prevenção. Considerando-se a escola como espaço privilegiado para a socialização de valores como igualdade, justiça e comunidade, preconiza-se a reivindicação por uma educação emancipadora para a infância e a juventude, formando sujeitos críticos e solidários. É necessário exigir, ademais, que tanto professores quanto estudantes sejam amparados por uma equipe interdisciplinar na rede de ensino, contando com profissionais como psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais. Ainda, preconiza-se a formulação de políticas públicas para as juventudes a partir de uma perspectiva intersetorial, considerando as especificidades dessa categoria social e articulando setores como educação, saúde, trabalho, moradia, cultura e lazer, com vistas à proteção social e ao bem-estar desses sujeitos de direitos.

Assim, este trabalho contribui também para a área do Serviço Social, uma vez que a violência no namoro consiste em um fenômeno derivado do patriarcado que gera consequências sérias aos envolvidos. A produção do conhecimento em Serviço Social se mostra pouco apropriada da temática, sendo necessária uma maior atenção das pesquisas ao assunto, de modo a contribuir, também, para a elaboração de políticas públicas voltadas à sua prevenção e ao seu enfrentamento. Ademais, o estudo coincide com o projeto ético-político da categoria, uma vez que considera a juventude como detentora de direitos, concebe a violência de gênero como uma expressão da questão social e advoga por reivindicações de políticas públicas por parte do Estado, vinculando-se à construção uma nova ordem societária sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999).

Este trabalho possui como limitação a ausência de jovens como participantes da coleta de dados empíricos. Devido à pandemia de COVID-19 e ao tempo reduzido para a conclusão de um mestrado, optou-se pela participação de professores e professoras de ensino médio, com o propósito de fomentar uma discussão entre suas percepções e a realidade das políticas públicas para a educação no Brasil. Ainda, o ambiente online exigido pelo isolamento social inviabilizou o recrutamento desses jovens, visto que são menores de idade,

bem como o recrutamento de um número maior de professores participantes. Assim, recomenda-se, para estudos posteriores, a inclusão dos adolescentes e jovens nas investigações acerca da violência no namoro e, também, no planejamento de projetos de prevenção.

Por fim, salienta-se que, durante a reivindicação por ações do Estado brasileiro pela prevenção e enfrentamento da violência no namoro, continua, simultaneamente, a luta por uma forma de sociabilidade em que não impere a discriminação por raça ou etnia, a dominação patriarcal masculina sobre as mulheres e a exploração do homem pelo homem.

REFERÊNCIAS

- ABEBE, Kaleab Z. *et al.* Engendering healthy masculinities to prevent sexual violence: Rationale for and design of the Manhood 2.0 trial. **Contemporary Clinical Trials**, [s.l.], v. 71, p. 18-32, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cct.2018.05.017>. Disponível em: <https://bit.ly/3zpOdQE>. Acesso em: 3 jul. 2021.
- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/3yFPtyv>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- ALONSO, Macarena Blázquez; MANSO, Juan Manuel Moreno; SÁNCHEZ, María Elena García-Baamonde. Revisión teórica del maltrato psicológico en la violencia conyugal. **Psicología y Salud**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 65-75, 2010. DOI: <https://doi.org/10.25009/pys.v20i1.618>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- APPLE, Michael W. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.
- APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado**: Compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- ATTWOOD, Feona. Sluts and Riot Grrrls: Female Identity and Sexual Agency. **Journal of Gender Studies**, [s.l.], v. 16, n. 3, p. 233-247, 2007. DOI: 10.1080/09589230701562921.
- EVERY-LEAF, Sarah *et al.* Efficacy of a dating violence prevention program on attitudes justifying a aggression. **The Journal of Adolescent Health**, New York, v. 21 n. 1, p. 11-17, 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/s1054-139x\(96\)00309-6](https://doi.org/10.1016/s1054-139x(96)00309-6). Disponível em: <https://bit.ly/3zEnMXN>. Acesso em: 6 jul. 2021.
- AYALA, María de Lourdes Cortés *et al.* Unperceived dating violence among Mexican students. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 39-47, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2XWxN4G>. Acesso em: 11 maio 2021.
- BALL, Barbara; KERIG, Patricia K.; ROSENBLUTH, Barri. “Like a family but better because you can actually trust each other”: the Expect Respect dating violence prevention program for at-risk youth. **Health Promotion Practice**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 45-58, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/1524839908322115>. Disponível em: <https://bit.ly/2V5yjMD>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s.l.], v. 11, n. 10, p. 1-10, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>. Acesso em: 1 dez. 2021.
- BARREIRA, Alice Kelly *et al.* Direcionalidade da violência física e psicológica no namoro

entre adolescentes do Recife, Brasil. **Rev Bras Epidemiol**, [s.l.], p. 217-228, 2014. DOI: 10.1590/1415-790X201400010017. Disponível em: <https://bit.ly/3Ejz7OH>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BARROS, Betina Warmling. Sete perguntas que ajudam a entender as mortes violentas intencionais no Brasil. *In*: BUENO, Samira; LIMA, Renato, Sérgio de (coord.). **Anuário brasileiro de segurança pública**. p. 93-109, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3EUS6jF>. Acesso em: 03 nov. 2021.

BELLINI, Maria Isabel Barros *et al.* Políticas públicas e intersetorialidade em debate. *In*: Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: desafios éticos no ensino, na pesquisa e na formação profissional, 1., 2014, Porto Alegre. Anais do SIPINF - **Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família**. Porto Alegre: Edipucrs, p. 01-11, 2014. Tema: Intersetorialidade nas Políticas Públicas. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/i/edicoes/I/24.pdf>. Acesso em: 24 jun 2021.

BESERRA, Maria Aparecida *et al.* Prevalência de Violência no Namoro entre Adolescentes de Escolas Públicas de Recife/PE – Brasil. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. IV, n. 7, p. 91-99, out./nov./dez. 2015. ISSN: 0874-0283 versão *on-line*. Disponível em: <https://bit.ly/3zHhO8S>. Acesso em: 11 maio 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLACK, Michele C. *et al.* **The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey: 2010 Summary Report**. Atlanta: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention. Disponível em: <https://bit.ly/3zOg3qB>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BORGES, Jeane Lessinger *et al.* Patterns of Perpetration and Perceptions of Teen Dating Violence. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 25, n. 2, p. 235-245, Apr./Jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250203>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BORGES, Jeane Lessinger; HEINE, Julia Assumpção; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Personal and contextual predictors for adolescent dating violence perpetration. **Acta Colombiana de Psicología**, [s.l.], v. 23, n. 2, p. 438-448, 2020. DOI: <http://www.doi.org/10.14718/ACP.2020.23.2.16>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRANCAGLIONI, Bianca de Cássia Alvarez; FONSECA Rosa Maria Godoy Serpa da. Intimate partner violence in adolescence: an analysis of gender and generation. **Rev Bras Enferm**, [s.l.], v. 69, n. 5, p. 946-955, Sep./Oct. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0408>. Acesso em: Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília (DF), nº 98, p. 44, 24 maio 2016a. Disponível em: <https://bit.ly/3irO8pW>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília (DF), 16 jul. 1990. Disponível em: <https://bit.ly/3jyPj7H>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 23 dez. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/34m7YhL>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.** Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília (DF), 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3sMU2Yh>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília (DF), 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3BA1M0T>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília (DF), 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3kU3tzw>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília (DF), 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3JQWDqs>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília (DF), 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3DM9cQA>. Acesso em 11 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Brasília (DF), 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3HHY74c>. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Brasília (DF), 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/32UTmWv>. Acesso em: 1 dez. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Brasília (DF), 2016b. Disponível em: <https://bit.ly/32VZA8r>. Acesso em: 29 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília (DF), 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3f9YcBn>. Acesso em: 1 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno escola sem homofobia**. Brasília (DF), 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3HNOCAr>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ofício Circular Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS**. Brasília (DF): Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), 2021b. Assunto: Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Disponível em: <https://bit.ly/2Ymxfpb>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ). 1ª Conferência Nacional de Juventude. **Caderno de Propostas**. Brasília (DF), 2008. Disponível em: <https://bit.ly/32BpNc4>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ). 2ª Conferência Nacional de Juventude. **Propostas Finais Aprovadas**. Brasília (DF), 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3zhDskK>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ). 3ª Conferência Nacional de Juventude. **Prioridades aprovadas na Etapa Nacional**. Brasília (DF), 2016c. Disponível em: <https://bit.ly/3EHLOmG>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia (orgs.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; SOBRAL, Isadora. A violência contra meninas e mulheres no ano pandêmico. *In*: BUENO, Samira; LIMA, Renato, Sérgio de (coord.). **Anuário brasileiro de segurança pública**. p. 93-109, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3EUS6jF>. Acesso em: 03 nov. 2021.

BUSH, Ashley M. A multi-state examination of the victims of fatal adolescent intimate partner violence, 2011-2015. **Journal of Injury and Violence Research**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 73-83, Jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5249/jivr.v12i1.1197>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CAMPEIZ, Ana Beatriz *et al.* A violência na relação de intimidade sob a ótica de adolescentes: perspectivas do Paradigma da Complexidade. **Rev Esc Enferm USP**, [s.l.], n. 54. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2018029003575>. Acesso em: 18 nov. 2021.

CARIDADE, Sônia; PEREIRA, Rita; SOEIRO, Cristina. O papel da escola no controlo da violência no namoro: perceções dos agentes educativos. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, [s.l.], n. 18, p. 111-133, 2018. DOI: <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2018.3456>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CARRASCOSA, Laura *et al.* Reduction of sexist attitudes, romantic myths, and aggressive behaviors in adolescents: Efficacy of the DARSI program. **Psicothema**, Valencia, v. 31, n. 2, p. 121–127, 2019. DOI: <https://doi.org/10.7334/psicothema2018.245>. Disponível em: <https://bit.ly/3BsRnFf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CECCHETTO, Fátima *et al.* Violências percebidas por homens adolescentes na interação

afetivo-sexual em dez cidades brasileiras. **Interface**, Botucatu, v. 20, n. 59, p. 853-64, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0082>. Acesso em: 13 maio 2021.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Saving Lives, Protecting People. National Center for Injury Prevention and Control. Division of Violence Prevention. **Preventing Teen Dating Violence**. [s.l.], 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3sLLQp7>. Acesso em: 19 ago. 2021.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Division of Violence Prevention. **Understanding Teen Dating Violence**. [s.l.], 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3zTXDUd>. Acesso em: 19 ago. 2021.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COIMBRA, Leonardo José Pinho; SOUSA, Ana Paula Ribeiro de. Conservadorismo e (neo)positivismo na educação brasileira: o movimento Escola sem Partido. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 67-77, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3G70KMK>. Acesso em: 30 nov. 2021.

COOK-CRAIG, Patricia G. *et al.* Challenge and opportunity in evaluating a diffusion-based active bystander prevention program: Green Dot in high schools. **Violence against Women**, [s.l.], v. 20, n. 10, p. 1179-1202, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801214551288>. Disponível em: <https://bit.ly/3BzjD9a>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE PAULA, Raí Carlos Marques; DA ROCHA, Fátima Niemeyer. Os Impactos da masculinidade tóxica no bem-estar do homem contemporâneo: uma reflexão a partir da Psicologia Positiva. **Revista Mosaico**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 82-88, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3yg1yf8>. Acesso em: 19 out. 2021.

DESLANDES, Keila; LOURENÇO, Érika (orgs.). **Por uma cultura dos direitos humanos na escola: princípios, meios e fins**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO (ESP). **Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar**. [s.l.], 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3HI8GUX>. Acesso em: 30 nov. 2021.

FERNÁNDEZ-FUERTES, Andres A.; FUERTES, Antonio. Physical and psychological aggression in dating relationships of Spanish adolescents: Motives and consequences. **Child Abuse & Neglect**, [s.l.], v. 34, n. 3, p. 183-191, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.01.002>. Acesso em: 14 out. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOSHEE, Vangie A. *et al.* An evaluation of Safe Dates, an adolescent dating violence prevention program. **American Journal of Public Health**, [s.l.], v. 88, n. 1, p. 45-50, Jan. 1998. DOI: <https://doi.org/10.2105/ajph.88.1.45>. Disponível em: <https://bit.ly/3y0QEst>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FOSHEE, Vangie A. *et al.* Assessing the effects of Families for Safe Dates, a family-based teen dating abuse prevention program. **The Journal of Adolescent Health**, [s.l.], v. 51, n. 4, p. 349-356, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2011.12.029>. Disponível em: <https://bit.ly/3ryXRhk>. Acesso em: 16 jun. 2021.

FOSHEE, Vangie A. *et al.* The effects of moms and teens for safe dates: a dating abuse prevention program for adolescents exposed to domestic violence. **Journal of Youth and Adolescence**, New York, v. 44, n. 5, p. 995-1010, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10964-015-0272-6>. Disponível em: <https://bit.ly/36XhC8I>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FOSHEE, Vangie A; REYES Heathe Luz McNaughton. Dating Abuse: Prevalence, Consequences, and Predictors. *In*: LEVESQUE, Roger J.R. (ed.) **Encyclopedia of Adolescence**. New York: Springer Science, 2011. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-33228-4_51. Acesso em: 19 nov. 2021.

FOSHEE, Vangie A. *et al.* The Safe Dates Project: theoretical basis, evaluation design, and selected baseline findings. **American Journal of Preventive Medicine**, [s.l.], v. 12, n. 5, p. 39-47, Sep./Oct. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3x1aJO7>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FRANKS, Mary Anne. Drafting an Effective ‘Revenge Porn’ Law: A Guide for Legislators. **SSRN eJournals**, [s.l.], p. 1-14, Aug. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2V8XtKq>. Acesso em: 14 jun. 2021.

FURLANETTO, Milene Fontana *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, [s.l.] v. 48, n. 168, p. 550-571, abr./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053145084>. Acesso em: 1 dez. 2021.

FURMAN, Wyndol; LOW, Sabina; HO, Martin J. Romantic Experience and Psychosocial Adjustment in Middle Adolescence. **Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology**, [s.l.], v. 38, n. 1, p. 75-90, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/15374410802575347>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FURMAN, Wyndol; WEHNER, Elizabeth. Adolescent romantic relationships: a developmental perspective. **New Directions for Child and Adolescent Development**, [s.l.], n. 78, p. 21-36, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1002/cd.23219977804>. Acesso em: 16 nov. 2021.

GILLIGAN, Carol. **In a Different Voice: Psychological Theory and Women’s Development**. 38th ed. Harvard University Press, 2003.

GÓIS, João Bôscio Hora. A (difícil) produção da intersetorialidade: comentários a partir de ações públicas para a juventude. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 128-141, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3qBNAR5>. Acesso em: 26 nov. 2021.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Marília Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GONÇALVES, Renata. Precarização do trabalho feminino: aspecto importante da exploração capitalista de classe. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: USP, p. 1-11, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3BbB5iE>. Acesso em: 26 out. 2021.

GONZALEZ-GUARDA, Rosa Maria *et al.* Examining the Preliminary Efficacy of a Dating Violence Prevention Program for Hispanic Adolescents. **The Journal of School Nursing**, Coral Gables, v. 31, n. 6, p. 411-421, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1059840515598843>. Disponível em: <https://bit.ly/2We77f7> Acesso em: 03 jun. 2021.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HILÁRIO, Wesley Fernando de Andrade; ZILIANI, Rosemeire de Lourdes Monteiro. Crises econômicas no Brasil e as reformas/contrarreformas do Ensino Médio. **Argumentum**, Vitória, v. 11, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2019. DOI: <http://10.18315/argumentum.v11i3.27092>. Acesso em: 29 nov. 2021.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. 16. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. *In*: **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Grafile, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3pGEIKQ>. Acesso em: 26 nov. 2021.

JACQUINOT, Geneviève. O que é um educador? *In*: Congresso Internacional De Comunicação e Educação. 1., São Paulo, 1998. **Anais...** São Paulo: NCE-USP, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3yyQDvD>. Acesso em: 14 jul. 2021.

JAIME, Maria Catrina D. *et al.* Using a domestic and sexual violence prevention advocate to implement a dating violence prevention program with athletes. **Health Education Research**, [s.l.], v. 31, n. 6, p. 679-696, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1093/her/cyw045>. Disponível em: <https://bit.ly/36SMPtI>. Acesso em: 12 jun. 2021.

JAYCOX, Lisa H. *et al.* Impact of a school-based dating violence prevention program among Latino teens: randomized controlled effectiveness trial. **The Journal of Adolescent Health**, [s.l.], v. 39, n. 5, p. 694-704, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2006.05.002>. Disponível em: <https://bit.ly/3kWUAXw>. Acesso em: 15 jun. 2021.

JOPPA, Meredith C. *et al.* Pilot Investigation of the Katie Brown Educational Program: A School-Community Partnership. **Journal of School Health**, [s.l.], v. 86, n. 4, p. 288-297, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/josh.12378>. Disponível em: <https://bit.ly/3zyYhXL>. Acesso em: 02 jun. 2021.

JOURILES, Ernest N. *et al.* Experiences of psychological and physical aggression in adolescent romantic relationships: Links to psychological distress. **Child Abuse & Neglect**, [s.l.], n. 33, p. 451-460, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.11.005>. Acesso em: 18 nov. 2021.

KAN, Marni L. *et al.* Preventing Intimate Partner Violence Among Teen Mothers: A Pilot Study. **Journal of Child and Family Studies**, [s.l.], v. 30, n. 1, p. 87-97, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10826-020-01831-0>. Disponível em: <https://bit.ly/2UJIVAT>. Acesso em: 24 jun. 2021.

KELLER, Suéllen Bezerra Alves. **A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: Implicações profissionais ao serviço social**. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3t8Smqa>. Acesso em: 23 ago. 2021.

KERVIN, Denise; OBINNA, Jennifer. Youth Action Strategies in the Primary Prevention of Teen Dating Violence. **Journal of Family Social Work**. [s.l.], v. 13, n. 4, p. 362-374, 2010. DOI: 10.1080/10522158.2010.492499. Disponível em: <https://bit.ly/3eQ2ePQ>. Acesso em 09 jun. 2021.

KHUBCHANDANI, Jagdish *et al.* Adolescent dating violence: a national assessment of school counselors' perceptions and practices. **Pediatrics**, [s.l.], v. 130, n. 2, p. 202-210, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1542/peds.2011-3130>. Acesso em: 1 dez. 2021.

LACERDA, Miriam Pires Corrêa de. “Diabolização” das juventudes: mídia, subjetividade e educação. *In*: Congresso Internacional de Salud Mental y Derechos Humanos, IX, 2010. **Anais...** Buenos Aires: Universidad Popular de las Madres de Plaza de Mayo, 2010. p.1-14. Disponível em: <https://bit.ly/3JDEQTB>. Acesso em: 26 nov. 2021.

LANGHINRICHSEN-ROHLING, Jennifer; TURNER, Lisa A. The efficacy of an intimate partner violence prevention program with high-risk adolescent girls: a preliminary test. **Prevention Science**, Alabama, v.13, n. 4, p. 384-394, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11121-011-0240-7>. Disponível em: <https://bit.ly/3kX2BM6>. Acesso em: 26 jun. 2021.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LEVESQUE, Deborah A. *et al.* Teen Dating Violence Prevention: Cluster-Randomized Trial of Teen Choices, an Online, Stage-Based Program for Healthy, Nonviolent Relationships. **Psychology of Violence**, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 421-432, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1037/vio0000049>. Disponível em: <https://bit.ly/3y4H202>. Acesso em: 16 jun. 2021.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3BAgJjF>. Acesso em: 01 set. 2021.

LOURENÇO, Rafaela Gessner *et al.* Community interventions related to intimate partner violence among adolescents: scope review. **Rev Bras Enferm**, Brasília: DF, v. 72, n. 1, p. 277-86, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0586>. Disponível em: <https://bit.ly/2WqjKnr>. Acesso em: 25 maio 2021.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

MATHEWS, Catherine *et al.* Effects of PREPARE, a Multi-component, School-Based HIV and Intimate Partner Violence (IPV) Prevention Programme on Adolescent Sexual Risk Behaviour and IPV: Cluster Randomised Controlled Trial. **AIDS and Behavior**, Cidade do Cabo, v. 20, n. 9, p. 1821-1840, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10461-016-1410-1>. Disponível em: <https://bit.ly/3rAn7Dy>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 1. ed. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCLEOD, David Axlyn; JONES, Robin; CRAMER, Elizabeth P. An Evaluation of a School-Based, Peer-Facilitated, Healthy Relationship Program for At-Risk Adolescents. **Children & Schools**, [s.l.], v. 37, n. 2, p. 108-116, 2015. DOI: 10.1093/cs/cdv006. Disponível em: <https://bit.ly/2VcILLW>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MILLER, Elizabeth *et al.* A school health center intervention for abusive adolescent relationships: a cluster RCT. **Pediatrics**, [s.l.], v. 135, n. 1, p. 76-85, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1542/peds.2014-2471>. Disponível em: <https://bit.ly/3y3Wh9D>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MILLER, Elizabeth *et al.* “Coaching boys into men”: a cluster-randomized controlled trial of a dating violence prevention program. **The Journal of Adolescent Health**, Sacramento, v. 51, n. 5, p. 431-438, 2012. DOI: 10.1016/j.jadohealth.2012.01.018. Disponível em: <https://bit.ly/3x4XIJ0>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MILLER, Elizabeth *et al.* Effect of a Community-Based Gender Norms Program on Sexual Violence Perpetration by Adolescent Boys and Young Men: A Cluster Randomized Clinical Trial. **JAMA Network Open**, [s.l.], v. 3, n. 12, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2020.28499>. Disponível em: <https://bit.ly/3BF2FpR>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. A Condição Juvenil no Século XXI. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; NJAINE, Kathie (org.). **Amor e violência**: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

MINAYO, Marília Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; NJAINE, Kathie (org.). **Amar e violência**: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Marília Cecília de Souza (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MUÑOZ-FERNÁNDEZ, Noelia *et al.* The Efficacy of the “Dat-e Adolescence” Prevention Program in the Reduction of Dating Violence and Bullying. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [s.l.] v. 16, n. 3, p. 1-22, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph16030408>. Disponível em: <https://bit.ly/2TxubEu>. Acesso em: 04 jul. 2021.

MUÑOZ-RIVAS, Marina J. *et al.* Aggression in adolescent dating relationships: Prevalence, justification, and health consequences. **Journal of Adolescent Health**, [s.l.], v. 40, n. 4, p. 298-304, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2006.11.137>. Acesso em: 21 nov. 2021.

NASCIMENTO, Christian Lindberg do. Escola, revolução 4.0, conservadorismo e a formação do professor. **Revista Sul-Americana De Filosofia e Educação (RESAFE)**, [s.l.], v. 2, n. 34, p. 178-189, 2020. <https://doi.org/10.26512/resafe.v2i34.35139>. Acesso em: 30 nov. 2021.

NASCIMENTO, Fernanda Sardelich; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. Violência no namoro para jovens moradores de Recife. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 23, n. 3, p. 516-525, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000300009>. Acesso em: 16 nov. 2021.

NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE (NLM): **Welcome to Medical Subject Headings**. Bethesda, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2UUEAzA>. Acesso em: 25 ago. 2021.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In*: MOTA, A. E. *et al.* **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, p. 1-22, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3thuKzJ>. Acesso em: 7 jun. 2021

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *In*: **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Graflina, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001.

NJAINE, Kathie *et al.* Prevenção da violência nas relações afetivo-sexuais. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; NJAINE, Kathie (org.). **Amar e violência**: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

O'LEARY, Daniel K.; SMITH SLEP, Amy M. A Dyadic Longitudinal Model of Adolescent Dating Aggression. **Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology**, [s.l.] v. 32, n. 3, p. 314-327, 2003. DOI: 10.1207/S15374424JCCP3203_01. Disponível em: <https://bit.ly/3zFjRKs>. Acesso em: 21 jun. 2021.

O'LEARY, Daniel K. *et al.* Gender Differences in Dating Aggression Among Multiethnic High School Students. **Journal of Adolescent Health**, [s.l.], n. 42, p. 473-479, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2007.09.012>. Acesso em: 28 out. 2021.

OLIVEIRA, Queiti Batista Moreira *et al.* Violência nas relações afetivo-sexuais. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; NJAINE, Kathie (org.). **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

OLIVEIRA, Rebeca Nunes Guedes *et al.* Preventing violence by intimate partners in adolescence: an integrative review. **Rev Esc Enferm**, Brasília: DF, v. 50, n. 1, p. 134-43, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420160000100018>. Disponível em: <https://bit.ly/3i8kxSi>. Acesso em: 13 maio 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **An uneven and gender-unequal COVID-19 recovery: Update on gender and employment trends 2021**. ILO Policy Brief. Genebra: International Labour Office, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3nzU9SV>. Acesso em: 28 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **World Employment and Social Outlook: Trends for Women 2018 – Global snapshot**. Genebra: International Labour Office, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/315qEAQ>. Acesso em: 26 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3A2iYvx>. Acesso em: 11 maio 2021.

PADOIN, Letícia de Mello; ROCHA, Laisy Borges; FERREIRA, Natália Corrêa. **“Não é amor, é cilada”**: Projeto educacional sobre relacionamentos abusivos entre jovens. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

QUAL a diferença entre SARS-CoV-2 e Covid-19? Prevalência e incidência são a mesma coisa? E mortalidade e letalidade? **INSTITUTO BUTANTAN**, [s. l.], 21 set. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3pEX51A>. Acesso em: 02 out. 2021.

RACIONERO-PLAZA, Sandra *et al.* “Architects of Their Own Brain.” Social Impact of an Intervention Study for the Prevention of Gender-Based Violence in Adolescence. **Frontiers in Psychology**, [s.l.], v. 10, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.03070>. Disponível em: <https://bit.ly/3rwWSxU>. Acesso em: 03 jul. 2021.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAVI, Kristen E. *et al.* A Pilot Study of a Teen Dating Violence Prevention Program with Karen Refugees. **Violence against Women**, [s.l.], v. 25, n. 7, p. 1-25, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801218804091>. Disponível em: <https://bit.ly/3iLR2F1>. Acesso em: 24 maio 2021.

REEVES, Patricia M.; ORPINAS, Pamela. Dating norms and dating violence among ninth graders in Northeast Georgia: reports from student surveys and focus groups. **Journal of interpersonal violence**, [s.l.], v. 27, n. 9, p. 1677-1698, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260511430386>. Disponível em: <https://bit.ly/3jG5n7A>. Acesso em: 12 jun. 2021.

RIZZO, Christie J. *et al.* Project Date SMART: a Dating Violence (DV) and Sexual Risk Prevention Program for Adolescent Girls with Prior DV Exposure. **Prevention Science**, [s.l.], v. 19, n. 4, p. 416-426, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11121-018-0871-z>. Disponível em: <https://bit.ly/3ByyZuF>. Acesso em: 25 maio 2021.

RUBIO-GARAY, Fernando *et al.* The prevalence of dating violence: a systematic review. *Psychology Papers*, [s.l.], v. 38, n. 2, p. 135-147, 2017. DOI: <https://doi.org/10.23923/pap.psicol2017.2831>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SAAVEDRA, R. M. M. **Prevenir antes de remediar**: Prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) – Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Portugal, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/14248>. Acesso em: 2 jul. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**. Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3yl8ace>. Acesso em: 21 out. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **FLACSO Brasil: Série Estudos e Ensaios – Ciências Sociais**. jun. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3F8XZcO>. Acesso em: 6 nov. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero**: Poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SALGADO, Julia. A cultura empreendedora nos discursos sobre a juventude. **Galáxia**, São Paulo, n. 25, p. 193-204, jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3Hnp1yj>. Acesso em: 26 nov. 2021.

SCHERER, Giovane Antonio. Juventudes e (des)proteção social: a política nacional de juventude diante do avanço neoliberal e neoconservador. *In*: GARCIA, M. L. T.; BERNARDES, F. (org.). **Contrarreformas ou revolução**: respostas ao capitalismo em crise. São Paulo: Cortez Editora, p. 165-181, 2020.

SCHERER, Giovane Antonio. **Juventudes, (in)segurança e políticas públicas: a proteção social no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOSA-RUBI, Sandra G. *et al.* True Love: Effectiveness of a School-Based Program to Reduce Dating Violence Among Adolescents in Mexico City. **Prevention Science**, [s.l.], v. 18, n. 7, p. 804-817, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11121-016-0718-4>. Disponível em: <https://bit.ly/3y77IgI>. Acesso em: 06 jun. 2021.

TAQUETTE, Stella R.; MONTEIRO, Denise Leite Maia. Causes and consequences of adolescent dating violence: a systematic review. **Journal of Injury & Violence Research**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 137-147, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5249/jivr.v11i2.1061>. Acesso em: 20 nov. 2021.

TAVERNIERS, Karin. **Abuso emocional en la pareja**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2012.

TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Artur. **Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência**. São Paulo: Cortez, 2010.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, Ivo. Educação e ontologia marxiana. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, v. 11, n. 41e, p. 135-145, abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v11i41e.8639900>. Acesso em: 28 nov. 2021.

VIANNA, Cláudia; BORTOLINI, Alexandre. As agendas feministas, LGBT e antigênero em disputa nos Planos Estaduais de Educação. In: VIANNA, Cláudia; CARVALHO, Marília (org.). **Gênero e educação: 20 anos construindo conhecimento**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

VIZA, Ben-Hur; SARTORI, Myrian Caldeira; ZANELLO, Valeska (org.). **Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: TJDF, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/33ibIQI>. Acesso em: 1 dez. 2021.

WHITEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, [s.l.], v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>. Disponível em: <https://bit.ly/3mDuslp>. Acesso em: 5 mai. 2021.

WOLFE, David A. *et al.* A school-based program to prevent adolescent dating violence: a cluster randomized trial. **Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine**, [s.l.], v. 163, n. 8, p. 692-699, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1001/archpediatrics.2009.69>. Disponível em: <https://bit.ly/3ryiEkW>. Acesso em: 08 jun. 2021.

WOLFE, David A. *et al.* Dating violence prevention with at-risk youth: a controlled outcome evaluation. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, [s.l.], v. 71, n. 2, p. 279-291,

2003. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-006x.71.2.279>. Disponível em: <https://bit.ly/3x5Yobq>. Acesso em: 07 jun. 2021.

WOLFE, David A; TEMPLE, Jeff R. (org). **Adolescent Dating Violence**: theory, research and prevention. Academic Press, 2018.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA ONLINE

Momentos-chave da sessão	Detalhamento
Abertura e apresentação da pesquisadora	Solicitação de consentimento livre e esclarecido para a pesquisa e para a gravação da sessão. Acolhimento dos participantes e apresentação da pesquisadora.
Apresentação do participante	Apresentação do participante, seu cargo, funções e tempo de atuação no exercício profissional.
Debate	“Qual é a sua concepção sobre violência no namoro?”
	“Você vê essas situações acontecendo no dia a dia do seu exercício profissional?”
	“Se você viu essas situações, houve intervenção da equipe diretiva ou psicopedagógica?”
	“Você já ouviu falar ou já recebeu projetos de intervenção sobre a prevenção do fenômeno no cotidiano do seu exercício profissional?”
	“Você já recebeu outros projetos de prevenção para jovens no cotidiano do seu exercício profissional?”
Síntese	Retomada das ideias centrais.
Encerramento	Agradecimentos pela participação e combinação da devolução dos resultados finais da pesquisa.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA AS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS

Eu, mestranda Letícia de Mello Padoin em Serviço Social da PUCRS, e a professora Patrícia Krieger Grossi responsável pela pesquisa “PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO NAMORO ENTRE ADOLESCENTES: DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO”, estamos convidando você para participar como voluntária/o nesse estudo. Esta pesquisa pretende identificar as respostas do Estado na materialização de políticas sociais preventivas da violência no namoro no âmbito da educação, bem como conhecer as percepções de professores de Ensino Médio de Porto Alegre/RS acerca de violência no namoro e a expressão do tema em políticas sociais no âmbito da educação. Acreditamos que ela seja importante porque a prevalência do fenômeno é alta, e políticas para sua prevenção são escassas no Brasil. Para isto, serão realizadas entrevistas e uma pesquisa documental para identificar a inserção do tema de violência de gênero nas políticas sociais.

Sua participação será nesta entrevista, que deverá ter no máximo de 1 hora de duração, para evitar desgastes físicos e cansaço mental. É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos: cansaço ou desconforto físico devido ao tempo da reunião online. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que resulte da sua participação no estudo. Os benefícios que esperamos com o estudo são indiretos, sendo relacionados ao maior conhecimento do fenômeno, além da possibilidade de contribuir com subsídios para a formulação de políticas sociais para a prevenção da violência no namoro.

A gravação da entrevista é para fins desta pesquisa, e seu download será realizado no meu computador pessoal, tendo em vista a segurança dos dados e o sigilo da nossa conversa.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato comigo ou com a minha orientadora Patrícia Krieger Grossi: leticiapadoin@gmail.com ou no telefone/whatsapp (55) 99950-3939, ou com a professora Patrícia Krieger Grossi pelo e-mail pkgrossi@pucrs.br ou pelo telefone (51) 98947-2002, a qualquer hora.

Esta pesquisa é voluntária e você tem o direito de não participar e também de interromper sua participação a qualquer momento por qualquer razão. Você não receberá nenhuma recompensa por isso. As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de

pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 3320-3345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50, sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br.

Ao dar continuidade a esta pesquisa, você concorda que qualquer dúvida que você tinha foi adequadamente esclarecida e que você concorda em participar deste estudo e que a sessão seja gravada. É importante que você guarde esta cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Atenciosamente,

Letícia de Mello Padoin e Patrícia Krieger Grossi.

APÊNDICE C – DESCRITORES E MESH TERMS EMPREGADOS NA REVISÃO INTEGRATIVA

Base de dados	Descritores	Resultados
PubMed	((((("adolescent"[MeSH Terms]) OR ("adolescence"[Title/Abstract])) OR ("teens"[Title/Abstract])) AND (((((((((((("intimate partner violence"[MeSH Terms]) OR ("gender based violence"[MeSH Terms])) OR ("dating violence"[Title/Abstract])) OR ("partner abuse"[Title/Abstract])) OR ("courtship"[Title/Abstract])) OR ("adolescent dating"[Title/Abstract])) OR ("adolescent dating violence"[Title/Abstract])) OR ("adolescent dating abuse"[Title/Abstract])) OR ("sexual violence"[Title/Abstract])) OR ("victimization"[Title/Abstract])) OR ("adolescent relationship abuse"[Title/Abstract])) OR ("teen dating violence"[Title/Abstract])))) AND (((("primary prevention"[MeSH Terms]) OR ("prevention and control"[Title/Abstract])) OR ("prevention"[Title/Abstract])) OR ("prevention program"[Title/Abstract])) AND (english[Filter] OR portuguese[Filter] OR spanish[Filter]))	N = 1674
ERIC	[adolescent] AND [gender based violence] OR [dating violence] AND [prevention]	N = 174
LILACS	(mh:("adolescent")) OR (mh:("adolescence")) OR (mh:("teens")) AND (intimate partner violence) OR (gender based violence) OR (dating violence) OR (partner abuse) OR (mh:("courtship")) OR (adolescent dating) OR (adolescent dating violence) OR (adolescent dating abuse) OR (sexual violence) OR (mh:("victimization")) OR (adolescent relationship abuse) OR (teen dating violence) AND (primary prevention) OR (prevention and control) OR (mh:("prevention")) OR (prevention program)	N = 66

Fonte: a autora, 2021.

ANEXO A – DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO SIPESQ**SIPESQ**Sistema de Pesquisas da PUCRS

Código SIPESQ: 10281

Porto Alegre, 23 de março de 2021.

Prezado(a) Pesquisador(a),

A Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES da PUCRS apreciou e aprovou o Projeto de Pesquisa "A - VIOLÊNCIA NO NAMORO E A RESPOSTA DO ESTADO NA MATERIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS PREVENTIVAS".

Atenciosamente,

Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA NO NAMORO E A RESPOSTA DO ESTADO NA MATERIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS PREVENTIVAS

Pesquisador: Patricia Krieger Grossi

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 45117421.0.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.640.306

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_26/03/21.pdf, de XX/XX/XXXX) e/ou do Projeto Detalhado (arquivo.pdf, de 25/03/21). Trata-se de estudo qualitativo, envolvendo grupos focais e análise documental e sua integração e discussão conjunta, a fim de obter a apreensão da

questão em sua totalidade. Na primeira etapa do estudo, serão realizados grupos focais com gestores e professores que atuem profissionalmente em escolas com ensino médio, privadas ou públicas, da cidade de Porto Alegre. Esta etapa terá intuito de explorar e aprofundar a temática da violência no namoro, proporcionando conhecer as percepções dos participantes acerca da questão, juntamente à discussão da expressão do tema

nas políticas sociais vinculadas ao âmbito da educação. Ademais, na etapa documental do estudo, será realizada uma análise de documentos como legislações, publicações de órgãos oficiais internacionais, relatórios de conselhos, Base Nacional Comum Curricular, Plano Juventude Viva, com o propósito de desvelar a inserção do tema da violência de gênero e da violência no namoro em suas resoluções e regimentos. A análise dos dados coletados será convergente com a abordagem de cada etapa. Assim, para os dados provenientes dos grupos focais, será utilizada a análise de conteúdo temática. A análise dos documentos será empregada a fim de contextualizar a informação, levando em conta seu potencial instrutivo para

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

Bairro: Partenon

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345

E-mail: cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.640.306

compreender realidades sociais em contextos institucionais. De modo a integrar as informações da pesquisa, será utilizada a técnica de triangulação. Este estudo terá abordagem qualitativa, consistindo de uma etapa com grupos focais e uma etapa documental, bem como sua integração e discussão conjunta, a fim de obter a apreensão do fenômeno em sua totalidade. A primeira etapa será realizada com os professores e gestores de escolas com ensino médio de Porto Alegre por meio de grupos focais online na plataforma Google Meet, com o intuito de explorar e aprofundar a temática da violência no namoro, proporcionando conhecer suas percepções acerca da questão, juntamente à discussão da expressão do tema nas políticas sociais vinculadas ao âmbito da educação. Ademais, na etapa documental do estudo, será realizada uma análise de documentos, como Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude, Lei Maria da Penha, publicações de órgãos oficiais internacionais (como Organização Mundial da Saúde e Organização das Nações Unidas), relatórios de conselhos (resoluções do Conjuve), Base Nacional Comum Curricular, Plano Juventude Viva, Atlas da Violência, entre outros, com o propósito de desvelar a inserção do tema da violência de gênero e da violência no namoro em suas resoluções e regimentos.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar as respostas do Estado na materialização de políticas sociais preventivas da violência no namoro.

Objetivo Secundário:

Conhecer as percepções de professores e gestores de escolas com ensino médio em Porto Alegre/RS acerca da violência no namoro; conhecer a expressão do tema em políticas sociais preventivas a partir dos relatos destes professores e gestores; e descrever a inserção do tema de violência de gênero nas políticas sociais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Cansaço ou desconforto físico devido ao tempo da reunião online. Pausa será oferecida durante a reunião se necessário a fim de minimizar o cansaço.

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.640.306

Benefícios:

Os benefícios que esperamos com o estudo são indiretos, sendo relacionados ao maior conhecimento do fenômeno, além da possibilidade de contribuir com subsídios para a formulação de políticas sociais para a prevenção da violência no namoro.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de estudo acadêmico de mestrado em Serviço Social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados. Foi solicitada dispensa de apresentação de anuência de escolas onde atuam os professores e gestores participantes dos grupos focais uma vez que serão recrutados pela técnica da bola de neve e os temas de discussão no grupo focal versam sobre as experiências no exercício profissional dos participantes tanto atuais quanto prévias, não sendo necessária a identificação das instituições nas quais estarão inseridos no momento da coleta dos dados. Assim, os dados não serão coletados em uma entidade específica, ou seja, não haverá referências a nenhuma instituição, apenas ao exercício profissional.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Recomendações:

Recomenda-se que seja incluído no processo de conhecimento que ficará gravado, em acordo com a orientação do OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, no item 1.2.1 do referido ofício, a descrição dos riscos que não apenas decorrentes da participação na pesquisa, mas também aqueles além dos riscos e benefícios relacionados com a participação na pesquisa, aqueles riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas. Adicionalmente, devem ser informadas as limitações dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovação com recomendação. Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012, Resolução nº 510 de 2016 e a Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa VIOLÊNCIA NO NAMORO E A RESPOSTA DO ESTADO NA MATERIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS PREVENTIVAS proposto pela pesquisadora Patricia Krieger Grossi com número de CAAE 45117421.0.0000.5336.

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucls.br

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS**



Continuação do Parecer: 4.640.306

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1691998.pdf	26/03/2021 14:53:01		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoLeticia.pdf	26/03/2021 14:52:24	Patricia Krieger Grossi	Aceito
Outros	ROTEIRO_GRUPO_FOCAL.pdf	25/03/2021 20:32:50	Letícia de Mello Padoin	Aceito
Outros	ROTEIRO_PESQUISA_DOCUMENTAL.pdf	25/03/2021 20:32:34	Letícia de Mello Padoin	Aceito
Outros	CartadeAprovacaodaComissaoCientificaleticia.pdf	25/03/2021 20:31:46	Letícia de Mello Padoin	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	carta_de_justificativa.pdf	25/03/2021 20:30:35	Letícia de Mello Padoin	Aceito
Outros	CARTA_DE_ENCAMINHAMENTO_CEP.pdf	25/03/2021 20:28:57	Letícia de Mello Padoin	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	25/03/2021 20:27:54	Letícia de Mello Padoin	Aceito
Outros	CURRICULO_LATTES.docx	25/03/2021 20:27:18	Letícia de Mello Padoin	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Documento_Unificado_Projeto_de_Pesquisa_1616509698655.pdf	25/03/2021 20:16:44	Letícia de Mello Padoin	Aceito
Orçamento	orcamento_assinado.pdf	25/03/2021 20:15:49	Letícia de Mello Padoin	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	25/03/2021 20:15:09	Letícia de Mello Padoin	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 09 de Abril de 2021

Assinado por:

**Paulo Vinicius Sporleder de Souza
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

Bairro: Partenon

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345

E-mail: cep@puccrs.br



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br